



“LUGARES” CULTURAIS

INTERVENÇÕES EM PATRIMÓNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO
VALORIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM PORTUGAL

MAFALDA FIDALGO FCTUC-DARQ. 2009

“LUGARES” CULTURAIS

INTERVENÇÕES EM PATRIMÓNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO
VALORIZAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS EM PORTUGAL

Prova Final: Mafalda Fidalgo, nº 501010151

Orientador: Professor Doutor Walter Rossa

Departamento de Arquitectura - FCTUC

Coimbra, 2009

Agradecimentos:

A todos aqueles que me apoiaram na concretização desta prova. De todos sublinho alguns, tais como, o Prof. Doutor Walter Rossa [orientador], o Arqº Adelino Gonçalves, a minha família, os meus amigos. E ainda, aos professores e alunos tanto, do Mestrado em Arqueologia Pré-histórica e arte Rupestre [Instituto Politécnico de Tomar, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD] como, do Doutoramento em Quaternário, Materiais e Culturas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [UTAD].

ABREVIATURAS:

ONU - Organização das Nações Unidas.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites.

ICCROM – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.

IIP – Imóvel de Interesse Público.

MN – Monumento Nacional.

ZEP – Zona especial de protecção.

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico.

IPA - Instituto Português de Arqueologia.

I. A. A. A. - Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve.

CAI – Centro de Acolhimento e Interpretação.

CA – Centro de Acolhimento.

CI - Centro de Interpretação.

M – Museu.

NM – Núcleo Museológico.

EOM – Estrutura de observação mirante.

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 01. DO “CULTO” DAS MEMÓRIAS À SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DOS SÍTIOS	
1. Memórias da evolução do conceito de património cultural	
1.1. A forma primitiva do “monumento histórico”	5
1.2. A ruptura de valores provocada pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial .	11
1.3. Universalização da noção de Património Cultural no século XX	17
2. Património e Paisagem [Cultural]	
2.1. Os bens culturais [valores móveis e imóveis]	22
2.2. Património e Paisagem Cultural	23
2.3. Território-Museu [região de memórias vivas]	26
3. Salvaguarda e Valorização dos Sítios Arqueológicos [Intervenção]	
3.1. A objectividade simbólica da ruína	29
3.2. A Salvaguarda dos Sítios Arqueológicos.	32
3.3. A Valorização dos Sítios Arqueológicos.	33
Capítulo 02. CASOS DE ESTUDO	
1. Introdução aos casos de estudo	37
2. Casos de Estudo	
2.1. Sítio Arqueológico de Miróbriga	42
2.2. Sítio Arqueológico de São Cucufate	51
2.3. Conjunto Arqueológico do Escoural	59
2.4. Circuito Arqueológico da Cola	67
2.5. Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória	75
2.6. <i>Villa</i> Romana de Torre de Palma	84
2.7. <i>Villa</i> Romana de Milréu	92
2.8. <i>Villa</i> Romana de Cerro da Vila	104
2.9. <i>Villa</i> Romana de Pisões	111
2.10. Conjunto Monumental de Mértola	117
2.11. Paisagem Cultural de Alcalar	125
Capítulo 03. CONCLUSÕES	135
Capítulo 04. ANEXOS	
Anexo I. Carta de Cracóvia, 2000	143
Anexo II. Quadro geral das estruturas tipológicas de intervenção	150
BIBLIOGRAFIA E FONTES DE IMAGENS	151

INTRODUÇÃO

O trabalho é subordinado ao tema "Lugares" Culturais, Intervenções em Património Cultural Arqueológico – a Valorização de Sítios Arqueológicos em Portugal. A escolha deste tema envolve, além do "gosto pessoal" sobre a matéria – inter-relação entre arquitectura e arqueologia - mas acima de tudo, a busca de uma resposta sobre a(s) forma(s) da acção e pensamento da arquitectura perante o património arqueológico no nosso território.

Inicialmente, foi compreendido o percurso histórico, desde o renascimento até aos nossos dias, da evolução do conceito de monumento "antigo" que, posteriormente foi transformado em autêntico Património Cultural. O "monumento" e "paisagem" cultural podem ser percebidos, pela arquitectura/arquitecto contemporâneo, como *matéria de trabalho* que, por fim, estabelece o seu papel actual nas diversas intervenções em lugares/sítios arqueológicos considerados bens culturais. Mas, apenas a aproximação da noção de "monumento como ruína" e da "paisagem como contexto envolvente" permitiu que se compreendesse, na totalidade, a importância do património arqueológico como parte da identidade cultural. Igualmente, o bem arqueológico como património cultural deve ser preservado e divulgado e ainda, no qual a arquitectura tem um papel activo no seu estudo, na sua salvaguarda e na sua valorização.

Neste contexto, valoriza-se a "ruína" como objecto arquitectónico [história, construção] mas, também como objecto estético [composição, fruição]. Ruína tanto como objecto estético ou como arquitectónico, intenta manter viva a chama da identidade cultural. Logo, a vivência da "ruína" como objecto estético na paisagem pressupõe uma percepção do seu lado pitoresco e fantástico [romantismo e Piranesi]. Entretanto, a "ruína" como objecto arquitectónico pressupõe o seu estudo formal e construtivo. Então, a arquitectura pode ser meio fornecedor de conhecimento histórico-artístico [história da arquitectura] *in situ*, porque constituiu um "corpus" do background informativo da "ruína". Ainda particularmente, a arquitectura pode estabelecer um diálogo activo entre os conceitos de "velho" [antigo ou arqueológico] e o "novo" [arquitectura como restauro, obra nova ou intervenção paisagística].

Na parte do trabalho, sobre a evolução "monumento" histórico até ao século XX – capítulo 01 - foram utilizadas como obras de referência, a *Alegoria do Património* [Françoise Choay], a *Conservación de bienes culturales* [Ignacio González-Varas] e, também a Carta de Cracóvia - Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído [UNESCO; ICOMOS; CONSELHO da EUROPA].

Apesar de, se fazer referência à evolução temporal do monumento histórico ainda, se fez uma análise e reflexão sobre os "tipos" de intervenção ocorridas nos onze sítios constituidores dos *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve* [I. A. A. A.], afectos ao

IPPAR¹. A questão de partida relaciona-se com a Arquitectura e a Arqueologia na nossa contemporaneidade contudo, analisou-se as actuais estruturas tipológicas de intervenção utilizadas na valorização destes sítios arqueológicos em Portugal. [ver anexo II - Quadro Geral, p. 150].

Após, a consolidação do conceito de património cultural mas também das suas diversas classes e, essencialmente, a seguir à segunda grande guerra mundial foram estabelecidas ideias mais concretas sobre a sua protecção e conservação. Portanto, ao longo do século XX, foram sendo redigidas uma serie de princípios gerais e convenções que fundamentam a base do património ou bem cultural [móvel/imóvel]. No sentido do trabalho, a Carta de Cracóvia sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído, revelou-se o documento mais actual e esclarecedor sobre a conservação do património cultural, ou seja, é fundamental para a clarificação das diferentes classes ou formas de intervenção. Esta carta estabeleceu que o património [cultural], o qual é também objecto de estudo da arquitectura, deve ser ordenado segundo cinco classes, tais como: o património arqueológico; o edificio histórico e monumentos; a decoração arquitectónica, escultura e elementos artísticos; as cidades históricas e lugares; e a paisagem. Então, o estudo da Carta de Cracóvia indicou as classes utilizadas para a classificação dos casos de estudo que integram as intervenções nos sítios dos *itinerários arqueológicos* do IPPAR. Este Património Cultural Arqueológico sofreu medidas e acções de salvaguarda e valorização como forma de "reabilitação" do seu estado de ruína, e no sentido da sua compreensão e usufruto. Então, ruína é também um documento que pressupõe a salvaguarda e valorização, para a sua contínua interpretação (compreensão), manutenção e usufruição.

O trabalho foi dividido em três partes:

[01] Do "culto" das memórias à salvaguarda e valorização dos sítios arqueológicos.

A primeira parte do trabalho é dedicada à evolução histórica das memórias dos "monumentos" até à sua presente salvaguarda e valorização. Porém, faz-se uma abordagem do "monumento histórico" e da sua instituição como património cultural. Neste contexto é importante o conceito de restauro e a sua relação directa com o património cultural, mais especificamente, qual a sua posição dentro da perspectiva da protecção e da manutenção contemporânea. Este capítulo expõe três subtemas apresentados da seguinte forma: as memórias da evolução do conceito de "património cultural", o património e a paisagem [cultural] e, ainda a salvaguarda e valorização do Património Cultural Arqueológico. Fazendo um percurso cronológico desde o renascimento até à actualidade, cada subtema reflecte sobre a noção de conservação do "monumento histórico", da "paisagem" e, finalmente, dos "sítios arqueológicos".

¹ Actualmente e em conjunto, o IPPAR [Instituto Português do Património Arquitectónico] com o IPA [Instituto Português de Arqueologia] forma o IGESPAR [Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico].

[02] Casos de Estudo. [fichas-tipo das intervenções]

Preenchem a segunda parte do trabalho, sob a forma de ficha-tipo [descrição, quadro e imagens], a apresentação do estudo e reflexão sobre as diferentes intervenções do IPPAR nos "lugares" culturais que constituem os *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve* – casos de estudo. Neste capítulo introduzem-se os "lugares" ou sítios estudados e organizados segundo três das classes de Património Cultural – património arqueológico, cidades históricas e paisagem cultural – pré-estabelecidas na Carta de Cracóvia acima mencionada. Entretanto as fichas analisam as classificações, as documentações históricas e artísticas mas, também as novas estruturas tipológicas de intervenção a nível arquitectónico e de "arranjos" paisagísticos. Os Centros de Acolhimento e Interpretação [CAI] e os Núcleos Museológicos [NM] são duas das estruturas tipológicas de intervenção arquitectónica directamente, produzidas no contexto envolvente do sítio ou monumento. Ainda, os arranjos paisagísticos são importantes no que é referente à relação da arquitectura contemporânea com o ambiente - ruínas e paisagem.

[03] Conclusão.

Por último sobrevêm as Conclusões ou reflexão crítica da análise dos casos de estudo [ver anexo II] e das novas intervenções nas diversas "ruínas" e "paisagens", as quais são elementos caracterizadores de cada sítio além de serem também objecto de estudo da arquitectura. Ainda se definiram os valores das ruínas como, também se esboçou o papel e atitude da arquitectura/arquitecto contemporâneo perante o Património Cultural Arqueológico no território português.

Capítulo 01

DO “CULTO” DAS MEMÓRIAS À SALVAGUARDA
E VALORIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS



Capítulo 01. DO “CULTO” DAS MEMÓRIAS À SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

1. Memórias da evolução do conceito de património cultural

Sempre usufruímos da presença dos monumentos ou construções antigas porque, os associamos a representações físicas e materiais da nossa existência embora, fomos-lhes também atribuindo alguns valores simbólicos e mágicos. Durante a nossa evolução enquanto humanidade, este património simbólico construído foi adquirindo outros conceitos que derivavam consoante as sucessivas atribuições de valores. E assim, se transformaram em verdadeiro Património Cultural, o qual deve ser protegido e conservado para se salvaguardar a memória colectiva dos povos. Entretanto, os vestígios antigos foram convertidos em autênticos documentos históricos que, representam um testemunho da sua memória conservada. Ou seja, são nossa herança materializada no “cultura” móvel e imóvel que conseguiu chegar até à nossa era.

1.1. A forma primitiva do “monumento histórico”.

O sentimento de nos expressarmos através de bens - monumentos e obras de arte - emergiu, com maior destaque, no primeiro período do renascimento, durante o qual os Humanistas sentiram uma especial veneração e apreço pelos monumentos romanos. Françoise Choay afirmou, na “Alegoria do Património”, que pode estabelecer-se «o nascimento do monumento histórico em Roma por volta do ano de 1420», facto que derivou do «interesse intelectual e artístico que uma pequena elite do *Quattrocento* [os humanistas] manifestava pelos monumentos da Antiguidade»¹.

A colonização romana havia dotado a Europa de edifícios públicos e monumentos que, posteriormente, também eles próprios seriam testemunhos de invasões e atentados. As obras antigas, além de exercerem uma forte atracção intelectual através das suas dimensões e dos seus materiais também, deslumbravam com sua sensibilidade na perícia de execução. Desde logo, atribuímos aos vestígios da antiguidade um valor mágico ou simbólico, no entanto, não era considerado o papel de monumento histórico pois a sua preservação era, na verdade, a reutilização. Na altura, a cidade de Roma oferecia uma forte concentração de edifícios antigos o que, por um lado, promovia um distanciamento da sua herança histórica mas também estabelecia um espaço histórico. Nos tempos romanos, Vitruvius (80 a.c.-23 d.c.) já havia estabelecido os padrões de proporções mas, também os princípios base da *Arquitectura* clássica - *utilitas* [utilidade], *venustas* [beleza] e *firmitas* [solidez]. A sua obra de dez volumes, aos quais deu o nome de *De Architectura*², foi constituída num tratado europeu do período grego-romano inspirando assim a elaboração de textos variados

¹ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 33.

² Vitruvius Pollio, Marcus (80 a.c.-23 d.c.) - *Les Dix livres d'architecture. De Architectura*.

sobre construção, hidráulica e arquitecturas desde a época do Renascimento. No contexto do *Quattrocento*, os vestígios da antiguidade começaram a ser olhados de modo diferente, nomeadamente os monumentos romanos, os quais detinham uma dimensão histórica. Apesar de, só terem adquirido o seu nome definitivo de "monumento histórico" mais tarde.

Choay certifica que, no ano de 1430, aconteceu um «despertar singular do olhar distanciado e estético (...) liberto das paixões medievais, [e] dirigindo-se para os edifícios antigos, os metamorfoseia em objectos de reflexão e de contemplação»³. De facto, os historiadores (de arte) do *Quattrocento* italiano assinalaram e reconheceram duas atitudes no séc. XIV, os humanistas e os artistas que, assim haviam contribuído «para uma primeira conceptualização da história enquanto disciplina e da arte enquanto actividade autónoma»⁴. Ambas as perspectivas foram necessárias para a constituição do objecto designado por monumento histórico. Por um lado, os humanistas desejavam restaurar a pureza original da Antiguidade porque ela é testemunho de um passado concluído. Por outro lado, na passagem do séc. XIV para o séc. XV, a aproximação literária aos edifícios opunha-se à aproximação sensível dos «homens de arte (*artífices*)»⁵, e cujo interesse destes últimos, são as formas. A descoberta do universo formal da arte clássica deveu-se a escultores e arquitectos, com as suas viagens de estudo a Roma.

Mais tarde, Poggio Bracciolini (1380-1459) parece ter conseguido associar estas duas maneiras de olhar - «o do sábio e do esteta»⁶ - e ao qual se deve também o redescobrir de Vitruvius. Mas de facto, entre 1420 e 1430, celebrou-se um diálogo entre artistas e humanistas que, por um lado, «os primeiros formam o olhar dos segundos»⁷ e, por outro lado, os humanistas «revelam aos arquitectos e aos escultores a perspectiva histórica e a riqueza da *humanitas* greco-romana»⁸. Este novo horizonte intelectual sobre a Antiguidade foi decisivo para a «gestación de un nuevo entendimiento del "monumento" en sí mismo, en su sentido etimológico, derivado del latín *monere*, recordar, como testimonio del pasado romano que se redescubre ahora bajo ricas y complementarias dimensiones. La aproximación filológica y literaria (...) y la recreación sensible de los monumentos romanos»⁹ Este discurso do *Quattrocento* proporcionou a transformação do monumento em objecto de reflexão e contemplação que, desde então foi caracterizado pelas diferentes perspectivas, tanto histórica, artística e conservação jurídica ou legal.

³ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 45.

⁴ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 45.

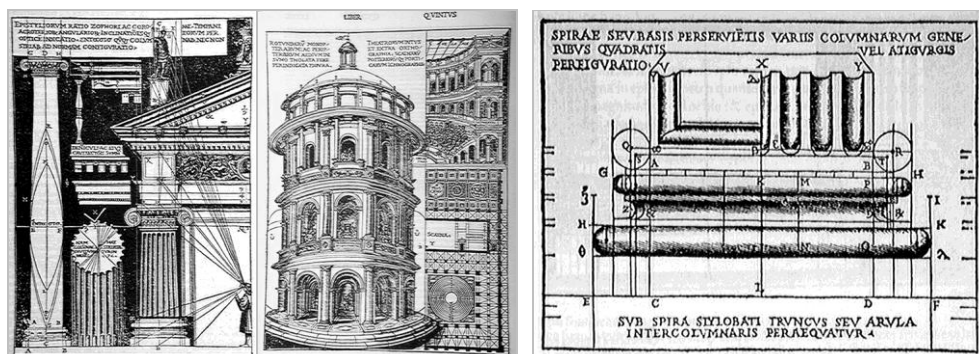
⁵ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 47.

⁶ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 49.

⁷ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 50.

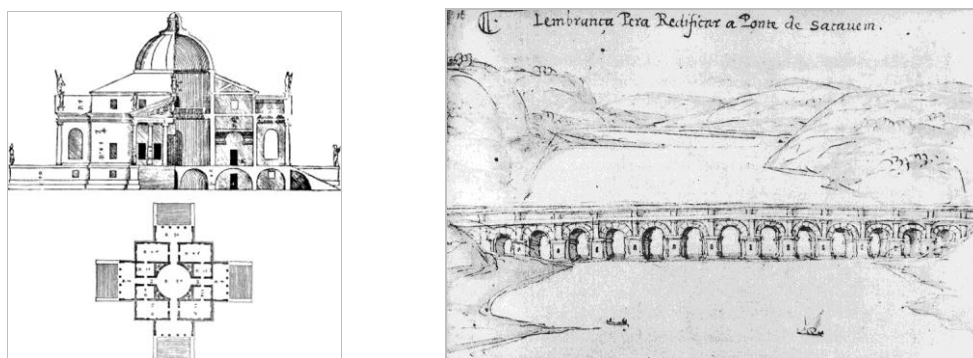
⁸ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 50.

⁹ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 27.



[Fig. 1, 2, 3] – desenhos de Vitruvius em *De Architectura*.

Leon Battista Alberti (1404-1472), também ilustrou as etapas da síntese entre o olhar erudito e o olhar artístico pois, na sua perspectiva, os edifícios eram entendidos como testemunhos da história romana. Por conseguinte, as obras deixadas pelos romanos eram agora lidas, por Alberti, como lições de construção. Na obra *De re aedificatoria*¹⁰, Alberti interpretou os edifícios de Roma através das ilustrações das regras de beleza arquitectónica que estavam presas a conceitos matemáticos no sentido de alcançar a perfeição, mas ao mesmo tempo, esta obra também representou a inauguração da “história da arquitectura”. Neste caso, já havia sido posta em prática a conservação tanto da arquitectura - feita *in situ* - como, das obras de arte - “coleccionadores privados”¹¹ que, precede então a ideia do museu. A paixão pelo saber e do amor pela arte do *Quattrocento* contribuiu assim, para a tomada de consciência do duplo valor histórico e artístico dos monumentos da Antiguidade não implicando, por sua vez, a conservação efectiva e sistemática dos mesmos.



[Fig. 4, 5] – *Villa Rotonda* de Palladio (1570) e, antiga ponte romana em Sacavém de Francisco da Holanda (1571).

¹⁰ Alberti, Leon Battista (1404-1472) - *De re aedificatoria*.

¹¹ A primeira colecção de antiguidades do *Quattrocento* deve ser distinguida dos gabinetes de curiosidades da Idade Média, visto que a colecção de antiguidades mistura e associa as criações raras da natureza e as criações humanas.

No campo da arquitectura, as correntes Humanistas do renascimento haviam progredido através dos tratados escritos por Sebastiano Serlio (1475-1554) ou Andrea Palladio (1508-1580) onde, ambos expuseram como deveria ser a postura perante as antiguidades. Na obra de, *Tutte l'Opere d'Architettura*¹², escrita por Sebastiano Serlio, o terceiro livro é dedicado somente às antiguidades, em especial o estudo dos monumentos egípcios e romanos e onde, sensatamente, concluiu-se que o passado e o presente são meras categorias temporais. Palladio na sua obra, *I Quattro Libri dell'Architettura*¹³ de 1570, dedicou o quarto livro aos antigos templos romanos que serviram de inspiração para as suas construções arquitectónicas. Então, a ideia de restaurar edifícios antigos foi-se estendendo cada vez mais porém, todos os arquitectos procuravam reconstruir os monumentos antigos servindo-se da análise e do desejo de estabelecer uma relação entre múltiplos fragmentos que ainda se conservam na cidade. A partir, da distinção entre monumentos “góticos” e “antigos” advém o seu valor arqueológico como monumento, o qual avançou no sentido da conservação e restauração dos mesmos. Mas, artistas como Serlio e Palladio, cujos princípios doutrinários assentam na evocação do passado através da contemplação das ruínas, contrapõem-se às premissas de uma nova imagem da antiguidade oferecidas pelos testemunhos gráficos de Bramante (1444-1514), Francisco da Holanda (1517-1585), Marteen van Heemskerck. (1498-1574).

O movimento cultural e artístico que surgiu na Itália no século XIV e XV, o Renascimento, representou a etapa da história ocidental que começou a ter consciência do passado, portanto, adoptou algumas medidas para tentar recuperar ou conservar “porções” daquele tempo. A atitude perante os monumentos antigos é a restauro “à maneira do antigo” compondo o que resta e acrescentando partes modernas e, esse é também o papel dos arquitectos do renascimento. Ao mesmo tempo, este panorama do *Quattrocento* ofereceu três discursos sobre a perspectivação histórica, a perspectivação artística e da sua conservação que contribuíram assim, para o aparecimento de um novo objecto, a forma primitiva do “monumento histórico”.

Fora da Itália, desde os finais do século XV que a atenção dos antiquários caiu sobre a arquitectura gótica pois ela era celebrada como símbolo nacional, especialmente na França e na Inglaterra mas, simultaneamente foi considerada como uma resistência ao classicismo italiano. Até então, a arquitectura gótica havia sido considerada como grosseira e desproporcionada e não apresentava um valor artístico, devido à sua distinção explícita entre o sistema construtivo e a decoração, em oposição à perfeição ostentada pelos monumentos gregos e romanos. Posteriormente, as “antiguidades” passariam a ser «duplamente nacionais – ao seu valor histórico, respeitante à história nacional, acrescenta-se o seu valor artístico, relativo à arte nacional»¹⁴.

Mas desde o século XVII até ao século XVIII que, a grande mobilidade conquistada pelas viagens de estudo dos humanistas e dos arquitectos contribuiu para caracterizar a Europa e, também possibilitou o enriquecimento e o alargamento da noção de Antiguidade. Tanto os humanistas como os arquitectos procuraram

¹² Serlio, Sebastiano (1475-1554) - *Tutte l'Opere d'Architettura*.

¹³ Palladio, Andrea (1508-1580) - *I Quattro Libri dell'Architettura*.

¹⁴ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 76.

identificar os vestígios antigos a partir do “recenseamento” das ruínas gregas ou romanas deixadas nos seus respectivos países contudo, esta sede de saber questionou as próprias origens que eram atestadas pelos testemunhos materiais. As colecções privadas derivaram destes recenseamentos e, assim possibilitaram o estudo histórico e artístico dos monumentos. Na última década do século XVIII iniciou-se, na sua acepção actual, o conceito de Museu, termo «derivado do grego *mouséion* (templo das musas, local onde residem as musas ou onde se exerce a poesia, as artes, etc., escola)» mas ainda significa «gabinete de trabalho, lugar consagrado aos estudos científicos, literários ou artísticos»¹⁵. Este conceito estabeleceu-se quase na mesma altura que a de monumento histórico e institucionalizou a conservação de obras de arte da antiguidade mas também se direccionou para a conservação de monumentos arquitectónicos.

A ilustração foi um meio muito importante para os antiquários criarem o *corpus* de edifícios ou obras de arte, porque conseguiram classificá-las e ao mesmo tempo desvendá-lhes o uso através da aplicação de um método comparativo. Em vista disso, este *corpus* ilustrado constituiu, por si só, um museu de imagens ou «museu de papel»¹⁶ que todavia, não manifestava rigor ou exactidão, apesar de que «dão a ver um ideal belo e ilustram teorias (...) os edifícios antigos são reduzidos e abstraídos de qualquer contexto»¹⁷. Na França, entre a segunda metade do século XVI e o segundo quartel do século XIX, foi composto um *corpus* de edifícios, devido à intensa conceptualização e recenseamento das antiguidades, que por sua vez ajudou na definição do papel do museu. Neste sentido, a atitude dos humanistas foi seguida por uma pesquisa intensiva e meticulosa dos eruditos que ficou a ser conhecida por antiquário(s), ou seja, aquele que é «sabedor no conhecimento dos antigos e que tem curiosidade por eles»¹⁸. Para os humanistas, os monumentos e vestígios antigos confirmavam a marca dos gregos e romanos mas, no entanto, o seu estatuto era inferior ao dos textos. Em oposição, os «antiquários desconfiavam dos livros»¹⁹ e, ainda acumularam nos gabinetes as “sobras” do passado em dossiers e em consequência disso constituíram assim, um grande *corpus* de objectos e edifícios antigos que pressupunha um inventário metodológico.



[Fig. 6, 7] – Gravura de ruínas antigas (John Nichols, 1794) e, veduta do Arco do triunfo de Trajano (Piranesi).

¹⁵ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 92.

¹⁶ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 30.

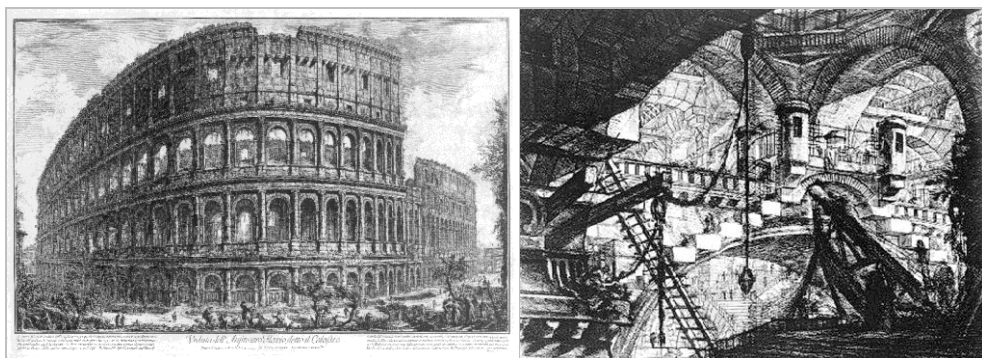
¹⁷ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 81.

¹⁸ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 66.

¹⁹ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 66.

Perante esta conjuntura surgiu a necessidade de que o conhecimento e compreensão das antiguidades fossem feitos a partir de um método mais rigoroso. Então, foi adoptada uma postura mais crítica acerca da história e da filosofia da história mas, somente quando foram usados critérios formais para a periodização da arte antiga. Assim, o arqueólogo Johann Joachim Winckelmann²⁰ (1717-1768) havia fundado a História da Arte como disciplina científica ainda que, o critério unificador ou articulador deste método histórico de Winckelmann fosse a doutrina do «bello ideal»²¹. A ascensão do romantismo ajudou a converter as obras antigas em objectos estéticos mas também, e antes de mais, em «monumentos histórico artísticos» estudados e classificados de modo científico. Durante o século XVIII, sobretudo como consequência da estima crítica do passado e do auge da razão ilustrada do iluminismo difundiu-se o sentimento e compreensão do património histórico-artístico, o qual passou a ser visto como elemento de identidade nacional. Com o aparecimento da História da Arte harmonizou-se a desigualdade existente entre o estatuto de monumento “antigo” e de monumento “gótico” todavia, iniciou-se também a conservação iconográfica.

Entre os anos de 1748 e 1774, Giovanni Piranesi (1720-1778) compilou as *Vedute di Roma*²², que organizavam uma longa serie desenhos de vistas da cidade. Os vestígios da Roma antiga haviam-no estimulado a reproduzir as ruínas reais e recriadas, sob uma forte influência do neoclassicismo. Entretanto, entre 1745 e 1750, Piranesi começou as *Carceri d'invenzione* – prisões da imaginação – os quais são desenhos com distorções fantásticas e surreais de estruturas épicas labirínticas que, numa “visão kafkiana”²³ agregam a arquitectura monumental e a ruína.



[Fig. 8, 9] – *Veduta* do Coliseu de Roma (Piranesi)e, *Carceri d'invenzione XI* (Piranesi).

²⁰ Winckelmann, Johann Joachim (1717-1768) - *Histoire de l'art dans l'Antiquité*.

²¹ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, pág. 31.

²² Piranesi, Giovanni Battista (1720-1778) - *Vedute di Roma*. (1748-1774).

²³ Kafka, Frank (1883-1924).

1.2. A ruptura de valores provocada pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial.

O despertar de uma nova sensibilidade face ao património aconteceu com o advento da Revolução Francesa. Neste momento, estamos perante outra consciencialização colectiva para a defesa de alguns edifícios públicos considerados, pelos cidadãos, património autêntico e, com sua consequência a «conservação iconográfica abstracta dos antiquários dava lugar a uma conservação real»²⁴. Então, a partir de 1789, o Estado Francês havia estabelecido a ideia de "antiguidade nacional" – património nacional - com uma dupla herança seja ela, o gosto da antiga monarquia pela glória e pelos monumentos ou, ainda a promessa de revolta para restituir à nação, os bens do Clero. A ideia de "Antiguidade Nacional" assegurou a instrução pública sobre a sua conservação tal como a prevalência de uma memória revolucionária. No séc. XIX, aconteceu a plena aceitação do "monumento histórico" como património e também surgiram aí, as primeiras medidas sobre a sua protecção. Este século representou uma tomada de consciência social sobre o património apesar de ocorrerem uma serie de acontecimentos contrários.

O termo de *'monumento histórico'*²⁵, pela primeira vez, apareceu na obra "*Antiquités Nationales*"²⁶ de 1790, escrita pelo naturalista francês Aubin-Louis Millin (1759-1818), no entanto, o contexto revolucionário em que se encontrava a França, em certo sentido, vai favorecer a consolidação deste conceito bem como a tomada de consciência necessária para fazer preservá-lo para o futuro. A ideia de Millin insiste ainda, no salvamento do objecto por meio da imagem – propósito do antiquário – mas também esclareceu acerca de uma «multidão de objectos interessantes para as artes e para a história que não podem ser transportados (para os depósitos), e que serão (...) estes monumentos preciosos que nós desejamos retirar à foice destruidora do tempo (...) Faremos representar os diversos monumentos nacionais, tais como antigos castelos, abadias, mosteiros, enfim, todos aqueles que possam narrar os grandes acontecimentos da nossa história»²⁷. As obras de arquitectura, enquadradas na categoria de bens imóveis, adquiriram os significados históricos e afectivos das antiguidades nacionais e conseqüentemente sofreram uma homogeneização do sentido dos valores que obrigava a elaboração de um método pela Comissão dos Monumentos. Este método devia classificar, inventariar, relatar o estado dos bens e, sobretudo devia estabelecer uma protecção, ou enfim, uma nova função directamente relacionada com o conceito de reutilização. No que diz respeito aos bens móveis, o seu tratamento é bem diferente, estes deveriam ser transportados para um depósito definitivo aberto ao público, ou seja, para o que hoje podemos designar de museu ou *museum*. Neste contexto, as primeiras impressões que marcaram um carácter científico e técnico na aproximação a um sistema de conservação e restauro. Neste sentido, é importante falar na figura de Felix Vicq d'Azyr (1748-1794) estudioso da anatomia do cérebro e um dos criadores da anatomia comparada. Sobretudo, ele «transpôs para o

²⁴ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 104.

²⁵ O termo designa «antiguidades nacionais por oposição às da Antiguidade e cobre todas as categorias». Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 125.

²⁶ Millin, Aubin-Louis (1759-1818) - *Antiquités nationales*. Recueil de monuments pour servir à l'histoire générale et particulière de l'empire français (1790).

²⁷ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 104.

domínio dos monumentos históricos a terminologia e os métodos descritivo e taxinómico»²⁸ todavia, o seu papel realçava uma nova forma da relação entre ciências naturais e o estudo dos monumentos históricos.

Portanto, o discurso científico e técnico adquiriu consciência de história dotando-a de valores definidos e concretos para preservar. Do conjunto geral dos valores, o mais indispensável era o «*valor nacional*»²⁹ porque encaminhou as medidas conservadoras mas, também legitimou o papel do inventário e das categorias patrimoniais. De seguida, os *valores cognitivos* que eram saberes «específicos e gerais, para todas as categorias sociais (...) [e] (...) permitem construir uma multiplicidade de histórias, de políticas, de costumes, de arte, de técnicas e servem, simultaneamente, para a investigação intelectual e para a formação das profissões e dos ofícios»³⁰. O monumento histórico ofereceu também um modelo para a indústria ou para as manufacturas, e como consequência, apareceu associado o *valor económico* e futuramente o *valor turístico*. Por último, o *valor artístico* que se encontrava relacionado com um conceito de arte vago, mas também a definição de beleza [estética] ainda se encontrava indefinida; este valor estava restrito à sua «função pedagógica para a formação dos artistas»³¹. A metamorfose dos "monumentos históricos" em "bens nacionais" marcou «uma intervenção inovadora da França na génese do monumento histórico e a sua preservação»³².

González-Varas sintetiza este período afirmando que «La Revolución Francesa, culminante en el año 1789, marca, como es sabido, la irrupción de las nuevas estructuras políticas, ideológicas y culturales del mundo contemporáneo. La aparición efectiva del concepto de "monumento histórico" y la gestación de un primer aparato administrativo, jurídico y técnico para su conservación son resultados concretos y palpables de la vasta metamorfosis operada en la relación dialéctica mantenida con el pasado histórico. (...)Es común en los procesos revolucionarios el deseo de señalar claramente la ruptura con la continuidad histórica anterior para afirmar la nueva situación»³³.

O século XIX atribuiu um novo estatuto às antiguidades, portanto, o conceito de "monumento histórico" iniciava assim a sua consagração mas o seu epílogo somente aconteceu por volta de 1964, com a redacção da Carta de Veneza. As contribuições singulares e ininterruptas dos diversos países para o desenvolvimento da teoria e prática de conservação do monumento, bem como, «as descobertas das ciências físicas e químicas, as invenções técnicas ou ainda os progressos da história da arte e da arqueologia»³⁴ assinalaram o restauro com disciplina independente. Com efeito, a coerente e sólida autenticação, do estatuto de "monumento histórico" apenas

²⁸ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 118.

²⁹ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 119.

³⁰ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 120.

³¹ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 120.

³² Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 121.

³³ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 33.

³⁴ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 136.

sucedeu-se com a chegada do período industrial e, sobretudo esse estatuto começou a ser definido por valores como os seus *contornos espaço-temporais*, o seu *estatuto jurídico* e o seu *tratamento técnico*³⁵. Tanto o processo de transformação da época industrial como a metamorfose do meio-ambiente humano haviam contribuído para uma ruptura com os valores tradicionais que, posteriormente proporcionaram a universalização do conceito de património cultural.

Por sua vez, o Romantismo contribuiu com uma representação figurativa dos monumentos antigos pois, o conjunto das imagens complementares «enriquece a percepção concreta do monumento, por via da mediação de um novo prazer»³⁶. Conforme estas ideias românticas, o monumento histórico é apresentado como um objecto descontextualizado todavia inserido cenograficamente num conjunto com um propósito de produzir um efeito. Ou seja, «o olhar do artista romântico inscreve o monumento numa encenação sintética que o dota de um valor pictórico suplementar, sem relação com a sua qualidade estética própria»³⁷ e cujo exemplo se encontrava nas «topografias pitorescas»³⁸ de Turner (1775-1851). A “imagem pitoresca” podia gerar um sentimento de comoção ou ânsia face ao monumento ou ruína medieval, no entanto, ela também foi o símbolo do propósito humano que adoptava um duplo valor moral representativo de um arquivo original e da fugacidade das obras humanas. Com efeito, a promoção destes valores apaixonados do romantismo integrou assim o monumento histórico no novo culto da arte.

O Romantismo sucede com o culto do Pitoresco nos jardins Ingleses e, também com o início do Revivalismo Gótico. Neste sentido, é evidenciado o individualismo, a emoção pessoal sobre a ideia clara e, a busca da felicidade na paixão mas, ainda há a supremacia da imaginação sobre a razão e a acção; fuga para o sonho, para o misterioso, o exótico, o pitoresco ou o passado. Alguns temas do romantismo são, o sonho poético, a paixão fatal, a contemplação da natureza e o génio incompreendido. Mas na arquitectura romântica, assistiu-se a um revivalismo da Idade Média - complementado pelos primeiros programas de restauro - na qual se mantém e reforça a tendência historicista, associando-a à imaginação criadora. Assim, contrapõem-se à ordem e racionalismo do neoclassicismo com a assimetria e o imprevisto. Entretanto, o romantismo na pintura busca do pitoresco na paisagem e a temática Bíblica e historicista medieval. Essencialmente, a arte romântica exprime-se como uma reacção “anti-clássica”, inspirando-se no passado nacional (nacionalismo) ou longínquo (exotismo, utilização das fontes Bíblicas) por contraposição ao passado da herança Clássica (greco-latina) e, também na Natureza através da Paisagem. As Paisagens rurais ou marítimas, tornam-se os temas centrais da pintura ou servem ainda de enquadramento a cenas alegóricas estabelecendo um ambiente nostálgico - representação de ruínas no meio de uma natureza luxuriante que se revela indiferente ao destino dos homens - ou dramático - representação das forças da natureza sob as quais o homem está á mercê - entre personagens e fundo paisagístico.

³⁵ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 137.

³⁶ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 141.

³⁷ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 141.

³⁸ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 142.

À busca neo-clássica do “belo ideal” e dos arquétipos eternos apenas inteligíveis pela razão, contrapõe-se à aspiração romântica do predomínio do sensível, a cor, a iluminação local, o movimento e o particular.

Em Inglaterra, a oposição entre “novo” e “antigo” abriu caminho para Ruskin (1819-1900) anunciar a diferença entre a arquitectura tradicional e a construção moderna. Apesar de confrontada com a indústria. A Inglaterra permaneceu apegada às tradições e orientada por um ideal de *revival* discordante do interesse pelo valor nacional e histórico que era então, promovido pela museologia Francesa. Por estes motivos, a consagração do monumento histórico encontrava-se directamente ligada a revolução industrial inglesa. O final do século XIX sugeriu duas visões antagónicas na aplicação do método de restauro aos monumentos e às obras de arte. Iniciava-se assim, a época do “Restauro Estilístico”, a qual se encontrava ligada ao nome do francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), embora fosse imposto o restauro do monumento segundo o seu estilo característico, pelos inspectores franceses. Por oposição, a nível conceptual e de intervenção, surgiram as figuras de John Ruskin e William Morris que contrapunham directamente as ideias de Viollet-le-Duc.

O francês Viollet-le-Duc foi admirador do gótico, estilo que ele considerava a maneira mais racional de construir, todavia «sente nostalgia pelo futuro e não pelo passado. (...) [isto] explica o endurecimento progressivo da sua atitude restauradora»³⁹ mas ainda, influenciou as ideias ocidentais acerca do restauro no século XIX. No entanto, Viollet reivindicou o restauro como disciplina científica e, ainda na obra “*Dictionnaire raisonné de l'Architecture française du XIème au XVIème siècle*”⁴⁰, na qual trabalhou a partir de 1854 até 1871, expôs as suas ideias e conceitos sobre restauro. Nesta obra escreveu que «restaurar un edificio no es mantenerlo, repararlo o rehacerlo, es restituirlo a un estado completo que quizás no haya existido nunca»⁴¹. A teoria de restauro de Viollet-le-Duc assentava no conceito da recuperação do monumento como havia sido na sua origem e, portanto era objectivo do “restauro estilístico” conseguir alcançar o monumento “ideal” de estilo e carácter único não afectado pela tripla influência destruidora do Homem, da Natureza e do Tempo.

No mesmo período, em Inglaterra, surgiram outras tendências opostas protagonizadas por John Ruskin e William Morris. Em Inglaterra rebentou o «*gothic revival*»⁴² e viveu-se assim o período neo-gótico cujos seus seguidores consideravam ser um estilo puro e rigoroso, visto mais como uma religião do que um estilo arquitectónico. É um período marcado pela publicação dos textos de John Ruskin que iniciaram a doutrina da “não intervenção”⁴³ formulada em Inglaterra por volta de

³⁹ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 162.

⁴⁰ Viollet-le-Duc, Eugène (1814-1879) - *Dictionnaire raisonné de l'Architecture française du XIème au XVIème siècle*.

⁴¹ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 159.

⁴² González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 200.

⁴³ «la doctrina de la “no intervención”». González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 193.

1850. As palavras de Ruskin remetiam para a «estricta conservación»⁴⁴ visto que, mais vale a ruína do monumento do que a reconstrução infiel deste, então neste momento, surgiu a necessidade de dar importância ao valor da “autenticidade” materializada pela obra de arte. Futuramente, o valor da “autenticidade” iria ser universalmente e definitivamente reconhecido no Documento de Nara [1994]. Varas identifica a doutrina de Ruskin como «más que una metodología, (...) debe entenderse como una auténtica filosofía de la conservación de bienes culturales»⁴⁵. Com efeito, as diferenças entre as doutrinas de Viollet e de Ruskin incidiam essencialmente nos diferentes “universos espirituais” que cada país vivia a sua situação da operação do restauro e, por isso mesmo, não representaram simplesmente uma controvérsia sobre como intervir nos monumentos. De facto, Ruskin definiu o monumento a um nível poético, ético e ideal mas ainda, a sua doutrina, foi considerada como a «restauración romántica»⁴⁶. Desta forma gerou-se, em Inglaterra, o que ficou conhecido como movimento “anti-restauro” ou a “teoria da não intervenção”.

Apareceu uma geração de arquitectos, no final do século XIX e início do século XX, preocupados com o conceito de restauro e em defesa da conservação e reparação, de modo a preservarem os valores históricos e artísticos do monumento e, ao mesmo tempo, baseados nos princípios estabelecidos pelas figuras de Camillo Sitte, Alois Riegl, Camillo Boito e Gustavo Giovannoni. Como reacção aos conceitos de restauro de Viollet-le-Duc, e às ideias passivas de Ruskin e Morris, as ideias de Boito e seus seguidores defenderam intervenções de nível intermédio, que iriam a servir de base às teorias actuais. Os austríacos Camillo Sitte (1843-1903) e, também Alois Riegl (1858-1905). Ambos influenciaram de sobremodo o conceito do património histórico. Para Camillo Sitte a «cidade antiga, prescrita pelo futuro da sociedade industrial, não deixa de ser reconhecida e constituída numa figura histórica original que convida à reflexão»⁴⁷ contudo este olhar é antípoda da perspectiva de Ruskin. C. Sitte não expressou cuidado no salvamento ou preservação dos centros antigos, mas no entanto, pode-se retirar da sua obra que para as cidades antigas «o seu papel terminou, a sua beleza plástica permanece»⁴⁸. Nos começos do século XX o historiador de arte vienense Alois Riegl introduziu medidas legais para analisar criticamente a noção de monumento histórico. Sem obscuridade Riegl distinguiu ainda, monumento de monumento histórico, sendo o primeiro definido por duas categorias de valores: uns de «rememoração» (*Erinnerungswerte*) estão ligadas ao passado e fazem intervir a memória. Os outros ditos “de contemporaneidade” (*Gegenwartswerte*), pertencem ao presente»⁴⁹. No entanto, surgiu com Riegl um novo valor da “antiguidade”, o qual «diz respeito à idade do monumento e às marcas que o tempo não deixa de lhe imprimir»⁵⁰ contudo este valor é perceptível por cada um. Este valor estava imediatamente ligado à primeira categoria (*Erinnerungswerte*) que referia-se ao encanto provocado por essa memória de “antiguidade” [monumento] na nossa sociedade contemporânea. A segunda categoria (*Gegenwartswerte*) relacionava-se com o lado transcendente do «valor

⁴⁴ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 193.

⁴⁵ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 199.

⁴⁶ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 200.

⁴⁷ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 196.

⁴⁸ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 203.

⁴⁹ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 170.

⁵⁰ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 171.

artístico» que expunha o valor de «utilização»⁵¹. A distinção entre monumento e monumento histórico ou ruínas arqueológicas residiu na ausência do valor de “utilização” pois os últimos apresentavam, respectivamente, valor histórico e qualidade de antiguidade.

Para além dos austríacos com ideias sobre restauro surgiram também, os italianos Camillo Boito (1836-1914) e Gustavo Giovannoni (1873-1947), o qual foi seguidor do primeiro. Ambos deram origem à Escola Moderna de Restauro, como igualmente influenciaram a “doutrina do restauro científico”, as quais depois haviam sido usadas para desenvolver a Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos Históricos. Esta Carta foi adoptada no Primeiro Congresso de técnicos e arquitectos de Monumentos Históricos realizada em 1931 em Atenas. Neste sentido, Giovannoni acrescentou a importância de salvaguardar não só os monumentos mas também os contextos em que estão inseridos: «per conservare una città non basta salvare i monumenti ed i bei palazzi, isolandoli ed adettandovi intorno un ambiente tutto nuovo; occorre anche salvare l'ambiente antico con cui essi sono intimamente connessi»⁵². Resumindo, o autor de “*Vecchie città*” enunciou o valor cultural da cidade “existente”, e por consequência, declarou que esta devia ser encarada como um museu aberto, cujas suas funções [cidade “existente”] encontravam-se misturadas, porém, funcionava como antítese da cidade nova definida como organismo social, cinemático e estético. A teoria e a pratica de Giovannoni colocou a dimensão estética do aglomerado humano no centro das preocupações desse tempo mas também antecipou as diversas políticas desenvolvidas e aplicadas depois de 1960 na Europa.

A revolução francesa marcou o início da idade contemporânea, pela forma como rompeu com os valores tradicionais, mas também, possibilitou a universalização do conceito de **monumento histórico nacional**. A conservação iconográfica deu lugar às primeiras medidas de protecção ou “conservação real” dos monumentos. A identidade da cultura era o património antigo nacional, tal como, as peças de museu [bens móveis], mas também, a arquitectura [bens imóveis] da qual se destacava o “monumento histórico”. Mas no século XIX, o conceito de **conservação** do monumento histórico relacionava-se com o conceito de restauro. A revolução industrial forneceu novas técnicas e meios de análise, e assim, o restauro tornou-se numa disciplina autónoma. Contudo, o olhar romântico também conferiu ao monumento [objecto] um valor de “imagem pitoresca”. Com o equilíbrio destas duas perspectivas opostas, no final do século XIX, os conceitos de restauro, conservação e reparação começaram a respeitar os valores históricos e artísticos, tanto das cidades como dos monumentos antigos, cuja finalidade era preservar um “bem do passado”.

⁵¹ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 171.

⁵² *Para preservar uma cidade que não é suficiente salvar os monumentos e belos palácios, isolando-os e adaptando-os em torno de um ambiente totalmente novo, também temos de salvar o meio ambiente antigo com o qual está intimamente relacionado.* Giovannoni, Gustavo. *Vecchie città ed edilizia nuova*, p. 163.

1.3. Universalização da noção de Património Cultural no século XX.

Decorreu na segunda metade do século XIX – revolução industrial - uma oposição de pensamentos que apontavam especialmente para duas doutrinas, por um lado o “restauro estilístico” de Viollet-le-Duc, e por outro a “teoria da não intervenção” de John Ruskin. Com o passar do tempo, especialmente na mudança para o século XX, estes “saberes” adversos foram-se equilibrando. Os conceitos de restauro também alcançaram a sua universalização através da redacção de documentos sob a forma de Cartas, Convenções, Recomendações ou Resoluções. Estes documentos visavam a Identificação, a Preservação e Divulgação do Património Cultural no âmbito mundial todavia, cada país teria de os legitimar no campo de acção nacional. Os documentos reflectiam sobre os problemas e desafios da salvaguarda e valorização do património no sentido da criação de diversas abordagens, interpretações, critérios e também nas formas práticas da sua aplicação.

A II Guerra Mundial que afectou a Europa, no século XX, marcou outra fase na história do património [cultural]. Esta guerra deixou muitas cidades destruídas e conseqüentemente grande parte das construções existentes. Como efeito desta destruição de monumentos históricos com valor artístico e cultural, emergiu a necessidade de inovar em relação à conservação actuando sobre o princípio da “intervenção mínima” apresentado na Carta de Atenas, de 1931. Este momento de grande devastação da guerra provocou um sentimento pelo valor artístico do monumento destruído que superou então, o seu valor histórico.

Do II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza no ano de 1964, resultou um documento, a **Carta de Veneza** sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios [ICOMOS], ainda hoje reconhecido como documento emblemático acerca do património. Nesta carta foram definidos os primeiros conceitos de património cultural que na nossa actualidade se encontram dogmatizados. O conceito de monumento histórico, apresentado nesta carta engloba «não só as criações arquitectónicas isoladamente, mas também os sítios, urbanos ou rurais, nos quais sejam patentes os testemunhos de uma civilização particular, de uma fase significativa da evolução ou do progresso, ou algum acontecimento histórico. Este conceito é aplicável a qualquer realização que tenha adquirido significado cultural com o passar do tempo»⁵³. Posteriormente, a UNESCO, em 1972, foi redigida a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, e ainda, a Recomendação sobre a Protecção, no âmbito nacional, do Património Cultural e Natural, porém, ambas definiram a diferença entre os dois tipos de património seja ele “edificado” ou “paisagem” bem como a sua salvaguarda. Os anos 90, do século XX, estabeleceram o carácter legítimo dos bens com a redacção do Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural [UNESCO, ICCROM; ICOMOS, 1994] e também se fez a revisão da Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico [Conselho da Europa, 1992].

Destaca-se finalmente, a **Carta de Cracóvia** sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído, documento este que foi subscrito em Outubro de 2000, por diversos países. A carta sublinha a importância pelo respeito dos direitos

⁵³ Art. 1, Carta de Veneza, 1964.

humanos e das liberdades fundamentais como base para o desenvolvimento da criatividade cultural, mas ainda assinala a necessidade de cooperação ao nível da formação técnica e científica entre os Estados aderentes. O objectivo principal, apontado pela Carta de Cracóvia, é «a conservação do património [paisagístico, urbano, arquitectónico e elementos que o compõem]. A conservação deste património pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções como por exemplo, o controlo do meio-ambiente, manutenção, reparação, restauração, renovação e reabilitação. As acções de Manutenção e Reparação são parte do processo de conservação»⁵⁴. Esta carta também refere que o “Projecto de Restauo” «implica a conservação do património através de um processo de estudo estrutural; análises gráficas e de magnitudes; identificação do significado histórico, artístico e sociocultural; interacção de varias disciplinas»⁵⁵. No entanto, deve-se evitar a reconstrução dentro do “estilo do edifício” de partes inteiras do mesmo. A reconstrução de partes limitadas deve ser baseada em documentação. O “novo” a incorporar deve reflectir a linguagem da arquitectura actual»⁵⁶

A Carta de Cracóvia estabeleceu assim 5 classes ou categorias de património cultural:

[1] Património Arqueológico⁵⁷

A intervenção no Património Arqueológico deve estar estritamente ligada com o que está em redor, ou seja, relacionada com o Território e Paisagem. Na escavação, o trabalho arqueológico deve ser documentado e deve ser reduzido os aspectos destrutivos. A Intervenção e Conservação dos achados arqueológicos impõem o princípio da “Mínima Intervenção”, no entanto, a sua Protecção e Apresentação Pública devem usar técnicas modernas, bancos de dados, sistemas de informação e apresentações virtuais.

[2] Edifícios Históricos e Monumentos⁵⁸

Para os Edifícios Históricos e Monumentos é importante a conservação do contexto em que se inserem seja Rural ou Urbano. Contudo deve-se manter a Autenticidade e Integridade, e como consequência, a conservação requer então um “Projecto de Restauo” guiado por métodos e objectivos.

[3] Decoração Arquitectónica, Escultura e Elementos Artísticos⁵⁹

⁵⁴ Art. 1 e 2, Carta de Cracóvia, 2000.

⁵⁵ Art. 3, Carta de Cracóvia, 2000.

⁵⁶ Art. 4, Carta de Cracóvia, 2000.

⁵⁷ Art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

⁵⁸ Art. 6, Carta de Cracóvia, 2000.

⁵⁹ Art. 7, Carta de Cracóvia, 2000.

[4] Cidades Históricas e Lugares⁶⁰

O Contexto Territorial das cidades, aldeias históricas e povoações ou lugares, é uma parte essencial do património universal que deve ser visto como um todo com estruturas, espaços e características socioeconómicas, num processo de evolução contínua (processo de planificação integrado - conservação), contudo, a sua conservação deve atender ao contexto, Urbano e Rural. No contexto Urbano, o objecto são os conjuntos edificados e espaços livres cuja área de intervenção – parcela urbana, totalidade da pequena cidade ou aldeia – deve integrar os valores imateriais e intangíveis. Qualquer intervenção deve ter em conta a morfologia, funções urbanas, estruturas urbanas, interligação com o território e paisagem envolvente. Além de que os edifícios que constituem a zona histórica devem ser salvaguardados como elementos de continuidade urbana devido às suas características: dimensionais, técnicas, espaciais e decorativas e cromáticas. Então, o "Projecto de Restauro" deve verificar a sustentabilidade e prever o processo de gestão, mas também, deve ser aplicado a imóveis do tecido urbano que desempenham duas funções: elementos definidores da forma urbana e possuir uma espacialidade interna (valor essencial).

[5] Paisagem⁶¹

A Paisagem é o resultado e reflexo da interacção prolongada, nas diferentes sociedades, entre o homem, a natureza e o meio ambiente físico, ou seja, representa testemunhos da relação evolutiva das comunidades e dos indivíduos com o seu meio ambiente. A Conservação, Preservação e Desenvolvimento, da paisagem, centram-se em aspectos humanos e naturais integrando valores materiais e intangíveis. É importante compreender e respeitar o carácter das paisagens mas também aplicar leis e normas adequadas a harmonizar os usos ou funcionalidades territoriais com valores paisagísticos essenciais, e portanto, elas [paisagens] possuem uma relação histórica com os territórios e com as cidades. A integração da conservação da paisagem cultural associada ao desenvolvimento sustentado das regiões e localidades, com actividades ecológicas no meio ambiente, requerem uma consciencialização e uma compreensão das suas relações ao longo do tempo – estabelecimento de relações com o meio ambiente construído de regiões metropolitanas, cidades e núcleos históricos. A conservação integrada das paisagens arqueológicas ou com interesse paleontológico bem como o desenvolvimento da paisagem que apresentem alterações muito significativas envolvem a consideração de valores sociais, culturais e estéticos.

Ainda no contexto do século XX, mas fazendo agora um paralelismo com algumas ideias da obra "*A teoria do restauro*"⁶², a qual descreve o processo de criação artística, mas também, as componentes da obra de arte. Para Brandi (1906-1988), a **obra de arte** é considerada como **objecto** de estudo para uma futura intervenção de conservação ou restauro. A descrição feita na obra, acima supracitada, refere que o "processo de criação artística" da obra de arte é composto em dois momentos, a

⁶⁰ Art. 8, Carta de Cracóvia, 2000.

⁶¹ Art. 9, Carta de Cracóvia, 2000.

⁶² Cesare Brandi - *A teoria do restauro*.

“constituição do objecto” propriamente dita [experiência existencial e simbólica], seguido pela “formulação da imagem” [*astanza*-realidade pura]. Entretanto, o artista precisa de utilizar materiais para formular essa “imagem”, e assim, conseguir tornar o objecto em realidade experiencial, isto é, em “matéria” [obra de arte]. Ainda se pode acrescentar que qualquer obra de arte, seja ela uma pintura [bem móvel] ou arquitectura [bem imóvel], é também **objecto de restauro**, do qual se tem a obrigação moral de salvaguardar, tanto “imagem” como a “matéria”. Portanto, o restauro deve seguir um sistema formal de abordagem do objecto, sendo que a sua «forma é a espacialização no tempo»⁶³ e a sua «espacialidade é a temporalização do espaço»⁶⁴. Na arquitectura também se manifestam, entre outros, os aspectos de forma [imagem] e de espacialidade, mas ainda, é-lhe específico o aspecto da funcionalidade [função], pois esta representa o estímulo primário para a “constituição do objecto” [uso]. A autenticidade da matéria, do objecto arquitectónico de restauro, é-lhe conferida pela estrutura da forma [imagem], e como tal, qualquer intervenção produzida na esfera biológica e física da obra de arte, joga com os seus valores. Portanto, a obra de arte, sendo produto da actividade humana, é representada pela sua dupla solicitação estética [*artisticidade*] e histórica [tempo e lugar], cuja especificidade da arquitectura ainda acrescenta a função utilitária ou funcional [*utensilidade*].

Brandi, ainda afirmou que «o restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade *estética* e *histórica*, com vista à sua transmissão para o futuro»⁶⁵. Com esta definição ele havia definido os dois princípios do restauro referindo, que «só se restaura a *matéria* da obra de arte»⁶⁶ [primeiro axioma], mas também, «deve visar o restabelecimento da *unidade potencial* da obra de arte, desde que isto seja possível, sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem se apagar nenhum sinal de passagem da obra de arte no tempo»⁶⁷ [segundo axioma]. Mas, quando uma obra de arte ou de arquitectura chega ao “estado” de **ruína** a sua conservação deve depender de juízos históricos e estéticos com a finalidade de manter a autenticidade. Numa perspectiva histórica, para consolidação e conservação do *status quo* do objecto [obra de arte/arquitectura], o restauro deve seguir três formas distintas, o “restauro preventivo”, a “intervenção indirecta” e a “intervenção directa”. Em primeiro o “restauro preventivo” refere-se à mera conservação e salvaguarda com impossibilidade de intervenção directa na matéria. Em segundo a “intervenção indirecta” envolve o espaço-ambiente do objecto, o que na arquitectura se torna um problema paisagístico/urbanístico. Por último, a “intervenção directa” que se refere à instancia histórica da adição. O novo e o velho, questão posteriormente abordada no trabalho, e na qual se averiguou a existência desta forma de “restauro”, realizada em contacto directo com o ambiente/sítio arqueológico estudado.

Os princípios de restauro devem ser aplicado às obras de arte em geral, as quais são o seu objecto de estudo. Para a obra de arquitectura, isto é, outro objecto de estudo do restauro, também devem ser aplicados alguns dos princípios gerais definidores da

⁶³ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*; p. XVII.

⁶⁴ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*; p. XVII.

⁶⁵ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*; p. 4.

⁶⁶ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*; p. 5.

⁶⁷ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*; p. 6.

noção de monumento como documento histórico, com a dupla instância, histórica e artística. Mas como objecto de estudo, a obra de arquitectura comporta a espacialidade própria do monumento, mas também, a coexistência com o espaço ambiente. Portanto, se «numa arquitectura como interior, a salvaguarda da dimensão exterior-interior é assegurada só pela conservação do interior, numa **obra arquitectónica como exterior**, a dimensão exterior-interior exige a conservação do espaço ambiente no qual o monumento foi construído»⁶⁸. Nesse caso, passa-se a falar de um novo todo [objecto], constituído pelo "monumento" – obra de arquitectura como interior - e, pelo contexto da "paisagem" envolvente - obra de arquitectura como exterior. Em forma de resumo, pode-se afirmar que tanto os monumentos como a paisagem são documentos, ou seja, são património cultural, assim, tornam-se em verdadeiros objectos de estudo, e cuja arquitectura desempenha um papel activo nas intervenções culturais [salvaguarda e valorização].

⁶⁸ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*; p. 92.

2. Património e Paisagem [Cultural]

2.1. Os bens culturais [valores móveis e imóveis].

Os múltiplos aspectos constituintes de uma cultura como, a língua [instrumento de comunicação entre os membros de uma comunidade], as relações sociais, os ritos e cerimónias, os comportamentos colectivos, ou seja, o chamado sistema de valores e crenças, definem historicamente, a identidade cultural de um povo. Uma característica destes elementos de identidade cultural é o seu carácter imaterial e anónimo, visto que são produto de uma colectividade. O “monumento histórico” é eficiente na síntese de valores, sobretudo pela sua presença material e singular, mas também, por ser considerado como «un objeto físicamente concreto que se reviste de un elevado valor simbólico que asume y resume el carácter esencial de la cultura a la que pertenece; el “monumento” compendia las preeminentes capacidades creativas y testimoniales de esa cultura»⁶⁹. A identidade cultural transmitida por estes objectos providos de uma capacidade documental, como por exemplo as “ruínas” ou os “vestígios” de cultura que, é insubstituível. Apenas na segunda metade do século XX tornou-se necessário, superar o conceito de “monumento histórico” com a finalidade de torná-lo mais abrangente, e igualmente, reformulá-lo e transformá-lo no conceito moderno de “bem cultural”. Ainda que, amparado por critérios estéticos e históricos, o conceito de “monumento histórico” implicava um juízo de valor cuja importância explicava o seu papel no desenvolvimento da arte e da história.

Desta forma a “cultura material”, concretizada nos “vestígios” ou “signos da presença humana”, pode reconstruir a cultura desenvolvida por um grupo [humano] num determinado território, e como consequência disso também, pode reconstituir ou reconstruir a história cultural dos povos. No sentido mais vasto, esses vestígios ou signos definidores de cultura, são considerados “bens”, os quais é necessário proteger e salvaguardar. Sobretudo, a sua noção compreende «cualquier manifestación o testimonio significativo de la cultura humana»⁷⁰, e portanto, “bem cultural” é sinónimo de “património histórico” e “património cultural”. O conceito de “bem cultural” começou-se a utilizar, internacionalmente, a partir da década de 50 do século XX, assim se conseguiu começar a distinguir o carácter cultural do natural que, se especificam em «”bienes culturales” y “sitios naturales”»⁷¹. Todavia, a natureza e a cultura são complementares, mas também, a identidade [cultural] é formada pela interacção do homem com o meio envolvente. Em Portugal, esta noção de “bem cultural” está legitimada pela Lei de Bases do Património Cultural [Lei nº 107/2001].

⁶⁹ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 43.

⁷⁰ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 44.

⁷¹ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 46.

2.2. Património e Paisagem Cultural.

Assim consideram-se “património cultural”, os bens materiais e imateriais que certificam o «valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização, mas também, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa»⁷². Todavia, os bens materiais e imateriais «são de interesse cultural histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade»⁷³. Com efeito, a identidade cultural pode reflectir-se através de um bem móvel, e nesse caso, instituiu-se a língua como «um elemento essencial do património cultural português»⁷⁴.

A protecção e valorização pretendem vivificar a identidade cultural, mas ainda, promover o aumento do bem-estar [socioeconómico], o desenvolvimento [regional e local], ao mesmo tempo defender a qualidade ambiental e paisagística. Os objectivos desta política de património cultural são, «o conhecimento, a protecção, a valorização e o crescimento dos bens materiais e imateriais bem como os respectivos contextos»⁷⁵, no entanto, a protecção legal dos bens [culturais] «é feita através da sua classificação e da sua inventariação»⁷⁶. A classificação do património funciona como instrumento jurídico, e tem por finalidade a Protecção e a Valorização [património cultural]. Então, os bens imóveis podem «pertencer às categorias de **monumento, conjunto e sítio**»⁷⁷, como já havia sido estabelecido na Recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do património cultural e natural [UNESCO, 1972]. Então, os bens imóveis podem dividir-se em três categorias [de Património Cultural]:

- **Monumentos:** obras arquitectónicas, escultura ou pintura monumentais, incluindo grutas e inscrições, assim como os elementos, grupos de elementos ou estruturas de especial valor do ponto de vista arqueológico, histórico, artístico ou científico.
- **Conjuntos:** grupos de construções isoladas ou reunidas que pela sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm um valor especial do ponto de vista da história, arte ou ciência.
- **Lugares [sítios]:** zonas topográficas, obras conjugadas do Homem e da Natureza que têm um valor especial devido à sua beleza ou ao seu interesse do ponto de vista arqueológico, histórico, etnológico ou antropológico.

⁷² Art. 2º, Lei nº 107/2001.

⁷³ Art. 2º, 3-Lei nº 107/2001.

⁷⁴ Art. 2º, 2-Lei nº 107/2001.

⁷⁵ Art. 12º, 2-Lei nº 107/2001.

⁷⁶ Art. 16º, 2-Lei nº 107/2001.

⁷⁷ Art. 15º, Lei nº 107/2001.

As três categorias gerais do Património Cultural - os monumentos, os conjuntos e os sítios – devem ser ordenados segundo as cinco classes estabelecidas pela Carta de Cracóvia [2000], as quais classificam os casos de estudo do trabalho:

- [1] Património Arqueológico.
- [2] Edifícios Históricos e Monumentos.
- [3] Decoração Arquitectónica, Escultura e Elementos Artísticos.
- [4] Cidades Históricas e Lugares.
- [5] Paisagem.

Na perspectiva da classificação de bens culturais, encontra-se a categoria de **Património Arqueológico e paleontológico**, e na qual, integram «todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia. O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental»⁷⁸. Embora, o património arqueológico faça parte do território funciona, simultaneamente, como um contentor patrimonial e um sistema de suporte à vida, ainda que esteja em constante mutação ou transformação por elementos naturais ou da acção dos agentes humanos. Portanto, o Património Arqueológico não é apenas um "vestígio" é ainda uma criação contemporânea das sociedades industriais mas, também é um elemento de caracterização das paisagens, da memória colectiva, da educação e da cultura. A valorização e a manutenção, do Património Arqueológico, podem-se materializar sob forma de Parque arqueológico que pode ser avaliado como «qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada (...). Entende-se por território envolvente o contexto natural ou artificial que influencia, estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido»⁷⁹.

E devido à natureza insubstituível do património, a humanidade passou a ter o direito ao seu património cultural, mas também, à totalidade das suas dimensões,

⁷⁸ Art. 74º, Lei nº 107/2001.

⁷⁹ Art. 74º, Lei nº 107/2001.

sejam elas imateriais e/ou materiais, fazendo-se assim, integrar na Declaração dos Direitos do Homem - 50º Aniversário da Declaração dos Direitos do Homem.⁸⁰

Nas diversas partes do mundo existe uma grande variedade de paisagens que são, simultaneamente, obra conjunta do Homem e da Natureza e, sobretudo expressam uma relação entre pessoas e meio ambiente. Alguns lugares ou paisagens reflectem técnicas agrícolas que garantem a diversidade biológica; outros são associados às comunidades que, através de costumes artísticos e tradicionais, simbolizam a relação espiritual entre pessoas e natureza. Ambos, lugares e paisagens, testemunham o desenvolvimento social, mas também, a vitalidade imaginativa e espiritual da humanidade, e ainda, podem constituir parte da identidade colectiva. Neste sentido, o conceito de paisagem é «formal expression of the numerous relationships existing in a given period between the individual or a society and a topographically defined territory, the appearance of which is the result of the action, over time, of natural and human factors and of a combination of both»⁸¹.

Efectivamente, homem e natureza, são os dois factores importantes para determinar o carácter da paisagem, ou seja qual a sua localização, quais são os seus atributos naturais, qual é o seu ambiente administrativo ou intelectual e imaginário, qual a sua densidade populacional, qual é o seu uso. Porém, a sua conservação e valorização como objecto físico, deve envolver as suas componentes naturais e culturais. Portanto só assim, a paisagem pode representar e fornecer informações sobre as relações sociedade e meio-ambiente, e logicamente, deve-se concluir que a **paisagem é também património cultural**⁸². Em 1972, o ICOMOS definiu o conceito de **Paisagem Cultural** [Cultural landscapes], como propriedades expressivas das obras conjugadas do homem e da natureza, ou seja, citando ainda a Recomendação de 1972, são «cultural properties that represent the "combined works of nature and man"»⁸³.

Apenas a partir deste novo conceito, de Paisagem Cultural, o qual se conseguiu definir ou dividir em três categorias principais⁸⁴:

[1] Paisagem Intencionalmente Concebida e Criada pelo Homem – a mais fácil de identificar - engloba as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.

⁸⁰ Declaration, of ICOMOS, marking the 50th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights.

⁸¹ Art. 1. Recommendation No. R (95) 9 - On The Integrated Conservation Of Cultural Landscape Areas As Part Of Landscape Policies.

⁸² ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.108-115.

⁸³ Introduction to Cultural Landscapes-World Heritage Cultural Landscapes.

⁸⁴ World Heritage Cultural Landscapes. Online: http://www.international.icomos.org/centre_documentation

[2] Paisagem Organicamente Evolutiva - reflecte o processo evolutivo na sua forma e na sua composição - resulta de uma exigência de origem social, económica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma actual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens. Subdividem-se em duas categorias:

· *Paisagem fóssil ou relíquia* - o processo evolutivo chegou ao fim - é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis;

· *Paisagem em continuidade ou viva* - mantém um papel activo na sociedade contemporânea intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.

[3] Paisagem Cultural Associativa - relaciona-se com valores de associações religiosas, artísticas, culturais ou elementos naturais – a inscrição destas paisagens na Lista do Património Mundial justifica-se pela força da associação a fenómenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes.

Talvez a paisagem possa ser estudada como um documento, ou simplesmente, representativa de um momento da dinâmica evolutiva de uma cultura ou povo, mas sobretudo, ela funciona como uma impressão digital de uma outra era, ou seja, representa a evolução no tempo e no espaço de uma cultura. Ainda se pode afirmar que a sua compreensão, objectiva e subjectiva, só pode ser produzida e alcançada pela sua interpretação e fruição *in situ*.

2.3. Território-Museu [região de memórias vivas]

Território-Museu ou Museu "ao ar livre" é um conceito herdeiro, dos ecomuseus franceses e da tradição anglo-saxónica, e que tem como **metodologia** inicial uma prévia reflexão sobre os valores do património cultural, sejam eles: o valor identitário [elemento como imagem e identidade territorial], o valor económico [negócios e emprego], o valor social [maior qualidade de vida]. Portanto, este conceito de "museu ao ar livre" consagra uma verdadeira e constante interdisciplinaridade no sentido da compreensão da totalidade territorial sua componente. A metodologia do [Território-Museu] não pretende conceber território mas sim entendê-lo como um espaço de memória com dinâmica evolutiva própria e como uma base sólida para o desenvolvimento. No seu sentido físico, materializa-se num "museu ao ar livre", contudo também se apresenta como espaço de ócio cultural e interpretação territorial, ou seja, representa um Museu Aberto, Vivo e Habitado que marca ou cunha o território. Portanto a percepção do património no seu contexto original confere-lhe um carácter de lugar de memória. Como exemplo da materialização deste conceito, em Portugal, pode-se referir o Parque Arqueológico do Vale do Côa [PAVC] que se insere na Lista de Património Mundial, mas também, encontra-se inscrito no raio da

Paisagem Cultural do Alto Douro Vinhateiro. Com efeito, o Parque Arqueológico [PAVC] representa não só a materialização da obra conjunta do homem e da natureza na época pré-histórica, com também ele caracteriza o modo de vida actual daquela região [as vinhas], e ainda, se apresenta como um elemento que exprime as memórias de identidade, económicas e sociais da cultura portuguesa específicas daquele lugar. Os casos de estudo do trabalho estão inseridos nos *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve* mas, também eles podem ser considerados como partes integrantes do Território-Museu ou Museu "ao ar livre", visto que também, materializam os valores de identidade, economia e sociais de duas regiões de Portugal – Alentejo e Algarve – e ajudam na sua interpretação.

Então, sendo uma novidade metodológica, exige-se que se atribua ao Território-Museu uma estrutura organizativa modelo, constituída pelos seguintes elementos⁸⁵:

- [1] "portas do Território-Museu": configura uma panorâmica geral da região.
- [2] "janelas do Território-Museu": conseguido através de um óculo temático da região.
- [3] "caminhos do Território-Museu": constitui-se numa série de itinerários temáticos que visam a experiência de carácter temporal na região.
- [4] "eventos do Território-Museu": assume-se pela realização contínua de eventos na região.
- [5] "serviços do Território-Museu": instituída pelos transportes, alojamentos, restaurantes e comércio.

O Território-Museu é portanto, um ponto de referência para a reivindicação da diversidade cultural através da sua postura de recuperação dos sinais de identidade, apesar de, funcionar como uma garantia de maior qualidade de vida das populações mas ainda proporciona uma experiência de qualidade ao visitante.

Na "Alegoria do Património", Choay atribui um papel, tanto histórico como museológico, à cidade antiga e, enquanto tal, a mesma foi concebida como um objecto histórico e artístico que, conseqüentemente, deveria ser "conservado em museu". A concepção do papel histórico da cidade deveu-se às anteriores «gerações de viajantes, sábios ou estetas [mas também aos] arqueólogos, que descobriram as cidades mortas da Antiguidade (...) contribuíram para tornar pensável a musealização da cidade antiga»⁸⁶. Mas a autora continua a explicar, que «a cidade enquanto entidade assimilável a um objecto de arte e comparável a uma obra de museu não deve ser confundida com a cidade-museu, albergando obras de arte. A noção de cidade de arte, nascida na viragem do século, é bastante fluida para poder tomar as duas acepções.

⁸⁵ Conceitos retirados ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 30-42.

⁸⁶ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 204.

Ela é, todavia, frequentemente caracterizada pela qualidade e pelo número dos tesouros artísticos, monumentos históricos com a sua decoração pintada e esculpida, museus e colecções que encerra, à maneira de um imenso museu a céu aberto»⁸⁷. Portanto, neste sentido o caso de Mértola enquadra-se directamente na questão da cidade histórica acima referenciada. Então, dever-se-ia aplicar o papel museológico, não só à cidade antiga mas também a uma qualquer região com características próprias. Ainda neste seguimento, o ponto de vista da cidade como "museu a céu aberto", também, pode ser aplicado a uma região originado assim o chamado, "Território-Museu" ou "Museu ao ar livre". Ainda, os casos de estudo do trabalho podem ser vistos no contexto de espaço vivo das memórias ou "museu ao ar livre".

⁸⁷ Choay, Françoise - *Alegoria do Património*, p. 204.

3. Salvaguarda e Valorização dos Sítios Arqueológicos [Intervenção].

3.1. A objectividade simbólica da ruína

Até ao século XX estivemos centrados num domínio limitado do conceito de "monumento histórico-artístico" ou "obra de arte" que, sempre ligado às acções de protecção e conservação. Num domínio mais abrangente, e como consequência, conseguimos que chegar ao conceito de "bem cultural", móvel ou imóvel, ainda que possa ser considerado tal como um documento ou memória histórica viva concretizadora da tradição cultural de um povo. Mas, a partir da Carta de Veneza [1964] começou-se a encarar, no seu sentido mais vasto, os "bens culturais", os quais foram identificados como conjuntos e sítios históricos, entre outros. No entanto, tanto a interpretação e evolução da Convenção de Granada [1985] como, também do Conceito de Paisagem Cultural promoveram um novo conceito, o "sítio" histórico ou arqueológico. Apenas em 1972, foi estabelecido que "lugares" [ou sítios] são, «zonas topográficas, obras conjugadas do Homem e da Natureza que têm um valor especial devido à sua beleza ou ao seu interesse do ponto de vista arqueológico, histórico, etnológico ou antropológico»⁸⁸

Apesar da materialização de qualquer monumento ou sítio num "lugar de passagem" possa ser conhecida como "bem cultural" e, mais especificamente como sítio arqueológico, no entanto, a sua essência relaciona-se com as suas estruturas e seus contextos territoriais. Portanto, pode ser afirmado que todos os Sítios Arqueológicos são como Monumentos, estejam eles classificados ou não. Na realidade, o campo simbólico da memória da identidade cultural evidenciada e estabelecida no território pode ser assimilado sob as formas de "ruínas" e "paisagens monumentalizadas". Estes vestígios antigos que compõem, os patrimónios, as paisagens, os monumentos, os conjuntos e sítios arqueológicos, e também, constituem-se como um documento construtivo integrado no presente, e como tal, transferem para a arquitectura e para construção arquitectónica, o papel de guardião da memória. As "ruínas" ou vestígios antigos podem ser usufruídos como documentos vivos da história, arquitectura, arqueologia inserida numa paisagem. E, especialmente a arquitectura olha-as tanto, numa perspectiva documental – elemento constituído por partes - como, numa perspectiva de parte no todo espacial – elemento na paisagem envolvente.

Um pouco como no ideal romântico, a ruína [do monumento] e a paisagem envolvente começam a ser encaradas pela sua natureza pensada, ou seja, representam um eco da arquitectura e construção antiga, e como tal são identidade cultural. Portanto, funcionam como um cenário para a projecção de um passado e futuro percebido, mas que se completam e evoluem na actualidade através da sua fruição, interpretação e integração feita pela sociedade. Assim, o património exige uma complexidade da passagem do tempo, isto é, o «tempo da construção, os tempos das sucessivas sobreposições, os tempos dos próprios materiais, sistemas e técnicas

⁸⁸ *Recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do património cultural e natural, 1972.*

construtivas, o tempo dos conceitos de projectar os espaços em cada época, os tempos dos usos e das diferentes maneiras de utilizar os monumentos»⁸⁹.

«(...) buscar outras vias continuando a equacionar, o quê?, quando?, como?, porquê? (...). Porque quando equacionamos o “Passado” e o papel dos seus vestígios, estamos a colaborar na sua projecção enquanto herança que queremos transmitir, e somos agentes de uma construção qualquer sobre bens que resgatamos, que legamos; que moldamos uma nova realidade e que essa mesma “realidade” será futuramente olhada e lida de múltiplas formas, num processo em cadeia. Não ter consciência desse movimento em cadeia - (re) construção do Passado - é querer desejar o vácuo ou o congelamento total do Tempo»⁹⁰.

Agora, destacam-se alguns tipos de intervenções efectuadas em bens culturais, tais como a conservação e o restauro. O “suporte material”⁹¹ fornecido pelos bens culturais [ou obras de arte], susceptíveis de deterioração ou degradação, deve ser conservado, mantido e difundido. Contudo, a transmissão do “bem cultural” na sua consistência material pressupõe a perpetuação dos valores [culturais, históricos ou artísticos] dos quais é possuidor. No caso de, o “bem” ser uma ruína arquitectónica [e arqueológica] ainda frui dos vestígios dos seus valores estéticos [beleza e proporção], estruturais [materiais e técnicas] e utilitários [função e programa] inseridos num contexto envolvente. Apesar de, a “ruína” se tornar num objecto de estudo da arquitectura é ainda compreendida por outras tantas disciplinas que observam todo cultural. Então ruína é, portanto, “objecto cultural”⁹².

As operações efectuadas, num “objecto cultural”, podem ser de dois tipos, as intervenções de conservação e as intervenções de restauro. Por um lado, as intervenções de conservação, são operações cujo objectivo é «prolongar y mantener el mayor tiempo posible los materiales de los que está constituido el objeto»⁹³, por outro lado, as intervenções de restauro, são operações cujo objectivo é «la restitución o mejora de la legibilidad de la imagen y el restablecimiento de su unidad potencial, si esta se hubiera deteriorado o perdido»⁹⁴. Não obstante, consideram-se também as operações características do restauro, «la reintegración de lagunas, la limpieza y las operaciones de eliminación de añadidos juzgados perjudiciales para la integridad física o estética de la obra de arte»⁹⁵. Apesar destas duas operações serem tão diferentes também se complementam. Deste modo, o restauro deve ser aplicado aos produtos da actividade humana representativos da realidade, ou àqueles que materializam os valores formais de uma imagem unitária e orgânica. Mas, a noção de conservação é muito mais vasta, e efectivamente, é aplicável a todo o tipo de objecto sejam eles, “obras de arte” ou “bens culturais”, deste modo, provém a distinção entre “conservação de bens culturais” e “conservação e restauro de obras de arte”. Tal

⁸⁹ M. Lacerda - *Na perspectiva do tempo* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 3, p. 6.

⁹⁰ M. F. Barata - *A Salvaguarda dos bens culturais e o Ordenamento do Território: um passivo e um futuro* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 14.

⁹¹ «*soporte material*». González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 73.

⁹² “*objecto cultural*” é a matéria, que concretiza o somatório da forma e imagem, formalizada pela “obra de arte” ou “bem cultural”.

⁹³ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 74.

⁹⁴ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 74.

⁹⁵ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 74.

como as obras de arte, os “bens culturais” ostentam um carácter ou valor dual [histórico e artístico], mas naqueles que «identificamos un valor artístico se mantienen, por tanto, dentro de una tensión continua entre su aspiración a la estabilidad, permanencia, inalterabilidad, para que sus valores formales y expresivos perduren, y su realidad material, transitoria, caduca, su ontológica conformación material; es decir, una dialéctica entre extremos como eterno-infinito, invariabilidad-transformación, imagen-materia. Esta dualidad (...) debe encontrar un equilibrio entre “conservación” e “restauración”»⁹⁶.

Deve se manter e conservar, um “objecto cultural”, quando percebemos a sua natureza como testemunho da actividade humana ou como “documento histórico”, porém, o respeito por este valor documental implica a manutenção dos sinais do tempo – a pátina. Com efeito, a finalidade da intervenção de conservação consiste nas operações destinadas a consolidar os materiais e torná-los resistentes à deterioração. Contudo, o restauro compreende a operações destinadas a recuperar a imagem artística, mas também, restabelece essa imagem quase como a original, ou então, aspira proporcionar-lhe uma nova unidade formal para que, como objecto, continue a provocar experiências estéticas. No entanto, esta operação deve ser feita sem cometer “falsos históricos”, isto é, o restauro do “objecto cultural” deve manter a sua autenticidade material e documental, mas também, não deve adulterar os seus componentes materiais. Portanto, o objectivo do restauro é a restituição da unidade potencial do objecto ou da obra.

Objectivamente, para a conservação e restauro dos “bens culturais” admitem-se vários modos de operar e, como tal enquadram-se tanto a “conservação preventiva ou indirecta” como também a “intervenção directa”. De uma forma, as medidas de “conservação preventiva ou indirecta” consistem em «retrasar o impedir la intervención de conservación y/o restauración realizada directamente sobre el objeto»⁹⁷. No entanto, esta *conservação* admite, um conjunto de operações de erudição e pesquisa, mas também, uma série de acções de prevenção, controlo e manutenção que incidem sobre o ambiente ou contexto do bem cultural, ou seja, acções realizadas sem intervir de modo directo sobre o objecto. Estas operações podem ser substanciadas, pelos catálogos e inventários dos bens, pela análise dos factores de deterioração e diagnostico do objecto, ou posteriormente, pela prevenção, controlo e manutenção.

De outra forma, a *intervenção directa*, como indica o seu nome age directamente sobre o objecto, e sobretudo, deve «aplicar las técnicas y tratamientos necesarios para posibilitar la pervivencia de los bienes culturales, así como se ocupará de reparar los daños producidos sobre el objeto. Las técnicas de intervención directa se aplican, por tanto, cuando el objeto no cumple adecuadamente la función o conjunto de funciones para las que había sido creado y, posteriormente, tutelado y conservado»⁹⁸. Então, as operações sobre o objecto são submetidas a uma série de princípios, tais como, a intervenção directa deve ser mínima; devem-se aplicar materiais e produtos testados; não são permitidas eliminações ou acrescentos que, alheios à integridade da obra, perturbem ou desvirtuem sua essência, de documento histórico e seus valores

⁹⁶ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 75.

⁹⁷ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 77.

⁹⁸ González-Varas - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas*, p. 100.

estéticos; toda a intervenção directa deve utilizar métodos inócuos e reversíveis, bem como, a acção de intervenção desenvolvida deve ser documentada e arquivada; as recuperações e reconstruções de partes do objecto devem ser feitas com materiais de qualidade e de carácter reversível harmonizados com o conjunto, mas também, devem ser reconhecidas como elementos acrescentados; utiliza-se a consolidação e a estabilização dos elementos degradados para impedir a substituição; aceita-se a restituição de elementos que se encontram separados fisicamente do objecto, desde que se comprove a sua pertença. Neste sentido, a pluralidade de conhecimentos e a grande responsabilidade, que supõe a intervenção directa sobre bens únicos dotados de valor cultural, tornam-na numa tarefa interdisciplinar que exige a cooperação e a emulação de diversos especialistas. Com efeito, estas acções directas consistem, na intervenção de conservação e restauro, mas também, nas operações de limpeza e recuperações do que falta.

Doravante, os conceitos da “conservação preventiva ou indirecta” e da “intervenção directa” que estão relacionados com as operações [conservação e restauro] acima mencionadas, são incorporados directamente, nas noções de salvaguarda e valorização expostas na Lei de Bases do Património Cultural [Lei 107/2001]. Por conseguinte, qualquer acção no “bem cultural” deve seguir dois processos, em primeiro a Salvaguarda, e em segundo a Valorização.

3.2. A Salvaguarda dos Sítios Arqueológicos.

A próxima descrição apresenta a primeira etapa do Processo de Salvaguarda, ou seja, o *Registo Científico*, cujos objectivos principais são, a identificação, caracterização e o estudo, e são coordenados no “Registo patrimonial de inventário”⁹⁹. Portanto, para conseguir a salvaguarda total de um bem imóvel, é necessário em primeiro recorrer ao “Registo patrimonial de inventário” [meios e instrumentos de salvaguarda]. A segunda etapa deste é, a *Classificação*, a qual pretende promover a protecção jurídica e a conservação física (sítios/monumentos) do ponto de vista científico ou patrimonial. Contudo, a filosofia de Classificação não deve ignorar a especificidade de “sítios arqueológicos”, em particular em meio rural, porque não são semelhantes à arquitectura feita em contexto urbano. Apresenta-se como terceira e última etapa, a *Valorização* do “bem cultural”, a qual prepara-o para a fruição pública através da sua preservação, da facilidade de acesso, da situação e da titularidade.

Antes de mais refere-se a importância, do Contexto, na classificação do património por categorias, visto que refere a sua relação e inserção com o meio envolvente, edificado e paisagem. A Ecotransformação pressupõe a relação Homem e Natureza, e portanto pode ser feita a dois níveis contextuais: o Rural [paisagem natural/ edificado] e o Urbano [envolvente construído/edificado]. Relativamente, ao “contexto”, a Lei de Bases do Património Cultural [Lei 107/2001] esclarece que, «nenhumas intervenções relevantes, em especial alterações com incidência no volume, natureza, morfologia ou cromatismo, que tenham de realizar-se nas proximidades de um bem imóvel [classificado ou em vias de classificação] podem alterar a especificidade arquitectónica

⁹⁹ Art. 16º. Lei 107/2001.

da zona ou perturbar significativamente a perspectiva ou contemplação do bem. Exceptuam-se as intervenções que tenham em vista qualificar elementos do contexto ou dele retirar elementos espúrios, sem prejuízo do controlo posterior¹⁰⁰. Quanto ao contexto urbano, o conceito de património arqueológico apresenta uma dicotomia entre “arqueologia da cidade” e “arqueologia na cidade”. Portanto, consideram-se *Arqueologia Urbana* as intervenções em meio urbano como em centros históricos e urbanizações resultantes da expansão da cidade, isto é, a Arqueologia de Salvamento. Entretanto, o conceito de património arqueológico, no Contexto Rural, está relacionado com o conceito de “arquivos de terra”¹⁰¹, ou seja, é um extenso e difuso recurso cultural, produto remanescente da secular interacção do Homem com o meio envolvente, estruturando-se e moldando, ao longo de sucessivas gerações, as paisagens rurais e urbanas em que hoje vivemos.

Em Portugal, aplicam-se as Acções de Salvaguarda - IPPAR, em património arqueológico: os trabalhos arqueológicos [compreensão]; as obras de conservação e restauro [conservação]; reabilitação e valorização [exposição ao público], e também, a elaboração de Planos de Salvaguarda e Planos de Gestão e Manutenção. No entanto, antes de qualquer intervenção são tomadas Medidas de Salvaguarda – IPPAR - que incluem a vedação e a aquisição de terrenos. Seguidamente, são aplicadas as Metodologias de Salvaguarda – IPPAR - tais como, a Arqueologia da Arquitectura [método de salvaguarda] e a Valorização dos Monumentos e Sítios Arqueológicos, definidos pela “expressão arquitectónica da ruína”.

3.3. A Valorização dos Sítios Arqueológicos.

No Processo de Valorização também são aplicadas diversas Filosofias de Intervenção, as quais são caracterizadas pelos seus princípios e graus na aplicação directa ao património cultural arqueológico. Como princípios de valorização mencionam-se, a preservação, conservação e restauro; a pesquisa arqueológica; a oferta à fruição pública; as “bases” para acolhimento do público; e a inserção dos sítios com o recurso ao turismo cultural. São consideradas como etapas de valorização, a protecção das estruturas; a salvaguarda do espólio; o tratamento do espólio; o estudo do espólio; o restauro das estruturas; a recomposição científica das estruturas; o arranjo paisagístico das estruturas visitáveis; a vedação; mas também a construção [e suas tipologias]. No contexto do trabalho foram analisadas estas etapas nos casos de estudo – capítulo. Contudo, também a Lei de Bases do Património Cultural [Lei 107/2001] estabelece para este processo, as suas componentes e os seus instrumentos. Para as **componentes** do regime de **valorização** dos bens culturais determina: «a conservação preventiva e programada; a pesquisa e a investigação; a protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais, designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios; o acesso e a fruição; a formação; a divulgação, sensibilização e animação; o crescimento e o enriquecimento; o apoio à

¹⁰⁰ Art. 52º, Lei nº 107/2001.

¹⁰¹ Dec.-Lei 117/97, 14 de Maio.

criação cultural; a utilização, o aproveitamento, a rendibilização e a gestão; o apoio a instituições técnicas e científicas»¹⁰².

As Medidas de Valorização – IPPAR - fomentadas em património cultural arqueológico são, estudo prévio, a requalificação e a obra nova ou reutilização. Mas ainda, são impulsionadas Acções de Valorização – IPPAR - que se apresentam na seguinte ordem: a Valorização, a Recuperação, o Restauro, a Sinalética, o Acolhimento ao público e também a Divulgação. No entanto, a primeira fase destas acções é feita através do estabelecimento de redes de monumentos, ou seja, do *upgrading* de instalações modernas. Depois de o monumento ter sido objecto de recuperação, conservação e valorização, seguem-se as necessidades de constituição de museu *in situ*, a criação de graus de acessibilidade e a relação com o contexto urbano/rural no qual se insere. [2ª fase]. As operações de salvamento e restauro são previstas quando em mau estado de conservação é preciso um resgate e devolução à fruição pública. A requalificação e a obra nova ou reutilização, como indicam as Medidas de Valorização, prevêem Instalações modernas, de entre as quais se destacam: as Cafetarias, as Lojas, os Circuitos [alternativos ou não], as Instalações Sanitárias, as Entradas renovadas, a Sinalética, e por fim, a Divulgação e sustentabilidade

Na Valorização de Sítios Arqueológicos no território português aplica, na intervenção ou construção de obra nova ou requalificação, tipologias de intervenção. Estas tipologias são definidas através do contexto [rural/urbano] em que o sítio se insere, do aspecto físico e simbólico que o sítio representa mas também dos critérios programáticos e funcionais de estruturas novas ou velhas. As tipologias de intervenção museológica concebidas pelo IPPAR, foram analisadas nos casos de estudo e, apresentam as seguintes programáticas:

- [1] Casas ou facilidades de **Guardaria** permanente.
- [2] **Observatórios Simples** ou de **Paisagem**.
- [3] **Centros Explicativos** ou de **Acolhimento**.
- [4] **Centros Interpretativos**.
- [5] **Museus** de Sítio.

Intervir no património exige um conhecimento rigoroso e objectivo da realidade em que se opera. Intervir exige a interdependência disciplinar e exige uma técnica e um rigor metodológico. Na fase de conhecimento prévio surgem necessidades na aplicação de métodos e soluções adequadas bem como a definição de critérios de actuação. Portanto, o património obriga a uma objectividade e a um rigor científicos, conseguida através da leitura e compreensão do objecto como documento e realidade física construída [características espaciais, conceptuais e construtivas], o qual é

¹⁰² art. 70º, Lei nº 107/2001.

considerado um elemento portador de valores simbólicos e "rememerativos". A incorporação de disciplinas diversas implica um esforço de objectivação, de modo que todos os intervenientes se entendam, num verdadeiro processo de transdisciplinaridade, apesar de tentar garantir a fruição e permanência, no tempo, do nosso património.

Ainda que a necessidade do homem moderno seja perceber a história passada ou fracção dela, a sua interpretação ou percepção origina a produção, a revelação e a compreensão dos vestígios do passado *in situ* dos significados do legado histórico, natural e cultural. Assim, o património cultural dos "lugares" é um documento, da memória histórica, mas também da evolução da tradição e, sobretudo é conquistado através da sua fruição e interpretação representativas da abertura de portais no tempo que nos levam à nossa essência como Humanidade. Então, no património cultural, tanto os monumentos "clássicos" como "lugares" ou sítios arqueológicos são "documentos vivos" constituidores de uma das suas porções e, sobretudo representam a materialização da evolução cultural. Numa perspectiva romântica, a existência de "lugares" arqueológicos fruí da coexistência "essência de um passado" e de um presente, além da sua materialização serem as "ruínas" ou vestígios inseridos num contexto envolvente cultural. E sobretudo, o resultado é uma experiência da vivência de estesia [sensação], cujo seu usufruto produz uma experiência de "passagem" do tempo no espaço revela, por fim, a sua essência. Ainda, é possível presenciar o resgate do tempo destes "lugares culturais" – ou ruínas arquitectónicas e arqueológicas - cuja capacidade evocativa da sua fruição como experiência não apenas estética mas, também existencial. Os "lugares" culturais arqueológicos são os sítios que têm a presença de testemunhos do passado inserido num contexto e, nos quais a arquitectura os torna em objecto de estudo. Estes "lugares" como património identitário da nossa cultura deve ser salvaguardado e valorizado. E neste sentido as intervenções não deveriam só lhe conferir uma nova estética ou nova utilização mas, deviam valorizar toda uma região cultural envolvente. Na segunda parte do trabalho analisaram-se as intervenções produzidas na esfera de alguns destes "lugares" ou sítios culturais arqueológicos existentes em Portugal.

Capítulo 02

CASOS DE ESTUDIO



Capítulo 02. CASOS DE ESTUDO

1. Introdução ao Casos de estudo

A análise dos casos de estudo compõe a segunda parte do trabalho, a qual pretende compilar, numa ficha-tipo, os diversos sítios arqueológicos intervencionados. As acções e medidas tomadas nestes sítios foram documentadas, especialmente na revista Estudos e Património e, operadas pelo Instituto Português Património Arquitectónico - IPPAR. Estes casos são uma selecção de diversas intervenções, no sentido da salvaguarda e valorização efectuada em território cultural arqueológico de Portugal. E, ainda os casos de estudo integram o inventário temático dos *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*¹, o qual é constituído pelos seguintes “lugares” culturais:

1. *Estação Arqueológica de Miróbriga;*
2. *Circuito Arqueológico da Cola;*
3. *Conjunto Arqueológico do Escoural;*
4. *Sítio Arqueológico de São Cucufate e Casa do Arco;*
5. *Conjunto Monumental de Mértola;*
6. *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória;*
7. *Villa Romana de Pisões;*
8. *Ruínas de Torre de Palma;*
9. *Ruínas de Milreu;*
10. *Villa Romana de Cerro da Vila;*
11. *Monumentos Megalíticos de Alcalar.*

Os bens culturais devem ser salvaguardados e valorizados pois são vestígios presentes da evolução geradora da nossa identidade cultural. De forma a proteger os bens ou património cultural deve-se estudar e classificar cada caso específico. Estes bens [culturais] podem ser separados conforme a sua capacidade móvel ou imóvel porém, os últimos são também objecto de estudo conjunto da arquitectura e da arqueologia. No que diz respeito aos bens imóveis, os quais podem pertencer às categorias de monumento, conjunto e sítio apresentadas nas normas/convenções

¹ Online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_algarve.html.

nacionais e internacionais. Mas, a classificação do património cultural em apenas três classes ou categorias [monumento, conjunto e sítio] de património cultural, não é suficiente porque não distingue a especificidade particular de cada caso e, neste sentido foi estudada a Carta de Cracóvia². Então, Cracóvia veio estabelecer e especificar que qualquer património construído – imóvel – deve enquadrar-se numa das seguintes classes: património arqueológico; edifícios históricos e monumentos; decoração arquitectónica, escultura e elementos artísticos; cidades históricas e lugares; e paisagem. Portanto, cada caso de estudo do trabalho foi ordenado consoante essas classes patrimoniais, nas quais foram estabelecidas algumas regras e subcategorias:

[1] Património Arqueológico: para a sua conservação *in situ* utiliza-se o princípio da “mínima intervenção”³ para qualquer tipo de intervenção, a qual deve estar relacionada com o seu contexto, território e paisagem. Ainda, deve ser documentado qualquer escavação ou trabalho arqueológico e cuja conservação deve usar métodos e técnicas orientados. A protecção e preservação deste património devem fomentar o uso de “tecnologias modernas, bancos de dados, sistemas de informação e apresentações virtuais”⁴. No decorrer do trabalho subdividiu-se esta classe em diferentes subclasses que compõem o património arqueológico:

- *Circuitos Arqueológicos:* Circuito Arqueológico da Cola.
- *Conjuntos Arqueológicos:* Conjunto Arqueológico do Escoural.
- *Povoado Pré-Histórico:* Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória.
- *Sítios Arqueológicos:* Sítio Arqueológico de Miróbriga, Sítio Arqueológico de São Cucufate.
- *Villas Romanas:* Villa Romana de Torre de Palma, Villa Romana de Milréu, Villa Romana de Cerro da Vila, Villa Romana de Pisões.

[2] Edifícios Históricos e Monumentos: a conservação desta classe de património pressupõe a manutenção da sua autenticidade e integridade, tanto do contexto [rural ou urbano] em que está inserida como também, dos espaços interiores, mobiliário e decoração. Para tal, é solicitado um “projecto de restauro”⁵ que defina métodos e objectivos, no sentido de uma intervenção compatível com o espaço e significado existentes mas, ainda prestar uma atenção a todos os períodos históricos. Durante o trabalho esta classe foi subdividida:

- *Castelos.*
- *Igrejas e Conjuntos Monásticos.*

² Carta de Cracóvia, sobre a Conservação e Restauro do Património Construído, 2000.

³ art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

⁴ art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

⁵ art. 6, Carta de Cracóvia, 2000.

[3] Decoração Arquitectónica, Escultura e Elementos Artísticos: estes objectos são parte integrante do património construído e, devem ser preservadas mediante um projecto específico vinculado ao projecto geral. A preservação desta classe supõe um “projecto de restauro”⁶ que respeite a conservação do objecto no seu conjunto, contexto e ambiente e, ainda o considere como parte integrante do património construído.

[4] Cidades Históricas e Lugares: no seu contexto territorial representam parte essencial do nosso património cultural e, como tal devem ser vistos como um todo [estruturas, espaços e factores humanos] em contínua evolução e transformação. Isto implica toda a sociedade e requer um planeamento integrado apoiado numa ampla gama de intervenções de “conservação em contexto urbano ou rural”⁷. Neste sentido, a intervenção considera sempre o conjunto morfológico, funcional e estrutural como parte integrante do território, do meio ambiente e da paisagem circundante. Os edifícios têm valor arquitectónico mas devem ser “salvaguardados como elementos do conjunto pela sua unidade orgânica, dimensões particulares e características técnicas, decorativas e cromáticas insubstituíveis na unidade orgânica da cidade”⁸. O “projecto de restauro”⁹ desta classe de património deve ser antecedido por um estudo de gestão e sustentabilidade, relacionadas com aspectos sociais e económicos. Na elaboração do trabalho também esta classe foi subdividida:

- *Cidades e Aldeias Históricas.*
- *Conjuntos Monumentais:* Conjunto Monumental de Mértola.
- *Recintos Monumentais.*

[5] Paisagem: como património cultural são um reflexo da interacção prolongada do homem e da natureza. Neste contexto, a sua conservação, preservação e desenvolvimento centra-se em aspectos humanos e naturais que integram valores materiais e intangíveis. E portanto, é necessário compreender e respeitar o carácter das paisagens e, também aplicar leis ou normas para harmonizar a funcionalidade territorial com os valores. Integrar valores culturais na paisagem ou enunciar o desenvolvimento sustentável de regiões requer consciência e entendimento das suas relações ao longo do tempo mas, sobretudo implica estabelecer vínculos com o meio ambiente da metrópole, da cidade e do município. A “conservação integrada” das paisagens arqueológicas e estáticas com as paisagens dinâmicas implica a consideração de valores sociais, culturais e estético”¹⁰. Ainda, esta classe também foi subdividida:

- *Paisagem Cultural:* Paisagem Cultural do III Milénio a. C. – Alcalar.
- *Paisagem Natural.*

⁶ art. 7, Carta de Cracóvia, 2000.

⁷ art. 8, Carta de Cracóvia, 2000.

⁸ art. 8, Carta de Cracóvia, 2000.

⁹ art. 8, Carta de Cracóvia, 2000.

¹⁰ art. 9, Carta de Cracóvia, 2000.

As fichas-tipo organizam e investigam os casos de estudo nas três diferentes classes patrimoniais [arqueologia, cidades históricas e paisagem]. Sobretudo, facilitam tanto a compreensão dos conteúdos históricos-artísticos e paisagísticos das "ruínas" como também investigam os tipos específicos das intervenções de valorização. As fichas dos casos de estudo são dispostas em nota descritiva [texto], quadro síntese e fotografias referentes a cada sítio. Contudo, a nota descritiva foi estruturada da seguinte forma:

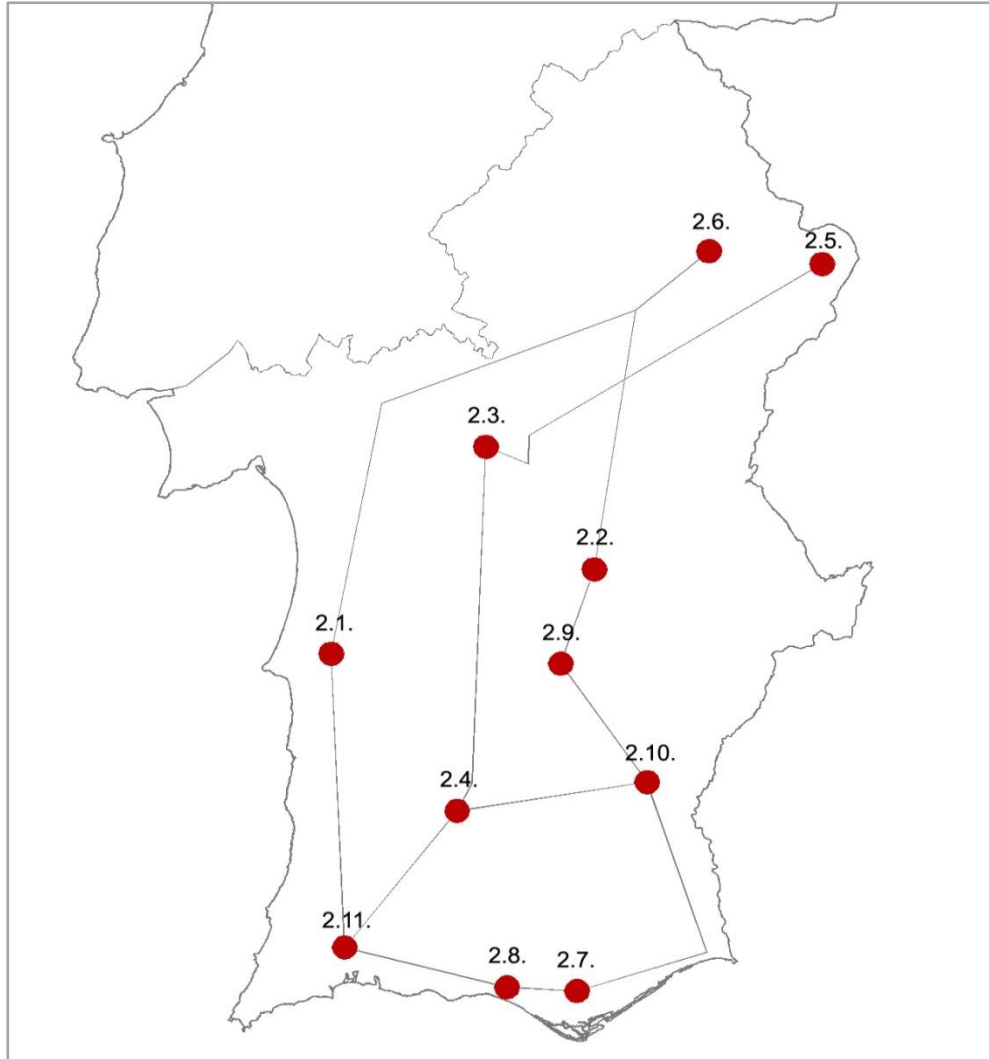
1- Descrição breve dos contextos históricos-artísticos e da paisagem envolvente característica de cada caso [1. contexto histórico-artístico e contexto envolvente].

2-Especificação da tipologia de intervenção em cada caso, seja a nível de estudo e protecção [salvaguarda: estrutura legal e arqueológica] e, também das novas intervenções [valorização: estrutura arquitectónica e paisagística]. Mas também se expõe a sua utilização actual como objecto turístico e em estudo arqueológico contínuo [2. a tipologia de intervenção no processo de valorização].

3-A ruína ou vestígios arqueológicos [e arquitectónicos] são parte integrante da paisagem além de serem objecto estudo e intervenção da arquitectura contemporânea. Será que estas novas [estruturas de] intervenções valorizam o sítio arqueológico como "ruína na paisagem" segundo as regras estabelecidas na Carta de Cracovia? [a arquitectura na valorização].



2. Casos de Estudo



[Fig. 01] – Mapa dos *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*¹¹ do IPPAR.

Legenda:

- 2.1. Sítio Arqueológico de Miróbriga.
- 2.2. Sítio Arqueológico de São Cucufate.
- 2.3. Conjunto Arqueológico do Escoural.
- 2.4. Circuito Arqueológico da Cola.
- 2.5. Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória.
- 2.6. *Villa* Romana de Torre de Palma.
- 2.7. *Villa* Romana de Milréu.
- 2.8. *Villa* Romana de Cerro da Vila.
- 2.9. *Villa* Romana de Pisões.
- 2.10. Conjunto Monumental de Mértola.
- 2.11. Paisagem Cultural de Alcalar.

¹¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_introducao.html

2.1. SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE MIRÓBRIGA

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico

O sítio arqueológico de Miróbriga, situa-se nas proximidades da cidade de Santiago do Cacém e, encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público [IIP] desde 1940, cujas «ruínas denunciam uma ocupação entre o século I e o IV d. C., assentando a urbe latina sobre um povoado da Idade do Ferro»¹. Miróbriga foi referenciada, pela primeira vez no século XVI, pelo humanista André de Resende, na publicação “*De Antiquitatibus Lusitaniae*”², onde cita uma povoação cuja existência de vestígios fizeram-no concluir da existência de uma “antiga cidade” outrora denominada por Merobrica, ou seja as Ruínas Romanas de Miróbriga. Os estudos posteriores confirmam que «as ruínas romanas (...) encontram-se implantadas numa zona privilegiada de visibilidade que lhe permite controlar territorialmente toda uma região profícua em recursos agrícolas, marítimos e mineiros, pelo que este sítio arqueológico terá desempenhado um papel comercial de relativo destaque»³. Além disso, durante o período romano «o centro urbano sofreu uma considerável ampliação mediante a execução de um alargado programa construtivo. Assim, na zona mais elevada de Miróbriga, erguido o fórum, no centro do qual é visível um templo eventualmente dedicado ao culto imperial, assim como um outro consagrado a Vénus. Entretanto, circundando o fórum, desenvolve-se toda uma zona constituída por diversas construções de funcionalidade ainda mal conhecida, assemelhando-se, todavia, a duas das edificações mais comuns, ou seja, à cúria e à basílica. A Sul, por sua vez, desenvolvia-se a área comercial, por excelência, caracterizada pela presença de diversas lojas, as denominadas *tabernae*. Uma das zonas mais bem conservadas do complexo de Miróbriga são as termas, [constituídas por] dois edifícios construídos em períodos diferentes, possivelmente destinados ao uso feminino e masculino. Entre os séculos I e II d. C., surgem os compartimentos habituais neste tipo de edificação, ou seja, uma zona de entrada, com salas de vestiário e jogos, e uma zona de banhos frios - *frigidarium* -, e de banhos aquecidos - *caldarium e tepidarium*»⁴. Próximo do edifício das termas, situa-se ainda uma ponte de arco único de volta inteira, enquanto, afastado do centro, encontra-se o hipódromo.

Os restos de edifícios de habitação, calçadas pavimentadas, hipódromo, balneários, ponte, fórum, templos [basílica e cúria] assentam num aglomerado anterior fortificado,

¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mirobriga.html.

² André de Resende, “*De Antiquitatibus Lusitaniae*”, lib. 4, publicado em 1597.

³ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_mirobriga.html.

⁴ online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69756

a urbanização romana adaptou-se à ocupação anterior e à topografia do local, pelo que não apresenta as características ortogonais do modelo ideal de urbanismo romano. No entanto, a construção dos templos do *fórum* bem como a edificação dos balneários conferem a Miróbriga um cariz marcadamente latino. Um templo, provavelmente dedicado ao culto imperial detém uma posição privilegiada e centralizada no *fórum*. Nos anos 60 e 70 do século XX, este templo foi objecto de restauro e reconstrução apresentando nos nossos dias um aspecto cenográfico que domina toda a praça pública. Esta praça era ladeada de inúmeras construções, cuja função deveria corresponder às comuns de um *forum* provincial de pequenas dimensões – basílica e cúria. Nos declives que contornam o *fórum* desenvolvem-se as zonas comerciais com as respectivas lojas – *termopolia* ou *tabernae*. Os balneários são constituídos por dois edifícios: este [homens], oeste [mulheres]. Programa dos edifícios dos balneários consiste: zona de entrada e sala de massagens/vestiários [*apodyterium*]; zona fria [*frigidarium*]; zona aquecida [*tepidarium* + *caldarium*]; latrina nas termas oeste e deve ter servido os dois edifícios. O Hipódromo apresenta uma planta rectangular [369x75 m] com vestígios de bancadas de madeira.

Os primeiros trabalhos arqueológicos foram promovidos a partir do século XIX, todavia, na década de 80 do século XX foi lançado um projecto de cooperação internacional, “The Mirobriga Project”, coordenado por arqueólogos portugueses e estrangeiros.

1.2. Contexto Envolvente

O acesso a Miróbriga faz-se pela Estrada Nacional que, a partir de Santiago do Cacém, sai em direcção a Grândola/Lisboa. A cidade romana de Miróbriga e o aglomerado pré-romano que a precedeu, estabeleceram-se, ao longo do tempo, como um território antropizado mas a sua centralidade como local de observação do envolvente – *ciuitas* e *villae* - e a sua diversidade de recursos naturais, ditaram a sua implantação. Os Homens proto-históricos construíram um povoado fortificado, erguendo muralhas. Dentro dos seus muros edificaram casas, aproveitando pedra calcárias, os arenitos, os *dolmitos* que havia nas zonas limítrofes e os mármore importados. **Posteriormente**, os Romanos ocuparam o mesmo local, tornando-se a maior área edificada. Cortando e aplanando a rocha edificaram patamares artificiais sobre os quais se construiu uma cidade em socacos. Na zona mais baixa, e aproveitando os recursos hídricos, implantaram uns balneários para homens e mulheres. Estruturaram bairros onde os habitantes viviam e as zonas comerciais onde se transaccionavam produtos. Os Romanos intervieram e transformaram o território envolvente, fomentando uma produção agrícola mais intensiva e introduzindo novas espécies. Entretanto, á volta de Miróbriga, cujos vestígios dispersos ocupam uma área de aproximadamente 12ha haviam-se instalado as casas agrícolas, as *villae*.

Devido ao facto, deste sítio usufruir de boa articulação com o território circundante: «Sines a Oeste; algumas povoações a Norte; a Sul com a Ilha do Pessegueiro, Porto Côvo, Vila Nova de Mil Fontes e Odemira. Deste modo Miróbriga era excelente ponto de comunicação, com acesso a produtos agrícolas e piscatórios e controlando o escoamento de minérios provenientes da exploração das serras de

Grândola e Cercal. Ou seja um posicionamento estratégico de tal modo que “a riqueza metalífera da região pode ter sido um dos factores determinantes da ocupação deste local, funcionando Miróbriga como uma espécie de plataforma de acesso à zona mineira e aos povoados do interior da serra”⁵.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

Na sequência dos trabalhos efectuados, no último século, em Miróbriga, instruiu-se um conjunto de ações que visam a sua valorização, e das quais, podem considerar-se três níveis de concretização. O primeiro nível consistiu «fundamentalmente no levantamento das necessidades prioritárias para a manutenção do Sítio arqueológico e na criação de infra-estruturas de apoio ao visitante e aos participantes nas actividades arqueológicas»⁶. Entretanto, o segundo nível, correspondeu ao «reinício das escavações, a trabalhos de conservação e restauro, bem como à realização de um conjunto de actividades de sensibilização e de divulgação»⁷. Por fim, o terceiro nível, «com um carácter mais lato, respeitando ao estudo e conservação do Sítio, assim como à criação de um Centro Interpretativo e de Acolhimento a visitantes, que viabilize a existência de uma equipa permanente em Miróbriga»⁸. Na década de 90 do século XX foram iniciados, pelo IPPAR, alguns trabalhos arqueológicos, bem como, o “*Projecto de Valorização de Miróbriga*” inserido nos “*Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*” sendo prioritárias as seguintes **intervenções**:

[1] Criação do Centro de Acolhimento e Interpretação: serve de apoio aos trabalhos arqueológicos e local de acolhimento do visitante.

[2] Sinalização das estruturas visitáveis.

[3] Arranjo paisagístico das ruínas e da sua envolvente: O sítio arqueológico tem sido alvo de estudos [fauna e flora] que visam conhecer e valorizar a biodiversidade do local, que possui peculiaridades ambientais únicas.

[4] Aquisições de imóveis, terrenos e sua vedação.

[5] Execução de material promocional e de divulgação: Edição de roteiros; um desdobrável; conjuntos de postais e outros materiais promocionais do sítio arqueológico e sua fauna e flora.

[6] Escavações arqueológicas e trabalhos de conservação e restauro: Escavação para delimitar o local de implantação do “núcleo interpretativo”; Escavações em zonas

⁵ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Miróbriga* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

⁶ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mirobriga.html.

⁷ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mirobriga.html.

⁸ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mirobriga.html.

onde se poderão efectuar trabalhos de conservação e restauro [pontes romanas e nos taludes limite dos balneários – este e oeste].

[7] Acções de divulgação e sensibilização junto à comunidade local e do público geral: formação de alunos e professores nas escolas da região bem como a comunidade local.

[8] Arranjos na Capela de São Brás: a capela funciona como serviço educativo de Miróbriga.”

Os trabalhos desenvolvidos pelo IPPAR enquadram-se no Programa de Valorização de Miróbriga, promovendo algumas acções que visam a investigação, conservação, restauro e divulgação. Para facilitar a leitura do sítio aos visitantes, as intervenções executadas incidiram sobre a protecção, a segurança, a interpretação do sítio, a conservação, a enquadramento e as operações de restauro.

2.1. Acolhimento a Visitantes [CAI]

Acolhimento de Visitantes⁹:

[1] Centro de Acolhimento e Interpretação, exposição permanente sobre o sítio organizada de forma temática

[2] Sala destinada ao acolhimento de grupos

[3] Loja, publicações de apoio aos visitantes, materiais de divulgação

[4] Percurso de visita sinalizado

[5] Estacionamento de ligeiros e autocarros

[6] Exposições temporárias na Capela de S. Brás, situada no sítio arqueológico

[7] Visitantes com mobilidade reduzida: certos troços do percurso de visita podem apresentar dificuldades

O Sítio Arqueológico de Miróbriga possui onze pontos de relevância, mas o último, a capela seiscentista de S. Brás, não se encontra relacionado com as ruínas, contudo contribui como testemunho da sacralização do espaço histórico. O circuito, pelo sítio arqueológico, é um percurso feito na calçada romana, ainda que por esse motivo, tenha sofrido poucas intervenções de conservação deveriam, no entanto, ser tomadas medidas para facultar o acesso de pessoas de mobilidade reduzida. Na viagem feita pelo circuito identificam-se os pontos de interesse arqueológico e também o seu

⁹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mirobriga.html.

contexto, logo, a sinalética desempenha tanto um papel de mediador entre passado e presente como de guia pelas ruínas.

Construídos pelo IPPAR, o Centro de Acolhimento e o Centro Interpretativo, foram executados no âmbito da filosofia de intervenção nos monumentos arqueológicos visitáveis. Esta filosofia pretende «criar infra-estruturas imprescindíveis ao melhoramento da interpretação dos sítios visitados, ao mesmo tempo que a regular e disciplinar os fluxos de visita»¹⁰. Então, as acções para Acolhimento a Visitantes praticadas no Sítio Arqueológico de Miróbriga foram: o «percurso de visita sinalizado [circuito arqueológico]; [as] exposições temporárias na Capela de S. Brás, situada no sítio arqueológico; [o] estacionamento de ligeiros e autocarros; [o] Centro de Acolhimento e Interpretação, exposição permanente sobre o sítio organizada de forma temática; [a] sala destinada ao acolhimento de grupos; [mas também] Loja, publicações de apoio aos visitantes, materiais de divulgação»¹¹.

O Centro Acolhimento e Interpretação

[arquitectura do CAI: Paula Santos, Arquitectos, Lda]

Apesar, do Centro de Acolhimento e Interpretação, servir de apoio aos trabalhos arqueológicos e também como local de acolhimento do visitante, a sua construção está associada ao programa de valorização [IPPAR], o qual se designa por “Projecto de Valorização de Miróbriga” - *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*. Esta infra-estrutura, de acolhimento e educação, possui uma exposição permanente sobre o sítio, organizada de forma temática, assim como uma sala para acolhimento de grupos.

Essencialmente, o programa do Centro de Acolhimento e Interpretação [CAI] e seus arranjos exteriores tiveram como princípio de concepção uma interpretação do sítio arqueológico, da paisagem e da natureza. Além de organizar o lugar/espço, também, **configura** a construção nova [CAI]. Este edifício localiza-se na colina adjacente às ruínas, sobre uma perspectiva sobranceira orientada a nascente ainda mais intensificado pela construção de uma “varanda” ao longo de toda a fachada principal. Efectuaram-se também, arranjos exteriores com o objectivo de ordenar o espaço da entrada, qualificar e valorizar a área de recepção exterior dos visitantes e tornar todo o conjunto mais apropriado a uma maior frequência de visita. Construíram-se muros que são uma forma de contenção da plataforma de estacionamento que delimita a área de intervenção exterior e de orientar o visitante para a entrada do edifício novo. Os muros são feitos em pedra romana resultante de ruínas/escavações não reconhecidas. Entretanto, os percursos e acessos exteriores, desde a chegada dos visitantes até ao encaminhamento da visita às ruínas, apresentam os seguintes materiais: saibro, calcário e madeira. O programa do Centro de Acolhimento e Interpretação é composto pelas: áreas principais [públicas e não públicas] sobre o alçado principal nascente, mas também, as áreas de serviço sobre o alçado poente. Com carácter pavilionar, a forma é um volume de um só piso que se eleva no solo balançando sobre a paisagem,

¹⁰ online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69756.

¹¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mirobriga.html.

protegido no alçado principal por grandes portadas de lâminas de madeira para o sombreamento. A nível funcional, o programa do Centro de Acolhimento e Interpretação, apresenta os seguintes espaços: sala de exposição; pequeno auditório; uma recepção; uma cafetaria; salas de trabalho; um laboratório.

A intervenção nas ruínas de Miróbriga.

A *arquitectura* está no sítio arqueológico de Miróbriga tanto nas intervenções novas - CAI e arranjos paisagísticos - como nas suas antigas ruínas - *villa* romana. E ambas encontram-se em permanente diálogo e relação. Então, a *arquitectura* está tanto, no conhecimento histórico [recolha dados, estudo, inventario] das ruínas, ao nível das antigas tipologias habitacionais e públicas, como ainda, está presente na conservação ou restauro [resolução de patologias] e também, na construção ou organização espacial das velhas e novas funções inerentes ao sítio arqueológico.

No entanto, em Miróbriga, as “intervenções novas” assumem uma posição “sobranceira” sob as ruínas, mas ao mesmo tempo também corporizam a entrada do sítio arqueológico. Especificamente, o novo edifício do centro - CAI - cumpre a função de miradouro sob as ruínas, o que corresponde a uma panorâmica geral do sítio arqueológico, além de marcar a sua entrada. Contudo, este edifício novo partilha com edifício restaurado da Capela de São Brás a demarcação da entrada [muro - fronteira] do recinto das ruínas de Miróbriga.

Apesar, deste sítio oferecer duas entradas - pelo CAI e pela Igreja S. Brás - o percurso exterior pelas ruínas é feito pela calçada romana restaurada que vai expondo os diversos os óculos temáticos - templos, residências, ..., CAI, capela s. Brás. A função específica deste percurso pela calçada romana é conduzir o público e expor as ruínas porém, foi necessário complementá-lo com novos passadiços para facilitar a circulação pedonal no recinto.

A “excessiva marcação” da entrada do sítio arqueológico de Miróbriga pela nova intervenção - restauro da capela, CAI, muros, acessos/entrada e percursos exteriores - vai sendo diluída durante caminho pelas ruínas arqueológicas. As ruínas expressam uma presença excessiva de “mínima intervenção”, o que por vezes pode remeter a um certo abandono e degradação? E neste processo, somente a sinalética tem o papel de mediadora no contacto directo entre a pessoa e a ruína.

Numa perspectiva de integração do contemporâneo (excessivo) no passado, a operação falhou a tentativa de conciliar e equilibrar os conceitos, tanto do “novo” como do “mínimo” a intervir. Devia ter sido aplicada a “mínima intervenção” também no sentido da construção nova, seja ela o CAI ou os arranjos paisagísticos. Ainda não esquecendo que esta “intervenção nova” - estruturas de circulação ou abrigo - devia ser assumida no meio das ruínas somente para garantir a sua conservação e preservação - exemplo da excessiva preocupação com a não intervenção, é a degradação visível cobertura dos mosaicos junto ponte romana [fig. 03]. Então neste sentido, a intervenção arquitectónica deve ser vista tanto no seu

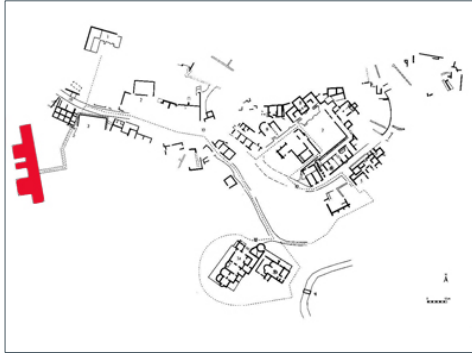
sentido estético – composição arquitectónica - como no seu sentido utilitário – estrutura de conservação e preservação directa das ruínas arqueológicas.

No sentido dos conceitos da Carta de Cracóvia, as ruínas de Miróbriga estão documentadas mas ainda foram valorizadas seguindo o princípio da “mínima intervenção”. Na entrada no recinto das ruínas, o material [pedra resultante das ruínas] do muro exterior reforçam a ideia da presença de um sítio arqueológico. Contudo, tanto o CAI como os passadiços do percurso exterior são feitos de materiais e tecnologias construtivas bastante actuais. Isto gera um confronto dialéctico directo entre antigo (ruínas) e o novo (passadiço e CAI) e ainda, este último não representa qualquer lembrança da identidade cultural daquele lugar e região.

2.1. Quadro síntese do sítio arqueológico de Miróbriga.

Identificação:	
*Designações	Estação Arqueológica de Miróbriga [Ruínas Romanas de Miróbriga].
*Outra Designação	Área do Castelo Velho com as ruínas da cidade romana de Miróbriga.
*Cronologia	Idade do Ferro-Romano [séculos II a.C - V].
Classe de Património	(sítio/ <i>villa</i>) Arqueológico [art. 5, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / <i>Villa</i> .
Contexto	Rural.
*Inventário Temático	<i>Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Residencial ["aglomerado urbano"].
Utilização Actual	Turística [Estação Arqueológica].
*Propriedade / Gestão	Estado Português [IPPAR].
Localização:	
*Freguesia	Santiago do Cacém.
*Concelho	Santiago do Cacém.
*Distrito	Setúbal.
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado.
*Classificação	Imóvel de Interesse Público [ZEP].
*Categoria de Protecção Legal	Imóvel de Interesse Público [IIP], Decs. de 26-09-1940 e 18-08-1943.
*Decreto	30 762, DG 225 (26-09-1940); 30 838, DG 254 (01-11-1940); 32 973, DG 175 (18-08-1943).
*ZEP	DR (II Série), n.º 254, de 05-11-1991, portaria n.º 1135/91.
Valorização:	
*Programa [Valorização]	1998-2001: "Projecto de Valorização de Miróbriga" [I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [levantamento, manutenção, criação de infra-estruturas de apoio]. 2º nível [reinício das escavações, conservação e restauro, actividades de sensibilização/divulgação]. 3º nível [estudo e conservação do Sítio + Centro Interpretativo e de Acolhimento a visitantes].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Escavações [1998-1999; 2000-2001; 2001]. Escavação para delimitar o local de implantação do "núcleo interpretativo". Escavações na ponte romana e nos taludes limite dos balneários [este/oeste].
Conservação e Restauro	Trabalhos de conservação e restauro [1999].
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Centro de Acolhimento e Interpretação; Capela de São Brás; Casas de habitação; Termas; Ponte; Hospedaria; Lojas/Mercado; Fórum/Acrópole.
Arranjos Paisagísticos	Estudos [fauna e flora] para conhecer e valorizar a biodiversidade. Aquisições de imóveis, terrenos e sua vedação.
Percurso/Circuito	Circuito nas ruínas: percurso em passadiço de madeira. Utilização de sinalética.
Materiais	[1] muros exteriores construídos em pedra romana (resultante da ruína/escavação não reconhecidas). [2] acessos e percursos exteriores com saibro, calcário e madeira.
Tipologia	[1] obra nova: Centro de Acolhimento e Interpretação [CAI], 2001; [2] recuperação: Capela de São Brás [Serviço Educativo].
Programa [CAI]	[1] áreas públicas: átrio; sala exposição; bar; gabinete de trabalho (5). [2] áreas privadas: auditório; arquivo; sala reserva; laboratório; sala polivalente; instalações sanitárias; arrumos.
3-Divulgação/Sensibilização	Roteiros; 1 desdobrável; conjuntos de postais e outros materiais promocionais do sítio arqueológico e sua fauna e flora. Formação de alunos e professores nas escolas da região bem como a comunidade local. Capela de São Brás [Serviço Educativo].

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/tin_mirobriga.html; http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_mirobriga.html;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69756.



[Fig. 01] Planta das ruínas de Miróbriga.



[Fig. 02] Vista aérea dos templos e da domus.



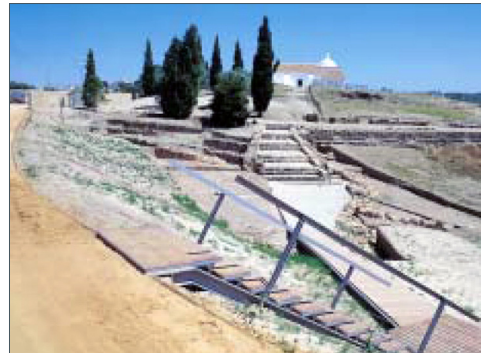
[Fig. 03] Degradação da cobertura de protecção dos mosaicos junto à ponte romana.



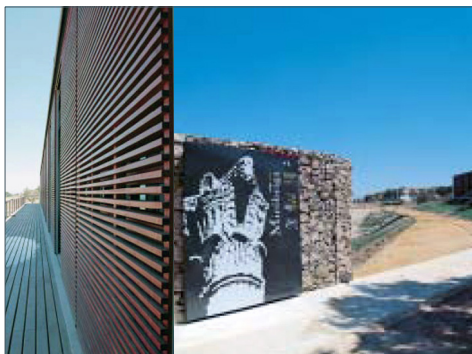
[Fig. 04] Vista do templo e da calçada romana.



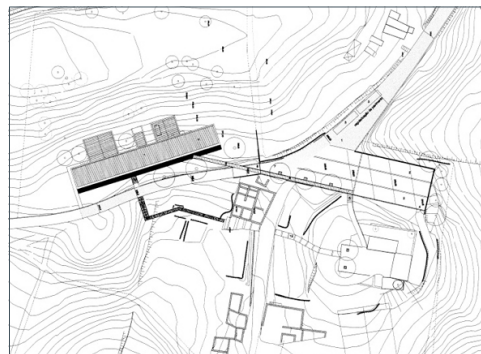
[Fig. 05] Vista da Capela de São Brás.



[Fig. 06] Vista das novas intervenções exteriores - escadas e passadiços.



[Fig. 07] Perspectiva da varanda do CAI. Vista da entrada no recinto das ruínas.



[Fig. 08] Planta da entrada no recinto das ruínas.

2.2. SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE SÃO CUCUFATE.

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

«No coração do Alentejo em S. Cucufate no séc. I d.C., existiu uma villa romana, latifúndio agrícola, que após vários séculos e apropriações chegou aos nossos dias em formas de ruína. Apesar disso, ainda hoje, no local se advinha a escala de todo o conjunto de então — construção e paisagem»¹.

O sítio arqueológico de S. Cucufate localiza-se perto de Vila de Frades, no concelho da Vidigueira. Contudo, em local pouco elevado mas «dominando visualmente a paisagem a sul, até Beja, instalou-se em época romana, no séc. I d. C., uma *villa*, centro de uma exploração agrícola: aí poderia residir o proprietário, organizavam-se os trabalhos necessários à produção, armazenavam-se e transformavam-se os produtos da terra que lhe pertencia. Foi no decurso deste período, até ao século IV, que a “casa” da primeira instalação se foi progressivamente monumentalizando, tendo passado por duas grandes campanhas de obras. A primeira, no século II, mais tímida, vinca o carácter “urbano” da residência, e a segunda, nos meados do século IV, denuncia uma ruptura com o modelo arquitectónico seguido no decurso dos séculos anteriores: a tradicional casa de peristilo, fechada sobre si mesma e centrada sobre um ou mais pátios interiores, substitui-se por uma arquitectura aberta ao exterior, de desenvolvimento linear, em que as fachadas são valorizadas, pela multiplicação dos vãos, como elemento de ligação entre os espaços interiores e o exterior. São desta fase os vestígios que, ainda hoje, e conservando apenas parte do piso térreo, testemunham a grandiosidade e opulência de uma época que se aproximava do seu fim»².

Ainda que as realizações do período romano tenham marcado este sítio, alguns milhares de anos antes «por volta de finais do IV milénio, já os nossos antepassados do neolítico final o tinham escolhido como local de habitat, talvez temporário, uma vez que não foi encontrada qualquer estrutura associada aos materiais arqueológicos dessa época, aí recolhidos. (...) Com algumas descontinuidades, transformações e adaptações, a ocupação deste mesmo espaço prolongou-se até aos finais do século XVIII e, em área contígua, a poente, para aproveitar a qualidade dos solos e a abundância de água, instalou-se, em época contemporânea, a horta de S. Cucufate e a sua pequena casa»³. A casa de peristilo tradicional «centrada sobre um ou mais pátios interiores substitui-se por uma arquitectura aberta ao exterior, de desenvolvimento linear, em que as fachadas são valorizadas, pela multiplicação de vãos, como

¹ N. Soares, P. Marques - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ARQUITECTURA E VIDA, Nº 41, p. 58-63.

² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cucufate.html [Caracterização].

³ online http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cucufate.html [Caracterização].

elementos de ligação entre os espaços exteriores e interiores [vestígios no piso térreo]. São desta fase os vestígios que, ainda hoje, e conservando apenas o piso térreo, testemunham a grandiosidade e opulência de uma época [romana] que se aproximava do seu fim»⁴. São Cucufate abarca dois períodos históricos, o Romano e o Medieval.

1.2. Contexto Envolvente.

Este sítio localiza-se no Alentejo interior, no distrito de Beja, cujo acesso é feito pela Vidigueira, até S. Cucufate em direcção a Alvito. O Sítio Arqueológico situa-se perto de Vila de Frades, na encosta do Monte de Guadalupe. O sítio de São Cucufate é uma *Villa* da época romana, situada em local pouco elevado mas que domina visualmente a paisagem a sul até Beja, contudo, a monumentalização da *villa* no passado é feita em dois momentos. Em primeiro essa monumentalização é «mais tímida, [e] vinca o carácter “urbano” da residência, [e a segunda efectiva] uma ruptura com o modelo arquitectónico seguido pelos séculos anteriores»⁵.

Ao chegarmos ao sítio encontramos um parque de estacionamento, onde existem lugares, para os autocarros e automóveis ligeiros. No interior do sítio, existe uma infra-estrutura denominada por Centro de Acolhimento e Interpretação. Em S. Cucufate, os trabalhos realizados, pelo IPPAR, marcam o início de um novo tempo na vivência do espaço, ou seja, «no intervalo que medeia entre a agricultura e a cultura pretende-se que a produção se mantenha, que o sítio se torne presente, que um quotidiano activo se aproprie de novo do lugar»⁶.

O programa de valorização cultural e turística das Ruínas Romanas de São Cucufate do IPPAR criou um Núcleo Museológico, nas denominadas Casa do Arco e Casa do Almeida. Com efeito, este Núcleo funciona como estrutura de apoio à interpretação do monumento, onde permanecem expostos ao público os materiais arqueológicos provenientes de S. Cucufate.

⁴ Rafael Alfenim - *Sítio Arqueológico de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.68.

⁵ Rafael Alfenim - *Sítio Arqueológico de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.68.

⁶ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_cucufate.html [Descrição];
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70270 [Nota Histórico-Artística].

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

Este sítio foi ocupado pela civilização romana entre os séculos I a. C. e IV d. C., sofrendo alterações na década 360 d. C.. As *villae* instalaram-se numa área propícia à agricultura nomeadamente à produção de azeite e de vinho, corroborada pela existência de vestígios de lagares e adegas. Com o passar dos anos, mais exactamente na Idade Média, foi erguido um mosteiro consagrado a São Cucufate, onde se conservam pinturas murais. O conjunto arqueológico encontra-se inserido no programa de valorização do IPPAR, e portanto, uma das intervenções feitas foi o Núcleo Museológico, na vila da Vidigueira. Outra das intervenções está relacionada com o projecto de valorização das ruínas onde, constantemente, se efectuam restauros identificados no circuito arqueológico, com a finalidade de transmitir a imagem máxima e possível de toda a estrutura do edifício histórico. Em termos paisagísticos, as ruínas encontram-se enquadradas no seu meio envolvente sendo, por isso mesmo, fácil a percepção e visualização do sítio. O monumento dispõe de infra-estruturas, designadamente Centro de Acolhimento e Interpretação, que ajudam a interpretar o espaço visitável. O monumento insere-se num itinerário de cariz histórico [Rota do Fresco] cujo objectivo é a divulgação do valor dos Frescos, mas também, reflecte uma filosofia de parcerias entre concelhos, população local, investimento regional, associando património histórico, religioso, arqueológico e humano.

2.1. Acolhimento a Visitantes [CAI]

Acolhimento de Visitantes⁷:

[1] Centro de Acolhimento e Interpretação [*in situ*], exposição permanente sobre o sítio organizada tematicamente. O Núcleo Museológico [Casa do Arco e Casa do Almeida] localiza-se na vila da Vidigueira.

[2] Sala para acolhimento de grupos.

[3] Loja, publicações de apoio aos visitantes, materiais de divulgação.

[4] Percurso de visita sinalizado.

[5] Parque de estacionamento para ligeiros e autocarros.

[6] Visitantes com mobilidade reduzida: certos troços do percurso de visita podem apresentar dificuldades.

O Sítio Arqueológico possui percursos pedonais sinalizados e também, um Centro de Acolhimento e Interpretação. No arranjo do conjunto das ruínas construiu-se um

⁷ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cucufate.html.

novo edifício - Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate – localizado junto ao acesso à área do monumento. Pequeno edifício de apoio ao monumento e cujo programa apresenta os seguintes espaços internos: recepção/bilheteira; vendas de publicações; bar; sala polivalente; arrecadações; instalações sanitárias. Apesar de na concepção do edifício do Centro se ter optado que «na sua aparência e implantação no local»⁸ a sua presença não fosse excessiva, inadequada ou em confronto com o edifício antigo; ou seja, o novo edifício é «uma construção discreta sem evidência no meio envolvente e não visível do interior do recinto das ruínas»⁹. Este novo edifício é criado por um «conjunto de espaços e volumes distintos que se articulam funcionalmente e de forma orgânica ao longo desse percurso. A fim de acentuar a sua ligação a uma modelação de terreno que o abraça e esconde, utilizou-se para a construção dos muros e paredes envolventes a alvenaria de xisto, nalguns casos travada com fiadas de tijolo de burro, como referência à técnica presente nas ruínas romanas. O átrio de entrada é um espaço amplo, que permite receber grupos de visitantes, com fenestração em toda a largura dos vãos, o que possibilita a sua abertura total para o exterior e fácil ventilação e atravessamento. Ao átrio segue-se um pátio sobre o qual abrem também a sala polivalente e um pequeno bar. O espaço central da sala é acentuado por uma abóbada executada em técnica tradicional com tijolo ao cutelo»¹⁰. A opção da concepção do centro foi a de que «ela não fosse, na sua aparência e implantação no local, uma presença excessiva e inadequada em confronto com o edifício antigo mas constituísse antes uma construção discreta e não visível do interior do recinto das ruínas»¹¹.

O Centro de Acolhimento

[arquitectura do CAI: Nuno Bruno Soares, Patrícia Marques]

O Centro de Acolhimento é um entendimento de todo este contexto histórico e «localiza-se discretamente dentro do que se (pres)ente que poderia ter sido um dos limites deste latifúndio. A sua entrada é como que um "portão" para tudo. Conduz de imediato o visitante para um percurso a céu to que se inicia em fosso entre dois muros de pedra e taludes, ao longo do qual se abrem os corpos que o constituem — átrio, serviços e sala polivalente — e que depois se solta, ligando-se à paisagem, para sucessivas surpresas até à ruína. Desenvolve-se sempre adossado a um muro que, com fortes referências culturais, marca a fronteira entre o público e o privado, dando-nos uma imagem defensiva ou amuralhada face ao exterior, reforçada pela alvenaria de xisto a descoberto com características idênticas às da ruína. As quebras que ele apresenta reflectem a orgânica interna. Há uma atmosfera intimista, conseguida nas articulações do construído com o exterior e no sossego da escala obtida»¹².

A linguagem formal e os materiais adoptados, mostram uma coerência cultural, visto que, «estamos na presença de muros de alvenaria de xisto com técnicas

⁸ N. Soares - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.70.

⁹ N. Soares - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.70.

¹⁰ N. Soares - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.72.

¹¹ N. Soares - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p 63.

¹² N. Soares - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p 58.

construtivas antigas, de muros brancos, de tectos em abóbada, de volumes baixos, de pequenas aberturas para o exterior (público). Em complemento a tudo isto, dando-lhe mais razão, respira-se uma envolvente em que a cultura dos tempos aqui só foi benéfica, tendo-lhe mantido o silêncio e as características rurais da paisagem a perder de vista. A intervenção paisagista revela entendimento deste contexto, valorizando o património arqueológico e paisagístico existente, organizando e definindo os percursos exteriores numa lógica sequencial da visita, e introduzindo espécies arbóreas e arbustivas, próprias da paisagem alentejana»¹³.

O arranjo paisagístico de toda a área envolvente do monumento «procura definir a acessibilidade ao recinto e a aproximação às ruínas de forma a conduzir os visitantes à descoberta destas, num percurso que se inicia no edifício de Acolhimento, e progride "entalado" entre este e um talude, até um ponto mais elevado (mirante) que constitui o primeiro local de observação de edificação antiga. O edifício é constituído por um conjunto de espaços e volumes distintos que se articulam funcionalmente e de forma orgânica ao longo desse percurso»¹⁴. Com efeito para acentuar a «sua ligação a uma modelação de terreno que o abraça e esconde, utilizou-se para construção dos muros e paredes envolventes a alvenaria de xisto, nalguns casos travada com fiadas de tijolo burro, como referência à técnica presente nas ruínas romanas. Na sequência do átrio da recepção criou-se um pátio sobre o qual abrem também a sala polivalente e um pequeno bar. O espaço central da sala é acentuado por uma abóbada executada em técnica tradicional com tijolo ao cutelo»¹⁵.

Portanto, o conceito do arranjo paisagístico de toda a área envolvente do monumento também se manteve o espírito da presença não excessiva, inadequada ou em confronto com a envolvente. O arranjo paisagístico procura: «definir acessibilidades ao recinto e aproximação às ruínas, o que conduz à descoberta destas; [e um primeiro local de observação da edificação antiga, ao qual se chega] num percurso iniciado no Centro de Acolhimento e Interpretação e progride, "entalado" entre este e o talude, até um ponto mais elevado (um mirante)»¹⁶. Em relação ao percurso exterior «identificam-se os dois períodos que prevalecem, ou seja, as duas *villae* romanas e a primeira Igreja Monástica. De acordo com o itinerário recomendado, por uma questão de coerência cronológica, iniciámos o nosso percurso pela visita ao Templo Romano, ao Tanque e posterior piscina, igualmente do período romano. O segundo ponto de paragem foi junto aos celeiros e adega, posteriormente, reutilizados na construção da Igreja Monástica. Continuamos a visita observando os vestígios da época romana, nomeadamente as *villae*»¹⁷. O circuito arqueológico foi devidamente planificado, mas apresenta algumas dificuldades quanto ao seu delineamento no território.

¹³ N. Soares - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 60.

¹⁴ N. Soares - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p 63.

¹⁵ N. Soares - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p 63.

¹⁶ N. Soares - *Centro de Acolhimento e Interpretação de São Cucufate* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.70, 72.

¹⁷ MARECO, Rasgado - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve*. Ruínas de São Cucufate [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

A intervenção nas ruínas de São Cucufate.

No sítio arqueológico de São Cucufate as intervenções arquitectónicas novas são o Centro Acolhimento e Interpretação - CAI – mas também ainda as compõem, os arranjos paisagísticos e, ainda a recuperação da Casa do arco e Casa do Almeida para “museu” [NM]. Em primeiro plano a arquitectura está nas antigas ruínas da *villa* romana – património arqueológico – e, em segundo plano, nas novas intervenções no ambiente circundante. Neste caso, subsiste uma tentativa de conectar o sítio com o território e paisagem envolvente cuja referência é a Carta de Cracóvia, no que diz respeito à intervenção em património arqueológico. Esta carta é importante porque facilita também a especificação deste património cultural, em sítio [categoria] arqueológico [classe].

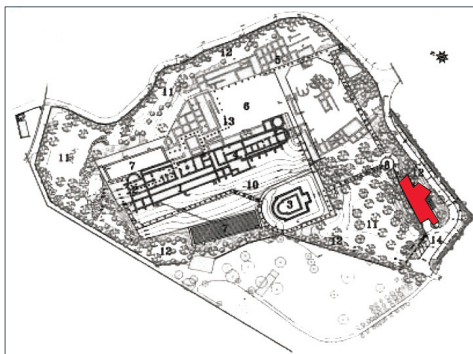
Arranjos paisagísticos garantem tanto a circulação pedonal no recinto como também proporcionam a manutenção da biodiversidade característica deste lugar alentejano. Neste contexto, o centro – CAI - encontra-se numa posição proeminente sobre as ruínas e, assim oferece uma vista panorâmica geral sobre o recinto arqueológico. Apesar de este centro só ter a função de recepção/acolhimento ao público também marca a entrada no sítio de São Cucufate. Para complementar o serviço de recepção/acolhimento [CAI] *in situ*, foi recuperada Casa do arco e Casa do Almeida para conter as funções de núcleo museológico directamente ligado à vila da Vidigueira. Esta dualidade de serviços reforça o respeito pelas indicações da carta de Cracóvia, no que diz respeito à inter-relação da intervenção *in situ* com o território envolvente.

Existe, ainda um ponto onde a intervenção nova tenta vincular-se com o passado através da construção de um muro, adossado ao CAI, com materiais regionais que reproduzem a técnica tradicional outrora aplicada na construção da urbe de São Cucufate. Este muro assinala, pelos seus materiais e técnicas construtivas tradicionais, as características culturais e ambientais daquele lugar – ligação às raízes. Numa perspectiva de “mínima intervenção” cujo objectivo é a sua inserção cultural, os materiais e técnicas construtivas escolhidos para as novas intervenções ajudam a contextualizá-las no ambiente ou paisagem envolvente e, também, as diferenciam das próprias ruínas da *villa* romana.

2.2. Quadro síntese do Sítio Arqueológico de S. Cucufate.

Identificação:	
*Designação	Sítio Arqueológico de S. Cucufate e Casa do Arco [Ruínas do Convento de S. C.].
*Outra Designação	Ruínas de Santiago; Villa Romana de São Cucufate.
*Cronologia	Romano (Século I a.C - Século IV). Medieval.
Classe de Património	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / Villa.
Contexto	Rural.
*Inventário Temático	Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Residencial/Agrícola ["aglomerado/carácter urbano"].
Utilização Actual	Turística [Estação Arqueológica].
*Propriedade / Gestão	---
Localização:	
*Freguesia	Vila de Frades.
*Concelho	Vidigueira.
*Distrito	Beja.
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado.
*Classificação	MN [Monumento Nacional].
*Categoria de Protecção Legal	Imóvel de Interesse Público [IIP], Dec. n.º 36383 de 28 de Junho de 1947.
*Decreto	36 383, DG 147, de 28-06-1947.
*ZEP	---
Valorização:	
*Programa [Valorização]	Rota do Fresco [I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [intervenções no Núcleo Museológico]. 2º nível [restauros no circuito arqueológico]. 3º nível [construção do Centro de Acolhimento e Interpretação. Divulgação/Sensibilização].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Escavações de continuação dos trabalhos arqueológicos [1985]. Sondagem [1986, 1997].
Conservação e Restauro	Restauros identificados no circuito arqueológico.
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Centro de Acolhimento e Interpretação; vila, capela, templo, termas, lagar, pátio de lavoura, tanque, miradouro.
Arranjos Paisagísticos	Ruínas estão enquadradas no seu meio envolvente, organizando e definindo os percursos exteriores até ao mirante. Introduções espécies arbóreas e arbustivas (prado de sequeiro e olival; orla arbórea e arbustiva de enquadramento). Estacionamento. Vedação dos terrenos.
Percurso/Circuito	Circuito nas ruínas: percurso pedonal. Utilização de sinalética.
Materiais	[1] muros e paredes envolventes em alvenaria de xisto, nalguns casos travada com fiadas de tijolo de burro(referência à técnica presente nas ruínas).
Tipologia	[1] obra nova: Centro de Acolhimento e Interpretação [CAI]; [2] recuperação: Núcleo Museológico [NM], Casa do Arco e Casa do Almeida.
Programa [CAI]	[1] áreas públicas: recepção/bilheteira, venda de publicações, bar, sala polivalente. [2] áreas privadas: gabinete de trabalho, arrecadações, instalações sanitárias.
3-Divulgação/Sensibilização	Divulgação do valor dos Frescos.

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cucufate.html; http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_cucufate.html;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70270.



[Fig. 01] Planta das ruínas de São Cucufate.



[Fig. 02] Vista aérea de São Cucufate.



[Fig. 03] Vista sobre as ruínas das Termas.



[Fig. 04] Percurso nas ruínas do Convento de São Cucufate.



[Fig. 05] Vista interior das ruínas do Convento de São Cucufate.



[Fig. 06] Vista do percurso exterior do recinto das ruínas de São Cucufate.



[Fig. 07] Vista das ruínas do Templo.



[Fig. 08] Entrada no CAI e no recinto das ruínas.

2.3. CONJUNTO ARQUEOLÓGICO DO ESCOURAL

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

A gruta do Escoural foi classificada como Monumento Nacional em 1963, e localiza-se no Concelho de Montemor-o-Novo, mais propriamente, na Herdade da Sala. No actual território português, esta gruta constitui-se como um exemplo conhecido do testemunho do passado, e que contém «pinturas e gravuras rupestres realizadas no Paleolítico Superior. A sua descoberta, em 1963, deveu-se à exploração de uma pedreira [da responsabilidade do Museu Nacional de Arqueologia], tendo-se encontrado, no seu interior, uma necrópole datada do Neolítico Final. (...) Os trabalhos arqueológicos revelaram ocupações desde o Paleolítico Médio e Superior até ao Neolítico Final. A arte rupestre destaca-se pela sua raridade e apresenta duas fases, com cronologias de cerca 25.000 a.C e 13.000 anos a.C.. No exterior, na elevação acima da gruta, situa-se um Santuário Rupestre Neolítico e um pequeno povoado Calcolítico. Nas proximidades encontra-se um Tholos (sepulcro megalítico de falsa cúpula)»¹. Mas evidenciam-se ainda, na área envolvente outros monumentos megalíticos tais como, a Anta Grande da Comenda da Igreja, o Cromeleque dos Almendres e a Anta Grande do Zambujeiro [concelho de Évora]»².

Como se referiu acima, a sua origem remonta ao «Paleolítico Médio, quando grupos de caçadores-recolectores neandertalenses utilizaram a Gruta como abrigo temporário durante a prática da caça, cujo alvo principal deveriam ser, entre outros, o auroque, o veado e o cavalo, a julgar pelos vestígios osteológicos aí encontrados. Durante o Paleolítico Superior (35 000 - 8 000 a.C.), o espaço da Gruta sofreu um reaproveitamento, surgindo, então, um santuário rupestre concebido por grupos anatomicamente considerados modernos. Data precisamente desta época a utilização das paredes do seu interior como suporte de realização de diversos motivos artísticos, inseridos no vasto universo da denominada Arte Pré-histórica»³. Mas no início do Neolítico (5000 a.C. - 3000 a.C.) a gruta foi transformada em cemitério pelas «comunidades de agricultores e pastores localizadas nas suas imediações (...) [apesar de terem] sido estes mesmos grupos populacionais que, aproveitando as lajes calcárias do exterior da Gruta, gravaram diversos motivos esquemáticos e animais estilizados, formando um santuário rupestre ao ar livre no cerro que se lhe sobrepõe. Quando, no final do Neolítico, a Gruta foi encerrada, o seu espaço começou a ser habitado por comunidades do Calcolítico (2 000 a.C.), construindo-se um povoado fortificado, assim como um tholos megalítico de falsa cúpula, situado a uma distância de cerca de

¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_escoural.html [Caracterização].

² online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_escoural.html [Descrição];

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69721 [Nota Histórico-Artística].

³ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_escoural.html [Descrição];

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69721 [Nota Histórico-Artística].

600 metros, caracterizado por uma câmara circular, corredor e átrio de acesso ao seu interior. Os diferentes espólios encontrados, quer em contexto habitacional como funerário, parecem evidenciar a prática agrícola, pastorícia e mineira, às quais se dedicariam estas populações»⁴.

De facto, perante as características do sítio considerou-se imprescindível não só a construção do Centro de Interpretação da gruta [núcleo museológico] na vila de Santiago do Escoural, como o acompanhamento permanente de um guia turístico durante a visita à própria cavidade arqueológica, bem como a criação de estruturas de apoio que ajudam na visita de grupos. Entretanto, o centro de acolhimento encontra-se na entrada da gruta do Escoural, mas «ao mesmo tempo que decorre todo um programa integrado de musealização do espaço desta Gruta no âmbito da filosofia de intervenção nos monumentos arqueológicos visitáveis, tendente a criar infra-estruturas imprescindíveis ao melhoramento da explicação e interpretação dos sítios visitados, ao mesmo tempo que a regular e disciplinar os fluxos de visita»⁵.

1.2. Contexto Envolvente.

O conjunto do Escoural situa-se na estrada que liga Montemor-o-Novo a Alcáçovas, no Lugar da Fonte Nova, freguesia de Santiago do Escoural. Este Conjunto Arqueológico inclui uma gruta, porém a sua visita é realizada com a ajuda de um guia para se poder visualizar e compreender as diversas gravuras que remontam a 50.000 anos. Em termos de enquadramento existe uma forte conexão com o meio rural onde está inserido, no entanto, a sua visibilidade exige a preservação e manutenção do espaço envolvente.

Portanto, este sítio arqueológico tem como «ponto fulcral a gruta, cavidade natural formada num afloramento granítico implantado numa vasta faixa de calcários, numa zona de verdadeira encruzilhada localizada entre as bacias hidrográficas do Tejo e do Sado e a peneplanície alentejana. Encontrando-se parcialmente selada por um espesso manto estalagmítico, a gruta é constituída por várias salas e galerias que atestam, grosso modo, cerca de 50 000 anos de História, ilustrados pelas representações gráficas realizadas no seu interior»⁶.

As acções de valorização tomadas neste sítio foram a construção de um «pequeno Centro Interpretativo e de Acolhimento, na zona [região] da gruta do Escoural, e a

⁴ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_escoural.html [Descrição];
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69721 [Nota Histórico-Artística].

⁵ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_escoural.html [Descrição];
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69721 [Nota Histórico-Artística].

⁶ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_escoural.html [Descrição];
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69721 [Nota Histórico-Artística].

adaptação de um edifício, situado em Santiago do Escoural, para núcleo museológico»⁷.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

O arqueólogo Farinha dos Santos desenvolveu as primeiras medidas de protecção e salvaguarda que culminaram na classificação da gruta como Monumento Nacional [MN] pelo decreto 45327 de 25 de Outubro de 1963. Com a aquisição do terreno em 1998 criaram-se condições para a valorização da gruta e processos de estudo e projecto prévio para o Centro de Acolhimento a construir junto à gruta. Em 2001, foi inaugurado o Centro de Interpretação. «A sua importância (...) faz deste conjunto arqueológico um lugar à parte do contexto da arqueologia pré-histórica portuguesa, a exigir uma atenção reforçada do ponto de vista da investigação, da conservação, apresentação pública e divulgação»⁸.

2.1. Acolhimento de Visitantes

Acolhimento de Visitantes⁹:

[1] Centro de Interpretação na povoação de Santiago do Escoural, exposição permanente dedicada ao sítio arqueológico do Escoural; sugere-se uma visita prévia a este Centro e posteriormente a visita à gruta. O Centro de Acolhimento está junto à gruta.

[2] Loja, publicações de apoio ao visitante, materiais de divulgação.

[3] Por motivos relacionados com a conservação do monumento, o número de visitantes é condicionado, sendo as visitas guiadas e em grupo.

[4] Visitantes com mobilidade reduzida: a visita ao interior da gruta apresenta dificuldades.

Centro de Interpretação.

[arquitectura do CI ou NM: Carlos Severo]

O Centro de Interpretação, instalado a 10 km na vila de Santiago do Escoural, «fornece a mais variada e completa informação respeitante às diversas ocupações

⁷ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_escoural.html [Descrição];

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69721 [Nota Histórico-Artística].

⁸ J. Marques - *Conjunto Arqueológico do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.60.

⁹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_escoural.html.

arqueológicas detectadas, tanto no interior, como no exterior do monumento, mediante a apresentação de documentação escrita e gráfica, para além da exposição permanente de alguns artefactos encontrados durante as escavações»¹⁰.

Aconselha-se em primeiro, uma visita a este Centro e, posteriormente, à Gruta. Para o funcionamento deste núcleo museológico [NM] procedeu-se à execução de vários propósitos. O projecto visava a «recuperação e reconversão de uma habitação tradicional na vila do Escoural, para Centro de Interpretação, [que funciona] como um equipamento de apoio à gruta»¹¹. A nível museológico refere-se a concepção da exposição “escoural, uma paisagem com 50000 anos de história” [Cristina Araújo] a instalar no espaço reconvertido.

Contudo, habitação tradicional deveria preservar as características construtivas primitivas mas é necessário alterar a sua funcionalidade. Neste sentido, e de acordo com o programa do IPPAR «a porta principal da habitação tradicional abre-se para uma «pátio exterior, transformando-o em antecâmara do museu, assegurando a relação com a rua e integrando este novo equipamento no tecido urbano envolvente»¹². No interior da habitação tradicional são abertas algumas paredes, com o objectivo de criar «um espaço único, uma sucessão de salas, permitindo a circulação e permanência de pequenos grupos de pessoas, e mantendo inalteradas as características da construção, que foi consolidada e restaurada»¹³. Embora a recuperação da habitação tradicional também implicasse a «construção de uma nova cobertura, com isolamento térmico, construção de escada para o gabinete no piso superior, o revestimento de pavimentos em pedra (xisto), bem como a instalação de todas as infra-estruturas (redes de água e esgotos, eléctrica e de segurança) necessárias ao desempenho de Núcleo Museológico»¹⁴. O espaço foi concebido de forma a recriar o ambiente da gruta através da cor, dos materiais e iluminação e apresenta como «conceito expositivo a criação de um percurso ao longo do qual são expostos conteúdos museológicos»¹⁵. A materialização deste percurso é feita através da construção de uma «estrutura metálica linear, que suporta o material gráfico e vitrinas, concebida de forma a criar dois corredores, ida e volta, encaminhando a visita [para a zona de recepção]. O percurso proposto inicia e termina na zona de entrada, a recepção, apoiada por um balcão e expositores de vendas [e o seu meio acústico é tratado]»¹⁶.

¹⁰ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_escoural.html [Serviço Educativo].

¹¹ C. Severo - *Centro de Interpretação da Gruta do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.61.

¹² C. Severo - *Centro de Interpretação da Gruta do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.61.

¹³ C. Severo - *Centro de Interpretação da Gruta do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.61.

¹⁴ C. Severo - *Centro de Interpretação da Gruta do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.61.

¹⁵ C. Severo - *Centro de Interpretação da Gruta do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.61.

¹⁶ C. Severo - *Centro de Interpretação da Gruta do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.63.

Centro de Acolhimento

[arquitectura do CA: Nuno Simões, Joana Barbosa]

A proposta feita para o Centro de Acolhimento baseia-se na forte sensação produzida pelo espaço da gruta, a qual «situa-se dentro de uma colina rasgada por uma pedreira ganhando um forte valor o contraste entre as formações rochosas e a suave topografia natural. Dentro da mais expressiva destas formações situa-se a Gruta. Os valores presentes no local remetem-nos para uma experiência de envolvimento em que História e Natureza se envolvem e fundem»¹⁷. A visita à gruta é feita em dois momentos: viagem de carro e a transposição da vedação, «estes dois momentos corporizaram-se no projecto através da existência de um muro de aparelho de pedra (recolhida no local), baixo, extenso e horizontal, paralelo à estrada e do percurso de acesso à Gruta, que tem o desenho de uma serpente feito de calçada irregular. Estes dois elementos dialogam formando um contraste ao qual o Centro vai buscar o seu valor expressivo. O Centro assume uma presença exterior minimal e misteriosa»¹⁸.

O edifício do Centro está encostado ao muro, e é materializado por um volume duro de betão, mas também, por um espaço resguardado por uma laje de betão. As áreas públicas estão neste espaço, enquanto, as áreas privadas encontram-se no volume de betão «que se funde com o terreno, assumindo-se como mais uma formação rochosa. A circulação faz-se sempre ao longo do muro, que tem uma presença interior destacada. A área de estacionamento é pavimentada com gravilha, estabilizada por faixas de pedra, mantendo-se, na medida do possível, o carácter “natural” do espaço actual»¹⁹.

O circuito arqueológico do Escoural «abarca três épocas históricas distintas: o Paleolítico; Neolítico e Calcolítico. No primeiro patamar, situado no período Paleolítico, pudemos observar diversas gravuras desenhadas na rocha, relativas à caça e à representação de diversos animais com conotação religiosa. Através de uma escada de madeira com um corrimão improvisado de corda, acedemos ao segundo ponto e último (no interior da gruta) da visita, onde se visualizam os vestígios de um cemitério construído por uma comunidade de agricultores e pastores, na época do Neolítico»²⁰. O circuito está planificado, contudo, devido ao seu estado e à morfologia da própria cavidade, deve-se caminhar com atenção e cuidado possível ao longo de todo o percurso.

A intervenção no Conjunto Arqueológico do Escoural.

O património arqueológico do Escoural é um grupo de vários sítios integrados na paisagem e, dos quais a gruta se destaca como abrigo pré-histórico em formação

¹⁷ N. Simões - *Centro de Acolhimento da Gruta do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.65.

¹⁸ N. Simões - *Centro de Acolhimento da Gruta do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 65.

¹⁹ N. Simões - *Centro de Acolhimento da Gruta do Escoural* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p.66.

²⁰ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Conjunto Arqueológico do Escoural* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

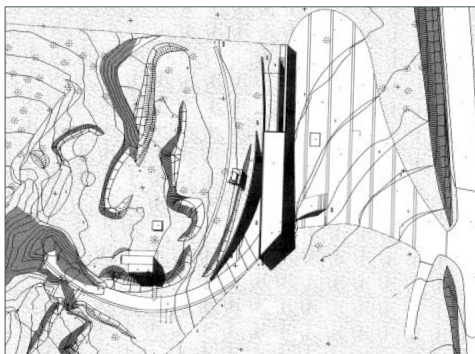
rochosa. Neste sentido, a fruição do sítio como vestígio advém, inicialmente do contacto com a sua ambiência natural. Estes factos implicam o uso do conceito da “mínima intervenção” na relação com a paisagem. A marca contemporânea da intervenção está na criação de um muro de pedra – relação com o local – e, também na construção de um centro de acolhimento, os quais marcam a entrada neste conjunto arqueológico. Ainda, foi essencial o uso de novos materiais e tecnologias na instalação de um passadiço – madeira e metal - para ser possível visitar o interior da gruta. Para finalizar, as intervenções no exterior – paisagem – estão integradas e seguem as indicações da Carta de Cracóvia²¹. No entanto, o novo volume do centro de acolhimento que marca a entrada é pressentido como uma grande massa pode gerar conflito na sua relação com a “entrada natural” da gruta.

²¹ art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

2.3. Quadro síntese do Conjunto Arqueológico do Escoural.

Identificação:	
*Designações	Conjunto Arqueológico do Escoural [Gruta do Escoural].
*Outra Designação	Estação arqueológica da Herdade da Sala: Lugar da Fonte Nova.
*Cronologia	Paleolítico; Neolítico; Calcolítico.
Classe de Património	(conjunto/sítios) Arqueológico(s) [art. 5, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / Gruta.
Contexto	Rural.
*Inventário Temático	<i>Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Santuário Rupestre [gruta/envolvente].
Utilização Actual	Turística [Estação Arqueológica].
*Propriedade / Gestão	Estado Português [IPPAR].
Localização:	
*Freguesia	Santiago do Escoural.
*Concelho	Montemor-o-Novo.
*Distrito	Évora.
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado.
*Classificação	Monumento Nacional [MN].
*Categoria de Protecção Legal	Monumento Nacional [MN], Dec. 45 327, DP, 25-10-1963.
*Decreto	Dec. 45 327, DG 251 de 15 Outubro 1963.
*ZEP	---
Valorização:	
*Programa [Valorização]	[I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [Escavações arqueológicas e estudos para a valorização]. 2º nível [Centro de Interpretação]. 3º nível [Centro de Acolhimento].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Escavações arqueológicas.
Conservação e Restauro	Trabalhos de consolidação e restauro no Centro de Interpretação [2001].
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Centro Interpretação; Centro de Acolhimento; Gruta; Necrópole da Herdade da Sala; Povoado Fortificado da Idade do Cobre; Antas (Évora).
Arranjos Paisagísticos	Conexão com o meio rural, no entanto, a sua visibilidade exige a preservação e manutenção do espaço envolvente. Aquisições de imóveis, terrenos e sua vedação. Área de estacionamento.
Percurso/Circuito	Rural + Circuito interno [gruta] e externo [percurso chegada]. Utilização de sinalética.
Materials	[C] nova cobertura, escada interior, pavimentos interiores (xisto), infra-estruturas (água, esgotos, eléctrica, segurança). [CA] um muro de aparelho de pedra (recolhida no local); área de estacionamento é pavimentada com gravilha, estabilizada por faixas de pedra.
Tipologia	[1] gruta: Centro de Acolhimento [CA], junto à gruta; [2] restauro: Centro de Interpretação [C], vila de Santiago do Escoural, 2001.
Programa [CAI]	[C] - recepção/zona entrada; sala exposição; sala de projecções; gabinete; instalações sanitárias. [CA] - recepção/zona entrada; sala polivalente; local técnico; escritório; instalações sanitárias.
3-Divulgação/Sensibilização	Concepção da exposição “escoural, uma paisagem com 50000 anos de história” [Cristina Araújo] instalada no Centro de Interpretação.

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_escoural.html; http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_escoural.html;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69721



[Fig. 01] Planta de implantação da entrada e do novo edifício do CA, no recinto do Escoural.



[Fig. 02] Portão de entrada no recinto do Escoural.



[Fig. 03] Vista da entrada na gruta do Escoural.



[Fig. 04] Vista da entrada na gruta do Escoural.



[Fig. 05] Percurso [passadiço] interior da gruta do Escoural.



[Fig. 06] Vista dos percursos interiores da gruta do Escoural.



[Fig. 07] Vista da entrada no CI, na vila de Santiago do Escoural.



[Fig. 08] Interior da exposição no CI, na vila de Santiago do Escoural.

2.4. CIRCUITO ARQUEOLÓGICO DA COLA

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

Como consequência de vários trabalhos de investigação surgiu, o circuito arqueológico do Castro da Cola, mas a sua ideia começou no desejo de mostrar como foi, a paisagem [“agreste”] muito marcada pelo Homem, desde as épocas recuadas. Então, a apreciação destes “lugares” da paisagem não foi administrada «pela [própria] monumentalidade dos sítios, mas [sim,] de modo a contribuir para a diversidade - morfológica, funcional e cronológica - para o desvendar de uma paisagem organizada em torno de um fio condutor - o rio Mira - que funcionou, desde sempre, como o elemento aglutinante das populações deste território»¹. Nesta região, são evidentes cerca de trinta “lugares” que cobrem diversos períodos cronológicos [Neolítico - Idade Média], e dos quais foi escolhido um «conjunto de quinze que, pelo seu estado de conservação e inserção na paisagem, reuniam as melhores condições para uma apresentação ao público: monumentos megalíticos de Fernão Vaz 1 [Neo-Calcolítico - Monumento Funerário Megalítico], Fernão Vaz 2 [Neo-Calcolítico - Monumento Funerário Megalítico] e Nora Velha [Neo-Calcolítico, com reutilizações nas Idades do Bronze e Ferro - Monumento Funerário Megalítico], povoado calcolítico do Cortadouro [Idade do Ferro e época indeterminada – Povoado], necrópoles da Idade do Bronze de Alcaria 1 [Idade do Bronze - Necrópole e estrutura associada] e Alcaria 2 [Idade do Bronze – Necrópole] e Atalaia [Idade do Bronze – Necrópole], povoados da Idade do Ferro de Porto das Lages [Idade do Ferro – Povoado] e Fernão Vaz [Idade do Ferro, com uma ocupação posterior Medieval/Islâmica – Povoado], necrópoles e monumentos funerários da Idade do Ferro de Fernão Vaz [Idade do Ferro – Necrópole], Nora Velha 2 [Idade do Ferro – Necrópole], Vaga da Cascalheira [Idade do Ferro – Necrópole], Casarão [Idade do Ferro - Monumento Funerário] e Pego da Sobreira [Idade do Ferro - Monumento Funerário] e povoado fortificado islâmico e medieval cristão da Cola (Castro da Cola) [Neolítico até à Época Medieval – Povoado]»². Estes “lugares” inserem-se nas tipologias de «antas de cripta alongada aberta, ou com corredor curto, rodeada por mamoa de terra consolidada com couraça pétreia ou delimitada por uma coroa de pedras cravadas verticalmente, bem como *tholos* de câmara circular e corredor curto, igualmente recoberto por uma mamoa e destinados a enterramentos colectivos»³. Além disso ainda se encontram várias necrópoles «constituídas por cistas, fossas e pequenas estruturas sepulcrais de configuração rectangular, destinadas a sepultamentos individuais»⁴. Contudo, estas edificações fazem parte do «mesmo conjunto quatro povoados, de entre os quais destaca-se o Castro da Cola classificado como Monumento Nacional em 1910,

¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itinCola.html [Caracterização].

² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itinCola.html [Caracterização].

³ online: <http://www2.ippar.pt/monumentos/sitioCola.html> [Descrição].

⁴ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itinCola.html [Caracterização].

constituindo uma das mais importantes estações arqueológicas existentes no nosso país, revelando vestígios ocupacionais desde o Neolítico até uma época posterior à Reconquista Cristã»⁵.

O Castro da Cola havia sido um dos «sítios arqueológicos portugueses que primeiro despertou a atenção dos antiquários». No entanto, recorda-se a primeira escavação efectuada, a qual “deve-se a Abel Viana (...) notável pela sua capacidade de compreensão da realidade humana em que trabalhava (...) escavou o castro e vários monumentos ao redor”. Este investigador foi o impulsionador da descoberta e posterior inventariação das peças recolhidas. A sua obra foi continuada pelo arqueólogo Caetano de Mello Beirão o qual, na década de 70, realizou descobertas importantíssimas sobre a Idade do Ferro. Pode-se, então afirmar que “a este arqueólogo se deve a primeira ideia de um parque arqueológico, hoje materializada no Circuito Arqueológico da Cola.” Deste projecto a maior intervenção realizada consistiu na construção do Centro de Acolhimento e de Interpretação e no planeamento de um circuito delineado em pontos arqueológicos de indiscutível interesse. Todas estas intervenções ajudaram na concretização dos principais objectivos que fundamentam a definição actual do Museu-Território»⁶.

Entretanto, encontra-se construído o respectivo centro de acolhimento, como também, o Circuito do Castro da Cola propriamente dito, os quais foram realizados no «âmbito da filosofia de intervenção nos monumentos arqueológicos visitáveis, com vista à criação de infra-estruturas imprescindíveis à clarificação dos sítios visitados, ao mesmo tempo que a regular e disciplinar os fluxos de visita»⁷.

1.2. Contexto Envolvente.

O circuito, no qual está inserido o Castro da Cola, [Monumento Nacional desde 1910], situa-se no interior do Baixo Alentejo, «mais exactamente no concelho de Ourique, num território onde o Rio Mira e as suas margens abrigaram populações desde os tempos mais remotos, desenvolvendo actividades ligadas à agricultura, as quais estabeleciam um ténue contacto entre a terra e o rio que fertilizava “uma zona pouco povoada, onde algumas aldeias dispersas pelo território (o Castro da Cola foi uma delas até ao século XIII) organizaram o povoamento”»⁸. Os diferentes sítios realçam várias épocas e revelam a evolução humana ao longo dos tempos, numa região onde o clima era seco e no qual a água era um bem precioso e raro. A contínua ocupação «destes monumentos demonstra a apropriação da zona à prática das mais variadas actividades, como no caso da agricultura, pastorícia, caça e pesca [mas também] atesta-se a frequente recorrência à exploração dos diversos recursos mineiros

⁵ online: <http://www2.ippar.pt/monumentos/sitioCola.html> [Descrição].

⁶ Entre aspas, IPPAR - Roteiros da Arqueologia Portuguesa: 2002; 7. MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O Circuito Arqueológico da Cola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

⁷ online: <http://www2.ippar.pt/monumentos/sitioCola.html> [Descrição].

⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O Circuito Arqueológico da Cola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

disponíveis (...) deste modo, que os critérios de fixação destas populações foram primordialmente ditados pela riqueza e eclectismo dos recursos cinegéticos da zona. E, terá sido nesse mesmo âmbito que foram de igual modo edificados monumentos sepulcrais⁹. Apesar dos sítios de interesse inscritos no itinerário arqueológico se encontrarem «dispersos em torno de um deles, que dá o nome ao próprio Circuito – o Castro da Cola. (...) Em termos de enquadramento paisagístico, o Castro da Cola encontra-se em perfeita sintonia com o meio envolvente, denotando a sua ruralidade»¹⁰. Ainda neste encadeamento, podem evidenciar-se as pequenas explorações agrícolas com as suas casas que formam o conhecido monte alentejano.

O percurso convida e guia, o visitante, «através desta paisagem, a uma viagem a alguns dos momentos mais remotos da nossa História. No Centro de Acolhimento e Interpretação do Circuito, instalado num pequeno edifício próximo da Ermida de Nossa Senhora da Cola e do Castro da Cola, recolherá a informação necessária para partir à descoberta dos sítios e dos espaços onde estes foram, um dia, construídos»¹¹.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

O Castro da Cola está classificado Monumento Nacional [MN] desde 1910. A sudoeste do Castro situa-se o Santuário da Nossa Senhora da Cola, a igreja e o complexo da casa que constituem uma única «envolvente paisagística»¹². As acções promovidas referem-se às condições de apresentação pública dos Sítios e passaram pela «construção de um Centro Interpretativo e de Acolhimento, junto ao Castro da Cola, sinalização (dos acessos e dos sítios), escavações arqueológicas, acções de conservação e restauro e produção de documentação de apoio ao visitante»¹³. A sua promoção e organização da visita difere dos restantes itinerários arqueológicos, porque contém circuitos que conduzem o visitante a diversos pontos de interesse turístico.

⁹ online: <http://www2.ippar.pt/monumentos/sitioCola.html> [Descrição].

¹⁰ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O Circuito Arqueológico da Cola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹¹ S. Correia, R. Alfenim - *Circuito Arqueológico da Cola - ESTUDOS/PATRIMÓNIO* 1, p. 54.

¹² S. Salema - *Centro de Acolhimento e Interpretação Circuito da Cola - ESTUDOS/PATRIMÓNIO* 1, p. 55.

¹³ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itinCola.html [Caracterização].

2.1. Acolhimento de Visitantes

Acolhimento de Visitantes¹⁴:

[1] Centro de Acolhimento e Interpretação, onde se disponibiliza informação sobre o circuito, o seu enquadramento natural e os diferentes sítios arqueológicos seleccionados.

[2] Loja, publicações de apoio aos visitantes, materiais de divulgação.

[3] Estacionamento de ligeiros e autocarros.

[4] A partir do Centro de Acolhimento e Interpretação, os visitantes poderão aceder, de automóvel, aos diferentes sítios, apoiando-se nas indicações da sinalética instalada; parte do circuito apenas poderá ser realizado em veículo todo-o-terreno, enquanto que outros troços terão de ser efectuados a pé.

[5] O circuito integra-se num contexto natural de admirável riqueza e interesse paisagísticos, só se tornando possível pela colaboração dos respectivos proprietários; ao efectuar a sua visita tenha esse facto em conta, respeitando-o e contribuindo para a sua limpeza, manutenção e salvaguarda.

Centro de Acolhimento e Interpretação

[arquitectura do CAI: Sofia Salema]

«Ao chegarmos ao Centro de Acolhimento e Interpretação, deparamos com uma modesta estrutura, onde consta a informação (...) do circuito e das condições do seu usufruto»¹⁵. A partir do Centro de Acolhimento e Interpretação, «os visitantes poderão aceder, de automóvel, aos diferentes sítios, apoiando-se nas indicações da sinalética instalada; parte do circuito apenas poderá ser realizado em veículo todo-o-terreno, enquanto outros troços terão de ser efectuados a pé. O circuito integra-se num contexto natural de admirável riqueza e interesse paisagísticos, só se tornando possível pela colaboração dos respectivos proprietários; ao efectuar a sua visita tenha esse facto em conta, respeitando-o e contribuindo para a sua limpeza, manutenção e salvaguarda»¹⁶.

O edifício destinado a Centro de Acolhimento e Interpretação «pequena construção vernácula em mau estado de conservação que se encontra localizado junto à Igreja do Santuário. Após uma análise do edifício e do programa ressaltou-se a necessidade de uma pequena ampliação. A filosofia de intervenção teve como objectivo a preservação das qualidades do edifício e da sua envolvente, tendo-se optado por uma ampliação

¹⁴ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itinCola.html [Acolhimento de visitantes].

¹⁵ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O Circuito Arqueológico da Cola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁶ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itinCola.html [Acolhimento de Visitantes].

para sul de modo a garantir a correcta integração deste edifício nesta extraordinária envolvente paisagística. Como filosofia de intervenção a ampliação não pretendeu sobressair ou destacar-se do edifício existente mas sim integrar-se na envolvente, num enquadramento à escala do edifício»¹⁷. Foram efectuadas obras de manutenção, preservação e ampliação no edifício vernáculo destinado a Centro de Acolhimento e Interpretação, entre as quais se distinguem: a ampliação do edifício para sul, integrado na envolvente paisagista; a preservação das qualidades do edifício e a sua integração na paisagem envolvente; a manutenção e preservação da construção existente, arquitectónica e construtivamente modesta, mas com «significativo valor plástico e cultural»¹⁸. Para o aspecto exterior deste edifício manteve-se a «textura dos parâmetros de caiação sobre alvenaria de pedra de xisto, propondo-se uma ligeira diferença, ao nível da textura, entre as paredes existentes e as novas que foram rebocadas e caiadas»¹⁹. Como metodologia projectual optou-se por um sistema construtivo compatível e semelhante ao existente, ou seja, a parede autoportante construída em tijolo maciço. Ainda foram abertos dois vãos, na fachada principal, para iluminação e ventilação natural legitimando ainda um deles para controlo da entrada no Castro. Portanto, as pré-existências vernáculas articulam-se em dois espaços de programática diferente, uma zona de acolhimento e uma zona de exposição. A zona de Acolhimento relaciona-se directamente com o exterior onde se localiza a porta existente – Norte – e proporciona uma melhor visibilidade à chegada do visitante. A divulgação/exposição do circuito é feito na chamada zona de Exposição que contém informação de apoio ao itinerário arqueológico e uma sala de audiovisuais. Funcionalmente, na ampliação do edifício vernáculo «criou-se igualmente uma área de sanitários e arrumos, localizada na parte do edifício a ampliar e organizada em dois espaços distintos: um directamente relacionado como a sala polivalente, destinado a uma pequena copa e uma instalação sanitária de apoio aos funcionários do Centro Interpretativo, e outro com acesso pelo exterior onde funcionam instalações sanitárias de apoio aos utentes e visitantes do Circuito e do Santuário»²⁰.

Ao nível dos arranjos exteriores foi previsto uma área de estacionamento – noroeste do Centro – para estacionar veículos pesados e não se apresenta como obstáculo à percepção da paisagem a partir do Castro.

A intervenção no Circuito Arqueológico da Cola.

O circuito arqueológico da Cola é um composto por vários sítios [património arqueológico] integrados na paisagem e, dos quais se destaca o antigo castro que oferece uma vista panorâmica sobre a paisagem envolvente. Junto ao castro e à Ermida de Nossa Senhora da Cola encontra-se um pequeno edifício que foi recuperado, ampliado e adaptado a centro de acolhimento e interpretação do circuito. Então esta intervenção de musealização recorreu a infra-estruturas locais pré-existentes [arranjos exteriores e edifício centro] para a sua concretização e, também

¹⁷ S. Salema - *Centro de Acolhimento e Interpretação Circuito da Cola* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 55-56.

¹⁸ S. Salema - *Centro de Acolhimento e Interpretação Circuito da Cola* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 56.

¹⁹ S. Salema - *Centro de Acolhimento e Interpretação Circuito da Cola* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 56.

²⁰ S. Salema - *Centro de Acolhimento e Interpretação Circuito da Cola* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 57.

para a sua integração local, territorial e paisagística – princípios da Carta de Cracóvia²¹. No edifício adaptado a centro de acolhimento e interpretação foi equilibrado o uso de materiais e tecnologias regionais na ampliação, com os materiais e técnicas tradicionais utilizados na sua recuperação.

²¹ art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

2.4. Quadro síntese do Circuito Arqueológico da Cola.

Identificação:	
*Designações	Circuito Arqueológico da Cola.
*Outra Designação	---
*Cronologia	Neolítico; Calcolítico; Idade do ferro; Medieval.
Classe de Património	(conjunto/sítios) Arqueológico(s) [art. 5, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / castro / monumentos megalíticos - funerários / povoados / necrópoles.
Contexto	Rural.
*Inventário Temático	<i>Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Residencial [povoados]; Defesa [Castro].
Utilização Actual	Turística [Estações Arqueológicas].
*Propriedade / Gestão	---
Localização:	
*Freguesia	Ourique
*Concelho	Ourique
*Distrito	Beja
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado.
*Classificação	Imóvel de Interesse Público [circuito]. Monumento Nacional [Castro Cola].
*Categoria de Protecção Legal	Imóvel de Interesse Público [IIP], , Dec. 29/60, DP, 17-07-1990. Monumento Nacional [MN], Dec. 16-06-1910, DP, 23-06-1910.
*Decreto	Dec. 29/60, DP, 17-07-1990.
*ZEP	---
Valorização:	
*Programa [Valorização]	[I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [escavações arqueológicas; conservação e restauro] . 2º nível [Centro Interpretativo e de Acolhimento; sinalização dos acessos e dos sítios]. 3º nível [produção de documentação de apoio ao visitante].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Escavações arqueológicas [nos diversos pontos do circuito].
Conservação e Restauro	Manutenção, preservação e ampliação no edifício vernáculo destinado a CAI.
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Centro de Acolhimento e Interpretação; 15 sítios arqueológicos [monumentos megalíticos; povoado calcolítico; necrópoles da idade do bronze; povoados, necrópoles e monumentos funerários da idade do ferro; povoado fortificado islâmico e medieval/cristão, Castro da Cola].
Arranjos Paisagísticos	Castro da Cola está em sintonia com o envolvente [ruralidade]. Área de estacionamento [noroeste do CAI]. Aquisições de imóveis, terrenos e sua vedação.
Percurso/Circuito	Circuito rural pelos 15 sítios arqueológicos. Utilização de sinalética.
Materiais	[1] aspecto exterior CAI, manter a textura dos paramentos de caiação sobre a alvenaria (pedra de xisto), propondo uma diferença de textura, entre as paredes existentes e as novas que foram rebocadas e caiadas. [2] uso de novo sistema construtivo compatível.
Tipologia	[1] recuperação/ampliação: Centro de Acolhimento e Interpretação [CAI], pequeno edifício próximo da Ermida de Nossa senhora da Cola e do Castro da Cola.
Programa [CAI]	[1] recepção; sala exposição; sala polivalente. [2] ampliação: instalações sanitárias.
3-Divulgação/Sensibilização	A divulgação do circuito é feita na chamada zona de exposição do CAI.

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itinCola.html; <http://www2.ippar.pt/monumentos/sitioCola.html>.



[Fig. 01] Planta de implantação da Ermida da Nossa Senhora da Cola e do CAI.



[Fig. 02] Vista aérea das ruínas do Castro da Cola.



[Fig. 03] Vista da Ermida da Nossa Senhora da Cola e do CAI.



[Fig. 04] Ruínas do Castro da Cola.



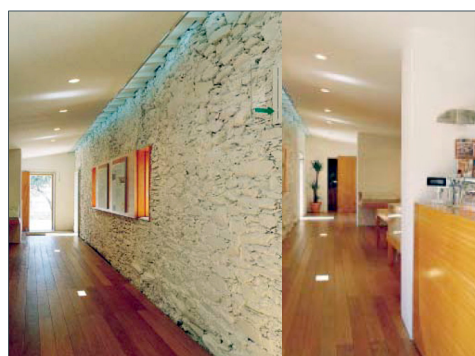
[Fig. 05] Vista da Ermida da Nossa Senhora da Cola e do CAI.



[Fig. 06] Entrada no CAI.



[Fig. 07] Vista do interior da sala de exposições do CAI.



[Fig. 08] Interior do CAI, parede de alvenaria de xisto e recepção.

2.5. POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE SANTA VITÓRIA

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

Este sítio estabelece-se na propriedade agrícola de vale da Preguiça, na proximidade da vila de Campo Maior. Tem acesso através dum caminho que serve o depósito de água municipal construído no limite Sul da plataforma superior da elevação, onde se desenvolve o povoado pré-histórico e cuja área arqueológica é de cerca de 1 hectare. Ainda decorre «o processo de classificação como imóvel de Interesse Público»¹. Os trabalhos arqueológicos identificaram um povoado com uma ocupação ao longo da primeira metade do III milénio a. C., na qual se distinguem duas grandes fases. A fase mais antiga, a primeira, «é definida por um recinto central (acrópole) cercado por um sistema defensivo constituído por fossos e muralhas de adobe. Estão identificadas duas linhas de fossos, havendo fortes probabilidades de se encontrar uma terceira. A par da identificação do sistema defensivo foram descobertas várias fossas com funções diversas: silos, cisternas, áreas habitacionais»². A segunda fase «corresponde a um conjunto de lareiras e de vestígios de cabanas implantadas sobre as anteriores estruturas escavadas na rocha. Esta ocupação aproveita os desníveis de terreno, certamente existentes pelo enchimento parcial e irregular dos fossos, construídos na anterior fase, ignorando a sua funcionalidade original. Os materiais cerâmicos, de menor qualidade técnica estão representados por contentores, recipientes ligados à manufactura dos alimentos (associados às lareiras) e ao seu consumo (pratos e taças). Igualmente estão presentes os pesos de tear e as queijeiras»³. Este povoado calcolítico de Santa Vitória foi descoberto em 1986, « tendo sido objecto de várias escavações arqueológicas entre esse ano e 1993, no âmbito de um Projecto de Investigação. Um longo e complexo processo de resgate constituiu a sua única garantia de salvaguarda: em vias de classificação, e com um processo de aquisição a decorrer, o sítio sofreu em 1996 significativos danos e esteve na iminência de ser destruído pelo antigo proprietário e só um embargo administrativo e a aquisição de terrenos pelo Estado Português, através do IPPAR, travaram definitivamente esses atentados. Com esta aquisição deu-se início ao Projecto de Estudo, Recuperação e Valorização do Povoado Calcolítico de Santa Vitória – Campo Maior. Entre 1997 e 2001 desenvolveu-se um conjunto de acções com o intuito de disponibilizar os resultados de dez anos de investigação e o imediato usufruto por parte do visitante/turista do investimento público realizado»⁴.

¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_stavitoria.html [Caracterização].

² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_stavitoria.html [Caracterização].

³ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_stavitoria.html [Caracterização].

⁴ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 73.

1.2. Contexto Envolvente.

O povoado Calcólico de Santa Vitória, localiza-se na proximidade da vila de Campo Maior e o «estudo que decorre actualmente tem como principal objectivo localizar e perceber as diferentes áreas funcionais do povoado ao longo destes dois períodos ocupacionais»⁵. Neste contexto trabalhou-se o «conceito de *Sítio Alto* [como leitor de paisagem] - seleccionado como local para viver e, por isso mesmo, para defender - que marca a paisagem cultural envolvente, entre o período calcólico e o século XVIII – observam-se o Povoado Calcólico de Santa Vitória, o Castelo de Segóvia, o Castelo de Elvas, o Forte da Graça e o Castelo de Campo Maior»⁶.

A percepção e visita do Sítio Arqueológico de Santa Vitória são articuladas a partir do Castelo de Campo Maior, ao qual cabe o «papel de pólo dinamizador e de incentivo ao conhecimento do património concelhio»⁷. O Castelo dinamiza os sítios arqueológicos classificados, neste «serão instaladas as estruturas de apoio ao visitante, de impacte mínimo, que facilitem a sua leitura cronológico-cultural»⁸.

Estas estruturas consistem em, «estruturas de apoio logístico – recepção/balcão de vendas, instalação de uma cafetaria e sanitários»⁹; «estruturas culturais – centro interpretativo sobre os principais vestígios arqueológicos, nomeadamente sobre o Povoado Calcólico de Santa Vitória; centro interpretativo sobre o Castelo de Campo Maior, outras áreas expositivas de carácter temporário; circuito interno de visita»¹⁰; e também a «reserva de materiais arqueológicos em estudo, com área de armazenamento, laboratório de tratamento primário dos materiais, área de inventário»¹¹.

A valorização e recuperação, teve como «objectivo a criação de condições de visita, [e também] compreende a aquisição de terrenos, a vedação da área adquirida pelo Estado, o projecto de parque de estacionamento e de estrutura/miradouro de onde pode ser visível e explicado todo o povoado, o arranjo paisagístico; a implementação de circuitos de visita ao Concelho (articulação entre o Centro de Acolhimento e Interpretativo, a instalar no Castelo de Campo Maior, e os sítios arqueológicos a valorizar pelo IPPAR, dos quais se destaca o povoado pré-histórico de St^a Vitória) e divulgação através da publicação de folheto, roteiro e de trabalhos sobre a investigação arqueológica, conservação e restauro»¹². Estes trabalhos de «investigação arqueológica, conservação e restauro compreendem a continuação do estudo do povoado, através de prospecções geofísicas e de escavações arqueológicas, com o intuito de conhecer a articulação dos diferentes espaços comportamentais, a

⁵ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_stavitoria.html [Descrição];

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=71358 [Nota Histórico-Artística].

⁶ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 75.

⁷ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 73.

⁸ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

⁹ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

¹⁰ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

¹¹ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

¹² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_stavitoria.html [Caracterização].

continuação do estudo do espólio arqueológico, acções regulares de limpeza e conservação das estruturas arqueológicas, e trabalhos de restauro das estruturas arqueológicas e do espólio exumado»¹³. A valorização e recuperação foram cumpridas no «âmbito da filosofia de intervenção nos monumentos arqueológicos visitáveis, tendente a criar infra-estruturas imprescindíveis ao melhoramento da explicação e interpretação dos sítios visitados, ao mesmo tempo que a regular e disciplinar os fluxos de visita, o IPPAR concluiu a instalação de uma torre-observatório para melhor visibilidade e percepção de toda a área intervencionada por parte dos visitantes, assim como à colocação da correspondente sinalética»¹⁴.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

Datado da primeira metade do terceiro milénio a.C., o Sítio Arqueológico de Santa Vitória fixa-se num alto evidenciado na paisagem com boa plataforma favorável à ocupação humana que entretanto, foi identificado um recinto central cercado por um sistema de fossos, mas também apresenta evidências arqueológicas nomeadamente, «estruturas cavadas na rocha, fossos, fossas e buracos de poste [1ª fase] de ocupação; um conjunto de lareiras e de vestígios de cabanas foram implantadas sobre as estruturas mais antigas [2ª fase de ocupação]»¹⁵.

No sentido da valorização e também devido à sua localização, o Sítio Arqueológico de Santa Vitória, «donde se domina uma paisagem cultural de grande beleza, e pelas características das estruturas arqueológicas – todas escavadas na rocha»¹⁶, preferiu-se minimizar toda a intervenção arquitectónica e paisagística actual. Além de se valorizar conjunto das estruturas arqueológicas - que por serem negativas/escavadas, se diluem no seu meio ambiente – deu-se ênfase ao «impacto que o visitante pode sentir com a paisagem circundante, para se poder respeitar e interpretar como a força da natureza e como o produto cultural das vivências humanas evoluiu ao longo dos milénios»¹⁷. Todavia, uma filosofia de intervenção minimalista orientou a actuação em Santa Vitória e dentro de uma perspectiva de valorização do existente procedeu-se às seguintes tarefas:

a) criação de uma vedação de gado [postes de madeira e rede ovina] para cercar toda a área arqueológica, aliás este tipo de vedação esbate-se na paisagem e contudo, «pode assemelhar-se, em termos actuais, às paliçadas pré-históricas que acompanhavam os fossos e muralhas de adobe»¹⁸.

¹³ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_stavitoria.html [Caracterização].

¹⁴ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_stavitoria.html [Descrição];
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=71358 [Nota Histórico-Artística]

¹⁵ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

¹⁶ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

¹⁷ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

¹⁸ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

b) construção de estruturas arquitectónicas e mobiliário, para garantir condições essenciais de apoio à visita, «foram todas colocadas no lado sul da elevação de Santa Vitória, uma vez que aí já se situavam os depósitos de água municipais»¹⁹.

c) construção de «estrutura metálica de observação a 4m acima do solo [a SE da área vedada, em que o visitante] possa envolver-se nos 360° da paisagem que o rodeia. Simultaneamente, observar e analisar as estruturas arqueológicas com a respectiva interpretação fornecida num painel de cerca de 180°, colocado na estrutura de observação. A partir desta, a visão das estruturas arqueológicas incide apenas sobre a paisagem natural, uma vez que as construções actuais se situam por detrás do visitante, ou seja, no lado sul da elevação de Santa Vitória»²⁰.

d) criação do parque de estacionamento marcado por uma «intervenção mínima - construção de um muro rústico que sustém um talude, e ausência de modelação dos terrenos, de forma a preservar a morfologia original do cabeço»²¹.

e) requalificação dos depósitos de água e «possivelmente cobri-los de terra para melhor preservação da imagem natural»²².

2.1. Acolhimento de Visitantes

O Acolhimento de Visitantes é feito pelas seguintes infra-estruturas:

[1] Estrutura-mirante para observação superior, «interpretação do povoado e território envolvente»²³.

[2] «Percurso de visita sinalizado»²⁴.

[3] Centro de Acolhimento e Interpretação Castelo de Campo Maior [«pólo dinamizador dos sítios arqueológicos»²⁵ e contém: estruturas de apoio logístico, estruturas culturais e reserva de materiais arqueológicos]. Estruturas de apoio logístico são [«recepção/balcão de vendas; cafetaria e instalações sanitárias»²⁶]. Estruturas culturais são [«centro interpretativo do castelo e vestígios; áreas expositivas de carácter

¹⁹ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

²⁰ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

²¹ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

²² Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

²³ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_stavitoria.html [Acolhimento de Visitantes].

²⁴ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_stavitoria.html [Acolhimento de Visitantes].

²⁵ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

²⁶ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

temporário e, um circuito interno de visita»²⁷. Reserva de materiais arqueológicos [«armazenamento; laboratório; tratamento de matérias; área de inventário»²⁸].

Estrutura de observação mirante.

[arquitectura da EOM: Jorge Croft]

1. Programa [Estrutura de observação do Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória]:

Para facilitar ou melhorar a compreensão das «estruturas, bem como transmitir a leitura da paisagem envolvente desde a pré-história até aos nossos dias. Este facto levou a propor a concepção e instalação de uma estrutura superior de observação, de onde o visitante pudesse visualizar globalmente as evidências arquitectónicas e compreender a articulação dos espaços deste povoado pré-histórico; observar os sítios arqueológicos e históricos situados na paisagem envolvente, nomeadamente povoados pré-históricos ou, ainda, algumas das fortificações das “linhas de Elvas”»²⁹.

2. Proposta:

No sentido de dar continuidade aos princípios predefinidos no Programa [minimizar a intervenção arquitectónica actual para não comprometer quer as estruturas arqueológicas existentes a nível do subsolo, quer a integração no sítio], assim, no sítio [predefinido e em termos de reversibilidade] «propôs-se uma fundação mínima para ancoragem da “estrutura” superior, sendo que a primeira não compromete qualquer vestígio e a segunda, pré-fabricada, poderá ser desmontada e removida quando se entender, com a facilidade e rapidez com que foi colocada. Formalmente, optou-se por uma construção integralmente metálica que, para além de responder a outros condicionalismos, permitiria aligeirar o impacto visual implícito em qualquer adição de construção neste sítio. Nesta sequência, optou-se pela metalização da generalidade da construção como acabamento geral, dado quer o efeito atenuante da presença desta peça permitido pela cor cinza mate obtida, quer ainda pelo aligeiramento de custos visando a integração no orçamento»³⁰. Consequentemente, considerou-se crucial erigir a «Estrutura de Observação de todo o Povoado, permitindo uma leitura abrangente das ruínas observáveis (...) [a] construção “de uma estrutura superior de observação, de onde o visitante pudesse visualizar globalmente as evidências arquitectónicas e compreender a articulação dos espaços deste povoado pré-histórico; observar os sítios arqueológicos e históricos situados na paisagem

²⁷ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

²⁸ Ana Dias - *Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 74.

²⁹ J. Croft - *Estrutura de observação do Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 76.

³⁰ J. Croft - *Estrutura de observação do Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 77.

envolvente, nomeadamente povoados pré-históricos, ou, ainda, algumas fortificações das «linhas de Elvas»³¹.

«A Estrutura de Observação, reveste-se de capital importância no que concerne a visibilidade territorial. Sem ela, este sítio seria de difícil leitura uma vez que o arranjo do espaço envolvente é bastante deficitário. Esta lacuna tem como consequência a falta de informação para os turistas e de conhecimento da população local. Estas duas situações contrariam as políticas, até ao momento apresentadas pelo IPPAR, que visam aproximar os sítios arqueológicos, turistas, população local e território»³².

Foi aplicado um conjunto de acções, no sentido das intervenções museológicas, desenvolvidas entre 1997 e 2001, «com o intuito de disponibilizar os resultados de dez anos de investigação e o imediato usufruto por parte do visitante/turista do investimento público realizado»³³.

«Com estes objectivos devidamente delineados e com a finalidade de tornar o sítio visitável e aberto ao grande público, verificámos o esforço e adopção de medidas que valorizem todo o espaço, pretendendo-se realçar todo o impacto que a paisagem circundante, complementada com o Património cultural e histórico existente, comunicam ao turista/visitante, “paisagem esta que interessa interpretar e respeitar como força da natureza e como produto cultural das vivências humanas ao longo dos milénio.”. Apostando fortemente numa intervenção que influencie o mínimo possível no seu enquadramento e na sua envolvente natural, a intervenção museológica neste Povoado é minimalista, procurando transmitir, sem restauro, os vestígios legados pelos nossos antepassados. Estas acções evidenciam, claramente, a importância e o papel que cada vez mais a conservação e o restauro têm vindo a sofrer, devido não só ao próprio sítio, mas também à eficácia da interpretação por parte do visitante»³⁴.

A intervenção no Povoado pré-histórico de Santa Vitória.

O património arqueológico de Santa Vitória está integrado no contexto envolvente e, ainda possui um complemento museológico [CAI] no Castelo de Campo Maior - enquadramento regional.

Para a sua compreensão global *in situ* - estruturas escavadas do povoado e paisagem – foi construída uma estrutura de observação – EOM - que fornece uma vista panorâmica sobre a região. No local, a única “mínima intervenção”³⁵ - a estrutura

³¹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. A Estrutura De Observação. Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

³² MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Enquadramento Local. Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

³³ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenção e musealização. Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

³⁴ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenção e musealização. Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

³⁵ art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

mirante - empregou novos materiais e técnicas para a sua configuração, os quais permitem a sua distinção imediata da paisagem. A fruição deste património arqueológico é em parte feita nesta estrutura –EOM – porque ao mesmo tempo esta informa [sinalética] mas também contempla a “paisagem arqueológica e natural” do povoado.

2.5. Quadro síntese do Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória.

Identificação:	
*Designações	Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória [Povoado de Sta. Vitória de Campo Maior].
*Outra Designação	Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória, Campo Maior.
*Cronologia	Calcolítico [III Milénio a.C].
Classe de Património	(sítio/povoado) Arqueológico [art. 5, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / Povoado.
Contexto	Rural.
*Inventário Temático	<i>Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Residencial [povoado].
Utilização Actual	Turística.
*Propriedade / Gestão	Estado Português [IPPAR].
Localização:	
*Freguesia	São João Baptista.
*Concelho	Campo Maior.
*Distrito	Portalegre.
Protecção:	
*Situação Actual	Em vias de classificação.
*Classificação	Em vias de classificação.
*Categoria de Protecção Legal	Imóvel de Interesse Público (IIP), com Despacho de Abertura.
*Decreto	Em vias de classificação.
*ZEP	Em vias de classificação.
Valorização:	
*Programa [Valorização]	1997-2001: “Projecto de Estudo, Recuperação e Valorização do Povoado Calcolítico de Santa Vitória” [I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [filosofia de intervenção minimalista]. 2º nível [EOM; CAI de Castelo de Campo Maior]. 3º nível [contínuos trabalhos de investigação arqueológica, conservação e restauro].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Escavação arqueológica-povoado [1986-1993]; Escavação-delimitar a implantação EOM.
Conservação e Restauro	Requalificação dos depósitos de água. Trabalhos de investigação arqueológica, conservação e restauro [interpretação do sítio como ruína].
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Povoado pré-histórico de Santa Vitória; Castelo de Campo Maior; Outros sítios arqueológicos; Percorso de visita sinalizado.
Arranjos Paisagísticos	Intervenção minimalista [filosofia]. Aquisições de terrenos, sua vedação. Estrutura de observação mirante [EOM]. Mobiliário, estacionamento. Requalificação dos depósitos de água.
Percorso/Circuito	[EOM] utilização de sinalética.
Materiais	[1] vedação-gado: postes de madeira e rede ovina. [2] EOM: estrutura metálica pré-fabricada. [3] estacionamento: muro “rústico” sustém talude.
Tipologia	[1] recuperação: CAI de Castelo de Campo Maior - leitura da paisagem, 2001; [2] obra nova: EOM.
Programa [CAI]	[1] estruturas-apoio logístico: recepção/balcão, cafetaria, instalações sanitárias. [2] estruturas-culturais: CI (Povoado, Castelo de Campo Maior), circuito interno de visita. [3] reserva-materiais arqueológicos: laboratório de materiais, armazenamento e inventário.
3-Divulgação/Sensibilização	Publicação de folheto, roteiro e de trabalhos sobre a investigação arqueológica, conservação e restauro.

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_stavitoria.html; http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_stavitoria.html;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=71358.



[Fig. 01] Estrutura de Observação Mirante [EOM] e, fosso 1 no lado sul do povoado .



[Fig. 02] Vista do povoado Pré-histórico de Santa Vitória.



[Fig. 03] Plano do recinto do fosso 1.



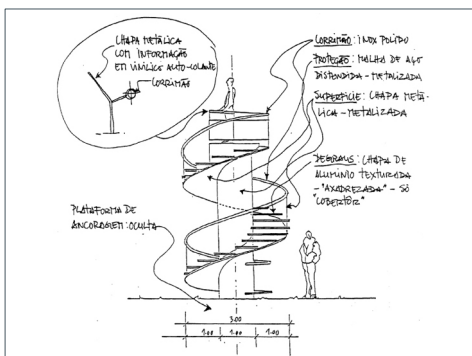
[Fig. 04] Vista parcial do conjunto das ruínas do povoado e da EOM.



[Fig. 05] EOM integrada na paisagem.



[Fig. 06] Vista sobre o povoado, EOM.



[Fig. 07] Desenho da EOM.



[Fig. 08] Painel conteúdos da EOM.

2.6. RUÍNAS DE TORRE DE PALMA

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

As Ruínas de Torre de Palma situam-se no concelho de Monforte, distrito de Portalegre e estão classificadas como Monumento Nacional, pelo Decreto n.º 241/70 de 3 de Junho. Estas Ruínas abrangem uma grande área e são organizadas por diferentes núcleos, «com funções específicas e com cronologias distintas (séc. I a XIII) e que, na maioria das vezes, se sobrepõem»¹. Torre de palma «representa um espaço organizado e pensado para a vivência rural»², de exploração agrícola, mas também, de local de recolhimento e lazer do proprietário. As construções ligadas à exploração agrícola [o grande celeiro, o lagar de azeite, os armazéns de alfaias agrícolas e os estábulos] estavam organizadas em torno de um grande pátio, ao qual se acedia por um portão principal. Era seguido por um «pátio porticado, mais pequeno e reservado, ladeado pelos alojamentos de serviçais e por uma residência que pode ter pertencido ao *villicus* [feitor]. O lado Norte foi ocupado por uma requintada residência habitada pelos proprietários»³, no entanto, a villa, propriamente dita, «emergiu ainda durante o século I d.C., dando lugar, já em pleno século II, à clássica villa de peristilo, ocupada até ao século V»⁴.

«A basílica paleocristã, construída sobre um templo romano, objecto de várias reestruturações e acrescentos, entre finais do século IV e o século VII, documenta o esforço e a consolidação do cristianismo nesta região. A sua importância cultural perdurará até à Idade Média, com o reaproveitamento de parte das paredes da antiga basílica para a edificação da Capela de São Domingos»⁵. O estudo da villa romana de Torre de Palma «foi particularmente privilegiado devido aos seus mosaicos profusamente decorados. De entre estes, não podemos deixar de mencionar os mosaicos dos cavalos vitoriosos e o das Musas, realizados por uma oficina itinerante africana. Os mosaicos da villa são todos atribuídos aos finais do século III ou inícios do século IV d.C.»⁶.

Portanto, o visitante poderá conhecer a vivência de uma unidade agrícola romana com o percurso de visita feito através dos diferentes espaços [que está a ser preparado], tais como: a área de trabalho [lagar de azeite, lagar de vinho, forjas, horta, etc.], a área de armazenamento de produtos e de alfaias agrícolas [armazéns, granjas ou celeiros, etc.], as áreas residenciais [casa do proprietário, casa do administrador, casas dos serviçais, hospedaria], as áreas de higiene e lazer [balneários Este e Oeste], e os

¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_palma.html [Caracterização].

² Ana Dias - *Villa Romana de Torre de Palma* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 79.

³ Ana Dias - *Villa Romana de Torre de Palma* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 80.

⁴ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_palma.html [Descrição].

⁵ Ana Dias - *Villa Romana de Torre de Palma* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 80.

⁶ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_palma.html [Descrição].

locais de culto [templo romano, pequeno templo familiar, basílica paleocristã, necrópoles romanas e cristãs]. Entretanto, foram realizadas diversas «acções de conservação e restauro das estruturas arqueológicas, de forma a permitir a sua preservação e uma melhor leitura e compreensão por parte do público»⁷. Neste sentido também foi construído o Centro de Acolhimento e Interpretação e também, um parque de estacionamento automóvel.

1.2. Contexto Envolvente.

Situadas, no Alto Alentejo, as Ruínas de Torre de Palma encontram-se na Herdade da Torre de Palma - «um terreno delimitado por uma rede com grandes dimensões»⁸, perto da aldeia de Vaiamonte, no concelho de Monforte [distrito de Portalegre]. Estas ruínas abrangem «uma vasta área que encerra em si várias cronologias, desde o século I até ao século XIII, que se encontram sobrepostas. [Contudo, certificam] a extrema organização do povo romano, com o objectivo de rentabilizar ao máximo os recursos naturais existentes. Os vestígios de construções agrícolas, como, o celeiro, o lagar, ou os armazéns de instrumentos agrícolas e os estábulos para os animais são exemplificativos dessa política»⁹. O Projecto de Valorização e Recuperação destas Ruínas, com o co-financiamento dos Programas Interreg II e Itinerários Arqueológicos do Alentejo que está a ser incrementado pelo IPPAR. A nível da visibilidade do território, este projecto intenta proporcionar «ao visitante um longo e calmo passeio no campo, usufruindo uma paisagem ímpar, de um colorido variável ao longo das estações do ano. Neste ambiente poderá visualizar-se para Norte, o monte da Herdade de Torre de Palma, nas outras direcções os campos de oliveiras, de girassóis ou de milho e as searas que se estendem para Sul, até Estremoz. Com esta envolvente resta descobrir o significado daquelas pedras que aqui e ali sobressaem nas suaves colinas que ladeiam uma pequena linha de água»¹⁰.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

O processo de legibilidade do território está em sintonia com o projecto de valorização [Projecto de Valorização e Recuperação de Património Arqueológico] do IPPAR, [valorização] dos sítios arqueológicos pode ser móbil de «desenvolvimento e alargamento da oferta histórica, cultural e paisagística dos meios rurais portugueses»¹¹.

⁷ Ana Dias - *Villa Romana de Torre de Palma* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 80.

⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Os acessos. Vila Romana de Torre de Palma*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

⁹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Enquadramento Local. Vila Romana de Torre de Palma*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁰ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_palma.html [Caracterização].

¹¹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenções Museológicas. Vila Romana de Torre de Palma*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

O projecto de arquitectura pretende «“interpretar o território, a paisagem, os aspectos da natureza e o espaço cósmico” com o objectivo de transmitir (...) uma melhor compreensão de todo o enquadramento geral do sítio arqueológico e criar, estabelecendo inter-relações entre o Património histórico e arqueológico exposto e ainda com o Património natural envolvente»¹². Assim procurou-se uma ideia de “não intervenção”, «ou melhor, intervir pela ausência de “marcos simbólicos”, pretendendo-se qualificar o lugar das ruínas por aquilo que elas são capazes de expressar, pela força do seu relacionamento com o território, e deste para com elas, e ainda construindo na paisagem uma estrutura abstractizante que se quer integrada nos materiais e no contexto geográfico»¹³.

As acções de conservação e restauro das estruturas arqueológicas estão a ser efectuadas de «forma a permitir a sua preservação e uma melhor leitura e compreensão por parte do público. [e também está finalizado] o projecto de execução do Centro Interpretativo e de Acolhimento e do Parque de Estacionamento»¹⁴.

2.1. Acolhimento de Visitantes

O Acolhimento de Visitantes¹⁵ é feito pelas infra-estruturas:

[1] Centro de Acolhimento e Interpretação onde se disponibiliza informação sobre o sítio arqueológico

[2] Loja, publicações de apoio aos visitantes, materiais de divulgação

[3] Percurso de visita sinalizado

[4] Estacionamento para ligeiros e autocarros.

[5] Visitantes com mobilidade reduzida: certos troços do percurso de visita podem apresentar algumas dificuldades.

O edifício do Centro de Acolhimento e Interpretação agrupa as condições, de acolhimento [áreas de lazer, descanso, bloco de sanitários] e também, de apoio à interpretação das Ruínas [sala expositiva –, promoção e divulgação – balcão de

¹² MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenções Museológicas. Vila Romana de Torre de Palma*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹³ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenções Museológicas. Vila Romana de Torre de Palma*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁴ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_palma.html [Caracterização].

¹⁵ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_palma.html [Acolhimento de Visitantes].

vedas], contudo, ainda reserva espaços para a «gestão do Sítio e de apoio à guardaria e aos trabalhos de arqueologia, conservação e restauro»¹⁶.

No exterior, existe um parque de estacionamento «para veículos automóveis ligeiros, autocarros de turismo e um espaço para cavalos. Este último foi previsto considerando a possibilidade da organização de passeios culturais a cavalo. Este espaço poderá constituir um registo de memória, uma vez que um dos mosaicos encontrados em Torre de Palma representa cinco cavalos que ostentam palmas que eram, geralmente, atribuídas aos vencedores do circo»¹⁷. Também está ser preparado um arranjo paisagístico, que inclui a preparação dos percursos entre os diferentes núcleos arqueológicos.

Centro de Acolhimento e Interpretação

[arquitectura do CAI: Victor Mestre/Sofia Aleixo, Arquitectos, Lda.]

Leitura genérica do sítio: local como campo arqueológico dinâmico e cuja sua importância passa pelos aspectos físicos mas também pelo processo de legibilidade do território, enquanto unidade de produção e fruição. Neste sentido introduz-se o Projecto de Arquitectura para o Centro de Interpretativo com ambição maior do que somente a musealização, e que «poderá ser induzido a interpretar o território, a paisagem, os aspectos da natureza e o espaço cósmico. O usufruto da paisagem próxima e distante permitirá ao visitante adquirir uma leitura de enquadramento do conjunto arqueológico e simultaneamente recriar-se num ambiente de envolvimento de paisagem cultural»¹⁸.

Formalmente, o novo edificado é «conjunto de “paredes e pavimentos cobertos” numa disposição sem aparente atitude de composição, ou seja uma saudável anti-monumentalização. Procurar-se-á a “serialidade” de módulos repetitivos, desmaterializados de formalismos e sobrelevados relativamente ao pavimento. A estrutura base permitirá a reversibilidade caso o chão arqueológico venha a exigir a sua deslocação. Considera-se a zona a Nascente do actual portão como a localização mais adequada para os módulos, ficando o estacionamento na área envolvente dissimulado por um ligeiro declive de modo a atenuar o impacto dos veículos»¹⁹. A composição dos “muros módulos” deve ser percebida como uma abstracção, e não como uma aparente atitude de composição, no sentido de evitar que venha a competir com a zona das ruínas. Logo, esta composição não deseja criar sobre o território uma intenção proeminente na expressão arquitectónica e na monumentalização do sítio, como tal, estabelecem-se «um conjunto de módulos abertos e cobertos que formarão um edificado em redor de um espaço exterior aberto onde se poderá usufruir de apontamentos de passagem enquadrada e referencial, como sejam, a Norte, a Herdade de Torre de Palma, a Nascente-Sul, as ruínas e respectiva cobertura, e a Sul-Poente,

¹⁶ Ana Dias - *Villa Romana de Torre de Palma* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 81.

¹⁷ Ana Dias - *Villa Romana de Torre de Palma* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 81.

¹⁸ V. Mestre, S. Aleixo - *Centro de Acolhimento e Interpretação* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 82, 85.

¹⁹ V. Mestre, S. Aleixo - *Centro de Acolhimento e Interpretação* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 85.

uma vista sobre a planície»²⁰. No conjunto arquitectónico é composto por módulos “volumétricos” e por módulos de “pavimento”, ou respectivamente, o programa preliminar e espaços exteriores [fruição e a circulação] ao núcleo museológico.

Especialmente os módulos “volumétricos” são organizados pelo seguinte Programa Preliminar, zona museológica [2 módulos], zona administrativa – recepção e gabinetes administrativos [2 módulos], instalações sanitárias [2 módulos], zona de apoio ao trabalho científico arqueológico [1 módulo]. Os módulos totalmente ou parcialmente cobertos são módulos de ensombramento que permitem a fruição e a circulação exterior ao núcleo museológico, contemplando-o. Num meio agressivo e de grandes amplitudes térmicas como o de Torre de Palma criaram-se zonas de recolhimento associadas à contemplação da paisagem, do campo arqueológico e da paisagem envolvente. Também um sistema de palas em aço e madeira a sul do átrio irá garantir o ensombramento desejável de modo a permitir um tempo de espera resguardado para os grupos de visitantes. «A paisagem que daí se poderá contemplar terá em primeiro plano o Campo Arqueológico e sobre este a paisagem de perder de vista. Também um sistema de palas em aço e madeira a Sul do átrio irá garantir o ensombramento desejável de modo a permitir um tempo de espera resguardado para grupos numerosos de visitantes. Dos materiais de revestimento retemos o uso, em quase exclusividade, da tijoleira manufacturada que pelo seu carácter artesanal terá uma presença homogénea e simultaneamente irregular na textura e na tonalidade. A sua escolha deve-se ao uso sistemático deste material pelos Romanos»²¹.

O circuito pode ser demarcado em cinco grandes áreas de interesse, tais como, as áreas residenciais [e observação de uma parte painéis de mosaicos]; as áreas laborais; as áreas de higiene e prazer; e por último, a área de culto e religiosa. A preservação preexistente do espaço das ruínas, enquadrado na época, foi o princípio aplicado nas intervenções museológicas, e assim, este sítio funciona «“como um campo arqueológico dinâmico. Ou seja, a sua importância passará pelos aspectos físicos já revelados por outros e a detectar através de cíclicas escavações, mas também por um processo de «legibilidade do território» enquanto unidade de produção e de fruição, que terá constituído a razão de ser das actuais ruínas”»²².

A intervenção nas ruínas de Torre de Palma.

A intervenção em Torre de Palma é feita em duas situações diferentes e, tanto a obra nova [CAI] como, também a construção de estruturas de protecção e conservação das ruínas – coberturas, são exemplo disso. Ao nível da obra nova, a escolha dos materiais do edifício do CAI não lhe conferem integração local, territorial e paisagística – carta de Cracóvia²³ - apesar de, lhe concederem a possibilidade de mobilidade estrutural, a qual responde directamente a necessidades do estudo

²⁰ V. Mestre, S. Aleixo - *Centro de Acolhimento e Interpretação* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 85.

²¹ V. Mestre, S. Aleixo - *Centro de Acolhimento e Interpretação* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 85.

²² MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenções Museológicas. Vila Romana de Torre de Palma*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

²³ art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

arqueológico. Mas ainda, ao nível das estruturas de protecção e conservação das ruínas este problema de “desenquadramento” também se verifica, visto que somente respondem à sua questão utilitária – novas coberturas metálicas.

No património arqueológico de Torre de Palma foi utilizado o conceito da “mínima intervenção” mas levado ao extremo pois nenhuma das intervenções novas corresponde a uma verdadeira integração.

2.6. Quadro síntese das ruínas da *villa* romana de Torre de Palma.

Identificação:	
*Designações	Ruínas de Torre de Palma [Villa Lusitano-Romana de Torre de Palma].
*Outra Designação	Ruínas de Torre de Palma.
*Cronologia	Romano, tardo-romano e medieval.
Classe de Património	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / <i>Villa</i> .
Contexto	Rural.
*Inventário Temático	<i>Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Residencial/agrícola [aglomerado rural].
Utilização Actual	Turística [Estação Arqueológica].
*Propriedade / Gestão	---
Localização:	
*Freguesia	Vaiamonte.
*Concelho	Monforte.
*Distrito	Portalegre.
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado.
*Classificação	Monumento Nacional [MN].
*Categoria de Protecção Legal	Monumento Nacional [MN], Dec. 03-06-1970.
*Decreto	251/70, DG 129, de 03-06-1970.
*ZEP	---
Valorização:	
*Programa [Valorização]	
*Acções [Valorização]	"Projecto de Valorização e Recuperação" das ruínas de Torre de Palma [Interreg II, I.A.A.A.]. 1º nível [escavações, conservação e restauro]. 2º nível [estudo, levantamento, manutenção]. 3º nível [conservação do Campo Arqueológico + CI e CA].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Escavação arqueológica das Ruínas [antiga vila romana agrícola].
Conservação e Restauro	Trabalhos de conservação e restauro nas ruínas, antiga vila romana agrícola.
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Centro de Acolhimento e Interpretação; Ruínas vila romana agrícola [trabalho, armazenamento, residenciais, higiene/lazer, locais de culto]. Percurso sinalizado [ruínas].
Arranjos Paisagísticos	Filosofia da intervenção mínima. Vedação do Campo Arqueológico. Estacionamento (rodoviário, cavalos). CAI de Torre de Palma. Percursos [núcleos arqueológicos].
Percurso/Circuito	Circuito nas ruínas. Utilização de sinalética.
Materials	[CAI] sistema de palas em aço e madeira a Sul do átrio [ensombramento]; materiais de revestimento [tijoleira manufacturada].
Tipologia	[1] obra nova: Centro de Acolhimento e Interpretação [CAI];
Programa [CAI]	[1] promoção e divulgação: átrio, balcão/vendas, gabinete de gestor. [2] áreas de interpretação: sala de exposição (museu). [3] áreas de acolhimento: sala de trabalho, instalações sanitárias, lazer/descanço.
3-Divulgação/Sensibilização	Em preparação: roteiro, um folheto e os painéis informativos a situar junto de cada núcleo arqueológico.

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_palma.html; http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_palma.html;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70272.



[Fig. 01] Planta de implantação das ruínas romanas e do CAI de Torre de Palma.



[Fig. 02] Pormenor das ruínas da basílica e pormenor da cobertura nova da *domus* romana.



[Fig. 03] Vista geral da *villa* romana de Torre de Palma.



[Fig. 04] Vista das ruínas da *villa* romana de Torre de Palma.



[Fig. 05] Pormenor da cobertura nova das ruínas da *domus* de Torre de Palma.



[Fig. 06] Vista parcial das estruturas novas e das ruínas.



[Fig. 07] Vista parcial do CAI e das ruínas da basílica romana.



[Fig. 08] Vista do CAI da *villa* romana de Torre de Palma.

2.7. RUÍNAS DA VILLA ROMANA DE MILREU

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

“As ruínas da vila romana de Milreu ficam logo abaixo. Estão sujas e abandonadas. Contudo, pelo que ainda conserva, é das mais completas que se encontram no País. O viajante percorreu-as sob um sol de justiça, viu conforme soube, mas sente a falta de alguém que identifique os lugares, as dependências, alguém que ensine a olhar. Mas aquilo que teve mais dificuldade em entender foi uma casa arruinada que está no plano mais alto: (...).” [José Saramago, Viagem a Portugal¹]

As Ruínas de Milreu estão estabelecidas junto a Estoi, a Norte de Faro, perto da estrada que segue para S. Brás de Alportel, «as ruínas apresentam a descoberto um complexo edificado do século III, constituído por uma casa senhorial de grandes dimensões, as instalações agrícolas, um balneário e um templo [e] estão ainda por explorar as construções iniciais, do século I»². Estas Ruínas foram classificadas como Monumento Nacional em 1910. No lado oriental, pouco afastados da área residencial, reconhecem-se dois mausoléus. Apesar de no século II ter sido erguida uma residência, de peristilo e átrio, contudo, foi utilizada, «sem grandes reformas, até finais do século III, sendo então modificada, sobretudo na *pars rustica*»³. Hoje a área residencial que é visitável «aproveitou parte das construções da anterior *villa* e organiza-se em torno de um peristilo central - com 22 colunas - que rodeia um pátio aberto, com jardim e respectivo tanque de água.

A *villa* foi embelezada com mosaicos, nomeadamente, a nascente do peristilo, com a representação de fauna marinha. Esta temática repete-se nas paredes da banheira do pequeno *frigidarium* das termas do lado poente, onde os peixes representados são exageradamente gordos. Esta particularidade é intencional, pois vistos através da água, por ilusão óptica, não só aparentavam mover-se, como as suas dimensões ficavam reduzidas à normalidade»⁴. Foi construído, no século IV, um templo «dedicado às divindades aquáticas, (...) [e] com este edifício o proprietário de Milreu passou a possuir um centro de culto privado»⁵. Ainda que os achados destacassem «uma longa

¹ J. N. Bastos - *A Recuperação da Casa Rural de Milreu: uma visão do projectista* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 172.

² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_milreu.html [Caracterização].

³ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_milreu.html [Caracterização].

⁴ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_milreu.html [Caracterização].

⁵ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_milreu.html [Caracterização].

tradição de Milreu como local de culto»⁶, somente a partir do século VI, o edifício pagão [templo] foi transformado em igreja cristã, apesar de também ter sido utilizado como cemitério em período islâmico. Entretanto, «na primeira metade do século X, as abóbadas ruíram, o sítio de Milreu foi provavelmente abandonado. Mas, nos inícios do século XVI, o local ganhou nova vida, quando sobre as ruínas de há muito abandonadas foi erguida uma casa - único e precioso exemplar algarvio desse tipo de arquitectura civil com contrafortes cilíndricos»⁷.

Em 1877 foram efectuadas as escavações de Estácio Veiga permitiram delinear a primeira planta do local e também, perceber a organização dos espaços construídos. Félix Teichner, no entanto, havia continuado estas investigações [1999-2003] que se inseriam no projecto denominado de «“ocupação do espaço rural no sul da província romana da Lusitânia”»⁸. Assim, Teichner definiu as principais zonas da *villa* romana de Milreu⁹:

A- *pars urbana* [casa senhorial];

B- *thermae* [balneário romano];

C- *pars rustica I* [lagar de azeite, caves para armazenagem];

D- *pars rustica II* [duas adegas de produção de vinho];

E- edifícios funerários;

F- *pars rustica III* [casa dos criados e *castellum aquae*];

G- santuário [usado como igreja cristã];

H- *pars rustica IV* [armazém grande];

⁶ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_milreu.html [Caracterização].

⁷ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_milreu.html [Caracterização].

⁸ F. Teichner - *Breve descrição dos vestígios arqueológicos identificados sob a Casa Rural de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 158.

⁹ F. Teichner - *Breve descrição dos vestígios arqueológicos identificados sob a Casa Rural de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 158.

1.2. Contexto Envolvente.

Estas ruínas localizam-se junto à vila de Estoi, na estrada para S. Brás de Alportel. Milreu é reconhecida como estação arqueológica e é «associada – pela monumentalidade das suas ruínas - à antiga *Ossonoba*, cabeça de uma *civitas*»¹⁰. Considerada uma *villa* suburbana, casa de campo fundada no séc. I (antes da nossa era), no mesmo local onde existiam vestígios de um habitat mais antigo. *Ossonoba* terá sido uma urbe portuária que jaz sob a actual cidade de Faro à qual era associada a opulenta *villa* suburbana de Estoi.

Com a finalidade de «valorização e apresentação do sítio ao público estão em curso acções de consolidação e restauro de mosaicos e estruturas arqueológicas, estando prevista a construção de um Centro Interpretativo e de Acolhimento a visitantes e a recuperação e musealização da casa rural do século XVI que apresenta no seu interior, ao nível do subsolo, vestígios da anterior ocupação romana»¹¹.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

As escavações de Estácio Veiga descobriram estas ruínas, mas também, permitiram delinear uma planta e perceber a organização dos espaços construídos, todavia, sucederam-se períodos de abandono alternados com acções de consolidação e restauro até ao início dos trabalhos arqueológicos de Theodor Hauschild [décadas de 70, 80, 90 do séc. XX]. «Hauschild foi desobstruindo o edifício de culto, pesquisando a área fúnebre monumental e, sobretudo, documentando com rigor e colocando a descoberto as ruínas da *pars urbana* de uma majestosa *villa*, sendo os seus trabalhos continuados, já na viragem da centúria por Félix Teichner, seu colaborador e discípulo, que haveria de pôr a descoberto o lagar de azeite»¹².

O IPPAR tomou algumas Medidas de Salvaguarda e Valorização, tais como:

· As Medidas de Salvaguarda¹³ são a aquisição dos terrenos ocupados pelos testemunhos arqueológicos, e também, colocação da respectiva vedação. As Acções de salvaguarda¹⁴ são, a compreensão, a conservação e a exposição ao público. Apesar destas medidas não serem suficientes para evitar a degradação, portanto torna-se

¹⁰ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 150.

¹¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_milreu.html [Caracterização].

¹² R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 150.

¹³ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 151.

¹⁴ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 151.

urgente elaborar um «Plano de Salvaguarda e um Plano de Gestão e Manutenção das ruínas»¹⁵.

· Inseridas no programa de *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, apresentam-se as Medidas de Valorização¹⁶ das ruínas: os estudos prévios de arquitectura [Pedro Fialho, anos 90]; a requalificação das ruínas existentes; e a adequação da Casa Rural a unidade museológica. As Acções de Valorização¹⁷ também se encontram inseridas no mesmo programa de Itinerários e pretendem: criar condições de acolhimento, visita e interpretação do sítio arqueológico, o que implica a construção de um Centro de Acolhimento e Interpretação, inaugurado em 2001; a requalificação dos percursos de visita, com a colocação de sinalética; o restauro de parte de uma antiga via que atravessava a área das ruínas; a adequação de um itinerário para visitantes de mobilidade reduzida, ainda que não tenha sido resolvido o ordenamento dos percursos; a consolidação e restauro de um conjunto de pavimentos de mosaico; mas também a reabilitação da casa rural como espaço multiusos e de exposição das ruínas que lhe subjazem.

Os objectivos do Programa de Intervenção para Salvaguardar e Valorizar as ruínas de Milreu são praticados em 3 níveis¹⁸:

1. Definição de uma estratégia de intervenção em consonância com os instrumentos locais de desenvolvimento sustentado, planeamento e ordenamento do território – Plano Director Municipal de Faro [PDM], Plano de Pormenor de Estoi [PP]; Programa de Requalificação das Aldeias do Algarve – com vista à concretização do objectivo estratégico – afirmar Estoi como referência cultural no sul peninsular e centro habitacional de qualidade.
2. Apetrechamento para a intervenção, com actividades de diagnóstico e elaboração de projectos.
3. Intervenção prática, como controlo e avaliação dos projectos elaborados no nível 1.

¹⁵ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 151.

¹⁶ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 151.

¹⁷ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 151.

¹⁸ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 152.

A apreciação do estado actual do edifício e da sua envolvente influenciou na «elaboração da proposta de intervenção a realizar na Casa Rural que teve em consideração as recomendações gerais da Carta de Veneza, bem como as limitações específicas do local, em particular, a estabilidade estrutural do edifício»¹⁹. Num processo sistemático de solução, consideram-se três fases: a fase preliminar [Diagnóstico]; o estudo prévio; e o Projecto de Execução.

2.1. Acolhimento de Visitantes

Acolhimento de Visitantes²⁰ é feito por:

[1] Centro de Acolhimento e Interpretação, exposição permanente sobre o sítio organizada tematicamente. Museu da Casa Rural.

[2] Loja, publicações de apoio aos visitantes, materiais de divulgação.

[3] Percurso de visita sinalizado.

[4] Parque de estacionamento para ligeiros e autocarros.

[5] Visitantes com mobilidade reduzida: certos troços do percurso de visita podem apresentar algumas dificuldades.

Museu da Casa rural e o Centro de Acolhimento e Interpretação

[arquitectura do CAI: Dítza Reis; reabilitação da Casa Rural: ACE, Arquitectura, Construção e Engenharia, Lda].

O propósito do estudo da Casa Rural foi o de obter maior número de dados sobre o seu percurso histórico antes de se proceder à intervenção de reabilitação feita pelo IPPAR. Então, esta casa desenvolve-se numa planta rectangular com um total de seis compartimentos, cuja fachada Este tem um aspecto rural. Actualmente apresenta os cubelos [elementos de perfil cilíndrico de remate cónico] que se encontram nos quatro cantos do imóvel, existindo uma escada interior com acesso a fresta para a paisagem, no cubelo a sudeste. [Portanto,] o edifício é resultado de uma conjugação de diferentes técnicas de construção, «desde a taipa à alvenaria de pedra ou de tijolo»²¹. Ainda se

¹⁹ J. N. Bastos - *A Recuperação da Casa Rural de Milreu: uma visão do projectista*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 173.

²⁰ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_milreu.html [Acolhimento de Visitantes]

²¹ M. M. Ramalho - *Casa Rural de Milreu: percurso histórico de um edifício* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 163.

preservam as «estruturas de apoio doméstico (lareira e fogão), bem como pavimentos de tijoleira [mas também] alguns tabiques de separação e soalho de madeira»²².

A construção desta *villa* rústica, onde posteriormente, foi implantada a Casa Rural, transmite uma ocupação feita em três fases, concluída pela Análise Histórica do Edificado:

· Fase 1 [Pós-Reconquista]: «primeiras construções que terão estado na origem da Casa Rural foram implantadas na Idade Média tardia, sobre um local aparentemente abandonado, pois as fundações assentam, na sua maioria, em terreno ocupado por entulhos ou até mesmo nas estruturas romanas»²³. Os compartimentos 2 e 4 parecem estar na origem da Casa Rural.

· Fase 2 [séc. XV-XVII]: «após o primeiro núcleo de pós-reconquista, surgirá finalmente um edifício em grande parte semelhante ao actual»²⁴. Nesta época, já existia a parede que atravessava o edifício ao meio (suporte da cobertura) mas não os cubelos que a caracterizam.

· Fase 3 [séc. XIX-XX]: elevação do edifício para a altura que tem hoje (40 cm acima do pavimento antigo) e subida da cota da cobertura (1,50m acima da cobertura antiga); a parede central «terá sido derrubada, nos compartimentos 1 e 2»²⁵.

Consideram-se os Objectivos Genéricos²⁶ da recuperação da Casa Rural: a intervenção de recuperação tendo em vista a correcção de anomalias de elementos construtivos – substituição da cobertura – e restituição do carácter de construção rural; [e a] criação de condições de visita no interior do edifício, prevalecendo a leitura dos testemunhos da época romana na relação da imposição da nova estrutura.

A proposta de arquitectura com Soluções de Reabilitação²⁷ do edifício para o seu novo uso, espaço para visita, tais como: a instalação de passadiço ligeiro, autoportante definindo um percurso à mesma cota do pavimento interior da Casa rural; a colocação de iluminação pontualizada de contextos, arqueológicos e arquitectónicos; a criação de soluções arquitectónicas de remate e transição de panos murários da casa com as

²² M. M. Ramalho - *Casa Rural de Milreu: percurso histórico de um edifício* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 163.

²³ M. M. Ramalho - *Casa Rural de Milreu: percurso histórico de um edifício* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 164.

²⁴ M. M. Ramalho - *Casa Rural de Milreu: percurso histórico de um edifício* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 165.

²⁵ M. M. Ramalho - *Casa Rural de Milreu: percurso histórico de um edifício* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 166.

²⁶ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 154.

²⁷ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 154.

estruturas arqueológicas preexistentes; a criação de sinalética interna a articular, em termos gráficos, com o sistema de sinalética exterior; a criação de soluções de caixilharias e sistemas de obscurecimento; mas também, a recuperação do patim exterior da casa. Este projecto pretende melhorar o "desempenho arquitectónico da Casa Rural de Milreu" integrando-se no percurso de visita às ruínas mas complementando o Centro de Acolhimento e Interpretação. No entanto, ainda deve ser acrescido de um programa museológico que «confira ao edifício uma reutilização que vá para além do seu uso como "abrigo" das ruínas»²⁸.

O Objectivo do programa é «recordar a memória deste lugar através do percurso de visita»²⁹, e no qual, o edifício do Centro de Acolhimento e Interpretação das Ruínas de Milreu tem um papel muito importante, visto que, este edifício representa a «"porta" do recinto arqueológico e como espaço de atendimento aos visitantes, «Museu Narrativo»³⁰. Contudo, a Casa Rural exibe a peculiaridade de «evidenciar a sobreposição de uma estrutura arquitectónica a uma preexistência de ocupação romana entretanto posta a descoberto»³¹, o que representa um exemplo de justaposição de estruturas de épocas distintas e de arquitectura vernacular algarvia.

«O percurso de visita estrutura o edifício em dois eixos: o sul/norte que o liga à estrada e o nascente/poente que contém o caminho romano. No cruzamento o Centro Interpretativo e de Acolhimento faz a charneira. Aproveitando a topografia adossa-se ao terreno pelo lado nascente e abre-se a sul, pelo átrio de entrada, espaço com grande transparência que o liga visualmente à envolvente (estrada, ponte, cruzamento e ribeira) e que distribui os restantes compartimentos. A ortogonalidade da Villa e os materiais utilizados na sua construção (a pedra e o tijolo) foram as referências para a forma e composição do edifício. O Centro articula-se com a área arqueológica respeitando as existências documentadas e o seu baixo perfil, o encosto ao terreno, o preenchimento da laje de cobertura com terra vegetal, os muros revestidos a pedra e os alçados a tijolo, absorvem esta construção nova continuando a conferir à estação arqueológica o protagonismo no território»³².

²⁸ R. Parreira - *Notas para um Plano de Salvaguarda e Valorização das Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 155.

²⁹ D. Reis, P. S. Alves - *Centro de Acolhimento e Interpretação. Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 87.

³⁰ D. Reis, P. S. Alves - *Centro de Acolhimento e Interpretação. Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 87.

³¹ M. A. Andrade, J. P. Bernardes - *Projecto de Recuperação da Casa Rural nas ruínas da villa Romana de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 168.

³² D. Reis, P. S. Alves - *Centro de Acolhimento e Interpretação. Ruínas de Milreu*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 87, 89.

Como Princípios Gerais de Intervenção³³ que deveriam enquadrar o desenvolvimento de futuras intervenções no edifício da Casa Rural [a nível de obra e projecto], foram adoptados:

- a preservação do valor patrimonial do conjunto como registo de sedimentação de diferentes épocas, sem que houvesse lugar a qualquer alteração significativa da configuração existente. O valor patrimonial do conjunto reside na intersecção dos panos murários actuais com as estruturas arqueológicas entretanto exumadas a cota inferior, prevalecendo a complexidade de leitura dos testemunhos romanos na sua relação com a imposição da nova estrutura de diferente orientação.
- a colocação de uma nova cobertura em substituição da existente, adoptando-se uma cobertura tradicional – travejamento de madeira e telha de canudo. Todavia foi respeitado o desenho actual, no que se refere ao número de águas, cota da cumeeira e cota de assentamento do beiral, após verificação sobre o aproveitamento ou não da viga de betão armado que coroa o perímetro do edifício.
- o recurso preferencial a materiais e técnicas tradicionais.
- a manutenção dos panos murários existentes, inclusive a divisão interior dos espaços, obedecendo a critérios de leitura da estrutura da casa e sua preservação (séculos XVI-XIX, presumivelmente).
- a manutenção da parede transversal da sala do hipocausto – que secciona esta estrutura – com o devido tratamento nível das fundações.
- a eventual desobstrução de vãos entaipados e desenho de caixilharias, a serem efectuados em função dos dados obtidos através da recolha documental preliminar, tendo a considerar a possibilidade de, no decurso da intervenção, se observarem preexistências a ter em conta.

Então, o projecto de recuperação completa as vertentes de arqueologia, arquitectura, engenharia civil e electrónica, e neste âmbito foram estabelecidos, a nível do “programa preliminar”³⁴, os seguintes pressupostos: a análise do estado actual da casa e eventuais debilidades estruturais a acautelar; a remoção da cobertura existente e substituição por outra de cariz tradicional; a picagem integral de rebocos e sua reposição e pintura à base de silicatos; a substituição do pavimento existente – em tijoleira regional – por outro semelhante; a recuperação do patim exterior do edifício; a substituição de portas e caixilharias e, pintura à base de pigmentos e velaturas tradicionais; a substituição do sistema de obscurecimento de vãos; a construção de passadiços de visita, autoportantes; a produção e montagem de sinalética interior; a

³³ M. A. Andrade, J. P. Bernardes - *Projecto de Recuperação da Casa Rural nas ruínas da villa Romana de Milreu* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 169.

³⁴ M. A. Andrade, J. P. Bernardes - *Projecto de Recuperação da Casa Rural nas ruínas da villa Romana de Milreu* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 169.

instalação de sistema de iluminação pontual dos contextos arquitectónicos e arqueológicos; e a conservação e restauro das estruturas arqueológicas romanas postas a descoberto no interior do edifício. É também de salientar que houve o acompanhamento arqueológico constante ao longo das obras.

Os trabalhos de “empreitada de recuperação”³⁵ [Firma Martins Gago & Filhos, Lda] consistiram, na montagem e desmontagem da cobertura metálica provisória; na montagem da nova cobertura [carpintaria]; na estrutura dos passadiços [serralharia]; nas portas, janelas e pavimento dos passadiços [carpintaria de limpos]; nas instalações eléctricas em geral [iluminação decorativa]; na pintura interior e exterior do edifício. Os “materiais de construção”³⁶, de fabrico local/regional, utilizados na obra são: as telhas de canudo de Santa Catarina, Tavira; o ladrilho 15X30 cm, São Brás de Alportel; as cantarias em calcário da Bordeira, Faro; e os rebocos à base de cal de fabrico tradicional; a reprodução artesanal em ferro forjado, a partir das peças originais, de dobradiças e fechos de portas, etc.

Apesar de concluídos os trabalhos de construção civil procedeu-se à execução das acções de conservação e restauro das estruturas arqueológicas romanas.

Relativamente ao espaço exterior envolvente, devido à «localização superficial de estruturas romanas (muros) adjacentes ao edifício, à excepção da fachada norte, optou-se por não executar o sistema de drenagem de águas pluviais previsto em projecto, e apenas construir, à cota do terreno, ao longo das fachadas norte e nascente, uma estreita calçada para protecção das fundações do edifício à infiltração directa das águas provenientes do telhado, sendo a restante área do terreiro fronteiro ao imóvel regularizada com uma camada de *tout-venant* compactada, sobre a qual foi espalhada uma camada de gravilha de cor cinzenta, por forma a valorizar o espaço envolvente e melhor enquadrar a “Casa Rural”»³⁷.

Quanto ao «percurso interno das Ruínas de Milreu, destacam-se quatro grandes pontos de interesse cultural e turístico: a área residencial; o balneário; o templo e dois mausoléus Paleo-cristãos»³⁸.

Como primeiro ponto de visita, pudemos observar a entrada de uma residência com Peristilo. Em segundo, pode visitar-se os banhos, e de seguida, no terceiro ponto observa-se a área residencial, com uma piscina, apontando para vestígios de uma casa senhorial luxuosa. Por último destacam-se os vestígios do Templo romano articulado com os vestígios da época paleocristã.

³⁵ M. A. Andrade, J. P. Bernardes - *Projecto de Recuperação da Casa Rural nas ruínas da villa Romana de Milreu* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 170.

³⁶ M. A. Andrade, J. P. Bernardes - *Projecto de Recuperação da Casa Rural nas ruínas da villa Romana de Milreu* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 170.

³⁷ M. A. Andrade, J. P. Bernardes - *Projecto de Recuperação da Casa Rural nas ruínas da villa Romana de Milreu* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6, p. 171.

³⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O circuito arqueológico. As Ruínas de Milreu*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

A intervenção nas ruínas romanas de Milreu.

A intervenção *in situ* de Torre de Palma é feita em duas situações diferentes e, tanto a obra nova [CAI] como, também a reabilitação da Casa Rural. Ao nível da obra nova que marca a entrada do sítio arqueológico, tanto a escolha dos materiais como a implantação do edifício do CAI conferem-lhe integração local, territorial e paisagística – carta de Cracóvia³⁹. Mas, ao nível da Casa rural a sua reabilitação e adaptação a museu de sítio integra-se no contexto envolvente apesar de, ainda ter o papel de protecção e exposição de uma parte das ruínas. A reabilitação desta antiga casa é um exemplo concreto da intervenção e musealização de estruturas pré-existentes no local.

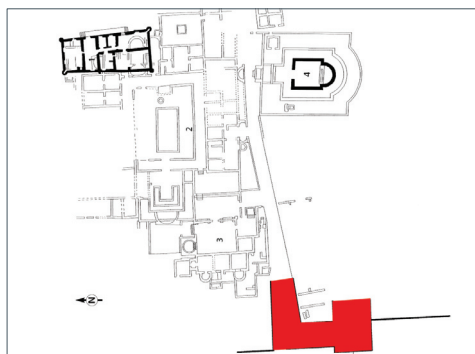
O património arqueológico de Milreu é um dos exemplos nacionais de “museu-vivo” que expõe uma parte histórica da nossa identidade e, ainda ao mesmo tempo enquadra-se no território envolvente pela utilização de materiais e técnicas construtivas regionais mas também tradicionais.

³⁹ art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

2.7. Quadro síntese das Ruínas da *villa* Romana de Milreu.

Identificação:	
*Designações	Ruínas de Milreu [Ruínas Romanas de Milreu].
*Outra Designação	Ruínas de Estoi.
*Cronologia	Romano [séculos I - III]; Medieval [séculos VI - X]; Século XVI.
Classe de Património	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / <i>Villa</i> .
Contexto	Rural.
*Inventário Temático	<i>Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Residencial/agrícola ["aglomerado urbano"]. Residencial/agrícola [Casa Rural].
Utilização Actual	Turística [Estação Arqueológica].
*Propriedade / Gestão	Estado Português [IPPAR].
Localização:	
*Freguesia	Estói.
*Concelho	Faro.
*Distrito	Faro.
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado.
*Classificação	Monumento Nacional [MN].
*Categoria de Protecção Legal	Monumento Nacional [MN], Dec. 16-06-1910.
*Decreto	16-06-1910, DG 136 de 23-06-1910.
*ZEP	---
Valorização:	
*Programa [Valorização]	"Plano de Salvaguarda e Plano de Gestão e Manutenção das Ruínas de Milreu" [I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [estudo, consolidação, restauro-mosaicos e estruturas arqueológicas]. 2º nível [CI e CA + recuperação Casa Rural-séc. XVI]. 3º nível [visita, interpretação e divulgação].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Escavação estruturas arqueológicas. Escavação arqueológicas de diagnóstico e minimização de impacte da obra do CAI [1998-2000].
Conservação e Restauro	Consolidação e restauro das estruturas arqueológicas. Consolidação e restauro de pavimentos de mosaicos; Restauro da antiga via que atravessa as ruínas. Reabilitação da casa rural.
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	CAI. Villa romana de Milreu [<i>pars urbana, pars rustica</i> , termas, edifícios funerários, santuário].
Arranjos Paisagísticos	Aquisições de imóveis, terrenos e sua vedação. Requalificação dos percursos de visita e uso de sinalética. Parque de estacionamento.
Percurso/Circuito	Circuito exterior nas ruínas. Instalação de passadiço ligeiro (percurso interno da Casa Rural). Utilização de sinalética.
Materiais	[CAI] materiais de construção-pedra, tijolo. [Percurso] restauro-via antiga. [M] Materiais-regionais, técnicas tradicionais. Nova cobertura-madeira e telha canudo. Manutenção dos panos murários interiores. Novo pavimento-tijoleira regional. Novas portas e caixilharias.
Tipologia	[1] obra nova: Centro de Acolhimento e Interpretação [CAI], 2001. [2] reabilitação/recuperação: Museu da Casa rural [M], 2003.
Programa [CAI]	[CAI] Entrada coberta; Átrio; Arrumos; Sala de exposições; Instalações sanitárias; Gabinete de trabalho; Arrec. mat. conservação; Arrec. mat. jardinagem; Compart. ar condicionado. [M] espaço multiuso e exposição de ruínas (6 compartimentos). Instalação de passadiço ligeiro autoportante (interno).
3-Divulgação/Sensibilização	Casa Rural [Museu Narrativo].

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_milreu.html; http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_milreu.html;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70255.



[Fig. 01] Planta de implantação das ruínas da villa romana de Milreu, do CAI e da Casa Rural.



[Fig. 02] Vista aérea da villa romana de Milreu.



[Fig. 03] Vista parcial das ruínas e percurso externo pelo recinto.



[Fig. 04] Vista geral da Casa Rural e das ruínas de Milreu.



[Fig. 05] Vista parcial da Casa Rural e das ruínas de Milreu.



[Fig. 06] Vista parcial das ruínas no interior da Casa Rural de Milreu.



[Fig. 07] Vista da Casa Rural e das ruínas de Milreu.



[Fig. 08] Vista da entrada no CAI e no recinto das ruínas de Milreu.

2.8. VILLA ROMANA DE CERRO DA VILA

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

As ruínas de Cerro da Vila equivalem a «uma *villa* rústica, rodeada de campos férteis e abastecida de água a partir de uma barragem construída a 2 Km de distância. Pertencente ao território de *Ossonoba* [Faro], a primitiva ocupação da *villa* remonta à primeira metade do século I d.C. A sua localização favoreceu o aproveitamento dos recursos marítimos e o tráfico de mercadorias, atestado pela existência de um porto»¹. A área residencial adquiriu uma expressiva dimensão somente, no século II e, particularmente, a partir do século III, onde a «água era um elemento sempre presente, jorrando das bicas e das estátuas para o lago do jardim, espaço central em torno do qual toda a casa se desenvolvia: uma grande sala de recepção e de refeições de Verão, os quartos, a cozinha, as áreas de serviços, que incluíam um *cryptoporticum*»². As paredes desta área «eram revestidas com estuques pintados a fresco, com cores garridas e motivos florais e geométricos. O pavimento era decorado com mosaicos multicolores. As esculturas de deuses e homens decoravam os espaços interiores, harmonizando um conjunto fantástico de cor e recorte de pedra»³. Contudo, as várias oficinas com tanques denunciam o fabrico de preparados de peixe ou, tinturaria de tecidos a partir da púrpura a economia produtiva local e ainda os vestígios de elementos importados, tais como, ânforas, lucernas, loiças e vidros, demonstram «a integração do Cerro da Vila na rede comercial do Império romano»⁴.

*«Os senhores do Cerro da Vila fizeram-se sepultar em mausoléus com columbarium, uma cripta com pequenos nichos laterais para a colocação das urnas contendo cinzas. Em época mais tardia, foi crescendo um vasto cemitério com sepulturas de inumação, só parcialmente descoberto. Um conjunto de silos da época islâmica, abertos no interior das casas romanas, denuncia a continuidade de ocupação dos edifícios»*⁵.

1.2. Contexto Envolvente.

Cerro da Vila encontra-se integrado no complexo turístico de Vilamoura mas foi «há cerca de 2000 anos atrás, que esta zona exerceu uma enorme atracção sobre os ricos mercadores romanos, que devido às condições naturais extraordinárias aí existentes, construíram a luxuosa *Villa* Romana de Cerro da Vila. Estas condições naturais

¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cerro.html [Caracterização].

² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cerro.html [Caracterização].

³ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cerro.html [Caracterização].

⁴ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cerro.html [Caracterização].

⁵ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cerro.html [Caracterização].

estavam intimamente ligadas à “sua localização privilegiada nas margens de uma laguna com ligação próxima ao mar, que permitia abrigar os barcos nas suas paragens, no decurso das diferentes etapas das suas rotas comerciais” (...). Dada a sua localização, a actividade principal realizada na *villa* era a produção do “*garum*” (uma espécie de peixe em conserva), “este produto era exportado para todo o Império Romano e especialmente para Roma, onde era muito apreciado.” Mas, não foi somente esta actividade que perdurou na *villa* romana, já que pudemos, igualmente, verificar vestígios de actividade agrícola e indústria tintureira⁶. Estes agentes contribuíram para que esta *villa* fosse considerada uma das *villae* mais relevante nas trocas comerciais especialmente, com Faro [*Ossonoba*], Luz de Tavira [*Balsa*], Portimão [*Portus Hannibalís*] e Lagos [*Lacobriga*].

No âmbito da valorização e apresentação do sítio de Cerro da Vila ao público, foi construído um museu de sítio onde está patente uma exposição monográfica, e ainda se prevê a «execução de sondagens na área portuária e o estudo dos mosaicos e da arquitectura da *villa*»⁷.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

A Estação Arqueológica do Cerro da Vila, foi descoberta em 1963 por José Farrajota, que iniciou as escavações arqueológicas e os primeiros estudos, e posteriormente, José Luís de Matos, publicou um conjunto de estudos realizados no sítio arqueológico.

«A Villa Romana de Cerro da Vila não é tutelada pelo IPPAR, mas por uma empresa turística, que também promove participações e investimentos em projectos de cariz cultural, histórico e arqueológico, a LUSOTUR II (Sociedade Financeira de Turismo, S. A.)»⁸.

Estes organismos [LUSOTUR II, C. M. Loulé, IPPAR, IFI]⁹ construíram um museu em Cerro da Vila na perspectiva da «divulgação ao público do rico património ali existente», fortalecendo a ligação entre o Património Arqueológico e o potencial turista/visitante, independentemente do seu conhecimento científico¹⁰.

⁶ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenções Museológicas. Enquadramento Local. Villa Romana de Cerro da Vila*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

⁷ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cerro.html [Caracterização. IPPAR].

⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenções Museológicas. Enquadramento Local. Villa Romana de Cerro da Vila*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

⁹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O museu da villa romana de Cerro da Vila. Villa Romana de Cerro da Vila*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁰ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O museu da villa romana de Cerro da Vila. Villa Romana de Cerro da Vila*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

2.1 Acolhimento de Visitantes

O Acolhimento de Visitantes¹¹:

[1] Museu onde se disponibiliza informação sobre o sítio arqueológico

[2] Percurso de visita sinalizado

[3] Estacionamento

Núcleo Museológico

[arquitectura do NM: Fernando Galhano]

A pequena edificação de apoio existente no local foi o elemento estruturante da proposta que conduziu à construção do núcleo museológico de Cerro da Vila, em Vilamoura. A Casa do guarda, arrecadação, oficina, e modestas instalações de apoio que acompanharam o desenvolvimento quer do sítio arqueológico em si, quer do empreendimento turístico envolvente, foram ainda, recuperadas e ampliadas em articulação com as restantes funções de núcleo museológico. Apesar de ter sido essencial articular, estas instalações às funções deste centro [controlo, recepção e exposição], como também, a via de acesso e o percurso pedonal.

O núcleo museológico é um «novo corpo construído [que] funciona como “muro” ou barreira separadora entre a via pública e o recinto arqueológico, criando a curiosidade natural para “espreitar” e ver o que se esconde por detrás. A entrada ampla, e no alinhamento visual de todo o percurso de aproximação, demarca-se como a única abertura convidando o público a penetrar no interior do edifício»¹². O reforçar de “convite à entrada”¹³ é estabelecido em duas situações diferentes:

1- a instituição de alpendre, a cota ligeiramente inferior à do passeio, criando um recanto mais intimista na própria zona pública;

2- a abertura de vão rasgado, olhando sobre as ruínas – em contraponto às portas de entrada em vidro temperado –, permitindo uma transparência entre o exterior (público) e o exterior (privado), funcionando a recepção/átrio como mero espaço interior de transição.

¹¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cerro.html [Acolhimento de Visitantes]

¹² F. Galhano - *Núcleo Museológico da Villa Romana de Cerro da Vila*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 91.

¹³ F. Galhano - *Núcleo Museológico da Villa Romana de Cerro da Vila*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 91.

Foi estabelecido «um certo recolhimento nos espaços, uma certa privacidade de ambientes»¹⁴, e ainda neste sentido, a «sala de exposições não tem janelas, apresentando-se como simples cubo mergulhado na escuridão, sobressaindo apenas as peças iluminadas»¹⁵. Neste museu recriou-se, através do programa expositivo, o ambiente de um espaço histórico mas também a sua importância local.

Criou-se também, um «pequeno anfiteatro de apoio às visitas escolares nasce num pátio interior resguardado, tendo apenas como companhia um limoeiro existente»¹⁶. Na estrutura simples e de pequenas dimensões do anfiteatro, «procurou-se essencialmente um equilíbrio em termos de materiais – pedra, madeira, e argilas tradicionais (tijolo burro e telha) e sua articulação coerente com a flora e arborização local –, oliveiras, ciprestes, limoeiros, buganvílias, contrastes de luz e sombra (pórticos, alpendres e pérgulas), como forma de respeitar a memória do sítio e a coerência do local»¹⁷.

O percurso das Ruínas Romanas do Cerro da Vila fragmenta-se em seis grandes pontos de paragem que na retratam a totalidade da *villa*, tais como¹⁸:

1. *Villa*;
2. Balneários Públicos;
3. Zona Portuária;
4. Zona das Casas Menores;
5. Zona das Cetárias;
6. Necrópole.

Na *Villa* podem-se observar os vestígios do *Peristylum*, o *Triclinium* e um quarto, os quais são representados em planta num painel informativo. Depois seguem-se as Termas, onde se presenciam sinais do *Frigidarium* [tanque de pequenas dimensões com água fria], do *Caldarium* [tanque de pequenas dimensões com água quente], do *Laconicum*, [sala destinada à sauna], do *Praefurnium* [fornalha subterrânea que assegurava o aquecimento às divisões de água quente e à sala das termas], e do *Natatio* [tanque de água fria e de dimensões consideráveis]. O terceiro ponto é o cais que na época romana era o local onde se concentrava a actividade piscatória, fundamental para a *villa*. Os quarto e quinto pontos de interesse histórico e arqueológico, são os vestígios

¹⁴ F. Galhano - *Núcleo Museológico da Villa Romana de Cerro da Vila*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 93.

¹⁵ F. Galhano - *Núcleo Museológico da Villa Romana de Cerro da Vila*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 93.

¹⁶ F. Galhano - *Núcleo Museológico da Villa Romana de Cerro da Vila*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 93.

¹⁷ F. Galhano - *Núcleo Museológico da Villa Romana de Cerro da Vila*. - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 93.

¹⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O Circuito Arqueológico. Villa Romana de Cerro da Vila*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

de várias casas pertencentes a uma camada social mais desfavorecida que trabalhavam na *villa* e cetaria onde se salgava e se procedia à conserva do peixe, «o Garum – mistura de moluscos e de peixes, como por exemplo, cavala, atum, sardinha»¹⁹. Por último, a Necrópole, que está afastada de toda a actividade e comércio da *villa* romana.

Além das ruínas arqueológicas de Cerro da Vila serem um marco histórico do Algarve também manifestam a presença romana nesta região. E enquadram-se dentro de uma perspectiva de mostrar e compreender a função principal desta *villa* romana que reside a importância da intervenção museológica.

A intervenção nas ruínas romanas de Cerro da Vila.

A intervenção *in situ* de Cerro da Vila está inserida no complexo turístico de Vilamoura, ou seja, está integrada em contexto urbano. Além da construção do núcleo museológico –NM – fortalecer o laço entre este património arqueológico e os visitantes ainda, estabelece uma barreira entre a via pública e as ruínas. E assim constitui-se um “convite à entrada” nas ruínas. A Casa do guarda pré-existente foi ampliada e adaptada a núcleo museológico, no entanto a escolha dos materiais e técnicas regionais permitiram a articulação das novas funções mas também o seu enquadramento no contexto local urbano. Ainda, os arranjos paisagísticos são articulados com o núcleo do museu e das ruínas mas, também mantêm a biodiversidade local. O princípio da “mínima intervenção” é aplicado ao nível de intervenção directa com as ruínas através da sinalética. Portanto, na sua totalidade foram respeitados os conceitos fornecidos pela Carta de Cracóvia²⁰.

¹⁹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O Circuito Arqueológico. Villa Romana de Cerro da Vila*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

²⁰ art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

2.8. Quadro síntese da *villa* romana de Cerro da Vila

Identificação:	
*Designações	Villa Romana de Cerro da Vila [Ruínas romanas do Cerro da Vila].
*Outra Designação	---
*Cronologia	Romano [séculos I - III].
Classe de Património	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / <i>Villa</i> .
Contexto	Urbano.
*Inventário Temático	<i>Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Residencial [<i>villa</i> rústica].
Utilização Actual	Turística [Estação Arqueológica].
*Propriedade / Gestão	---
Localização:	
*Freguesia	Loulé.
*Concelho	Vilamoura.
*Distrito	Faro.
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado.
*Classificação	Imóvel de Interesse Público [IIP].
*Categoria de Protecção Legal	Imóvel de Interesse Público [IIP], DR 226 de 29 Setembro 1977.
*Decreto	129/77, DR 226 de 29 Setembro 1977.
*ZEP	---
Valorização:	
*Programa [Valorização]	[I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [Estudo dos mosaicos e da arquitectura da villa. Conservação das ruínas da villa]. 2º nível [Restauro e ampliação da Casa do Guarda [Núcleo Museológico=CAI]. 3º nível [Divulgação e Exposição].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Execução de sondagens na área portuária. Escavações arqueológicas das ruínas.
Conservação e Restauro	Estudo dos mosaicos e da arquitectura da villa. Conservação das ruínas da <i>villa</i> . Restauro e ampliação da Casa do Guarda [Núcleo Museológico de Cerro da Vila].
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Núcleo Museológico; <i>Villa</i> ; Balneários Públicos; Zona Portuária; Zona das Casas Menores; Zona das Cetárias; Necrópole. Percorso sinalizado [sinalética].
Arranjos Paisagísticos	Vedação de terrenos. Estacionamento. Coerência com a flora e arborização local-oliveiras, ciprestes, limoeiros, buganvílias.
Percorso/Circuito	Circuito externo nas ruínas. Utilização de sinalética.
Materiais	[1] Equilíbrio de materiais: pedra, madeira, e argilas tradicionais-tijolo burro, telha.
Tipologia	[1] recuperação/ampliação: Casa de Guarda [NM].
Programa [NM]	Átrios; instalações sanitárias; sala de exposição; arrecadação; Pátio/Anfiteatro; trabalho/conservação; gabinete coordenador; desenho peças; arrecadação-peças; Hall/ kitchenette; quarto; cozinha; sala; arrecadação de material jardinagem.
3-Divulgação/Sensibilização	Exposição monográfica no Núcleo Museológico de Cerro da Vila.

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_cerro.html; http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69840.



[Fig. 01] Cerro da Vila, ilustração de José António Cavaco.



[Fig. 02] Vista parcial das ruínas e do alpendre do NM de Cerro da Vila.



[Fig. 03] Balneário público da villa de Cerro da Vila.



[Fig. 04] Vista das ruínas de Cerro da Vila.



[Fig. 05] Vista parcial da entrada do NM e do recinto de Cerro da Vila.



[Fig. 06] Vista das ruínas e percursos exteriores de Cerro da Vila..



[Fig. 07] Vista parcial do NM sobre as ruínas e percursos exteriores de Cerro da Vila.



[Fig. 08] Vista da sala de exposição do NM de Cerro da Vila.

2.9. VILLA ROMANA DE PISÕES

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

A *villa* romana de Pisões [sítio arqueológico] localiza-se na Herdade da Almagrassa, a cerca de 10 Km a Sudoeste da cidade de Beja e foi acidentalmente descoberta em 1967, durante trabalhos agrícolas, assim posteriormente, prosseguiu-se a sua investigação arqueológica. Foi classificada como Imóvel de Interesse Público em 1970. Esta *villa* foi «ocupada no período romano entre os séculos I a.C. e IV d.C., [e] encontra-se hoje parcialmente escavada, nomeadamente uma parte significativa da casa dos proprietários, apresentando mais de quarenta divisões centradas num peristilo, ricamente decoradas e onde se destacam os mosaicos»¹. A barragem de Pisões, a cerca de 200m, está articulada com o conjunto de estruturas da *villa* e «cujas principais finalidades seria o abastecimento de água para alimentação dos seus tanques, piscina e termas, de dimensões apreciáveis»².

«Principalmente devido à riqueza cinegética da região, viabilizadora de uma acentuada exploração agrícola, pecuária e mineira, cujos produtos se destinariam ao abastecimento de diversos mercados, a villa encontra-se parcialmente escavada, sobretudo na área residencial dos proprietários. Apresentando mais de quarenta divisões centradas num peristilo, dava acesso a esta habitação um longo corredor. Estes compartimentos eram essencialmente caracterizados pela sua riqueza decorativa, com especial destaque para os a denominada pars urbana, cuja fachada porticada virada a sul abria para um tanque de consideráveis dimensões, o natatio. A proximidade da barragem de Pisões em articulação com o conjunto edificado da villa, teria como principal finalidade abastecer de água»³.

O edifício termal instituiu-se como um dos mais relevantes arquétipos [ou exemplo] de termas privadas romanas descobertos no nosso país. Foi edificado em duas fases que possibilitaram a construção de todas as estruturas inerentes a este tipo de conjunto, tais como, «o *apodyterium*, onde os frequentadores se untavam e praticavam exercícios físicos; o *laconicum* (sauna); o *strigilus*, onde procediam à raspagem da gordura dos seus corpos; o alveus do *caldarium*, onde tomavam banho num tanque de água quente, e, finalmente, as zonas do *tepidarium* e do *frigidarium*. A par da *pars urbana*, encontravam-se a *pars rustica* e a *pars fructuaria*, abrangendo as estruturas habitacionais dos serviços, armazéns, lagares, celeiros e de transformação dos produtos agrícolas e

¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_pisoos.html [Caracterização].

² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_pisoos.html [Caracterização].

³ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_pisoos.html [Descrição].

frutíferos»⁴. Provavelmente, este sítio arqueológico será «mais conhecido por todo um conjunto de mosaicos, verdadeiramente assinalável no panorama nacional, quer pelo eclectismo e riqueza da sua iconologia, apresentando composições geométricas e naturalistas, como pela qualidade da sua execução, desde os mais antigos, monocromáticos, até aos mais recentes, já policromados»⁵.

1.2. Contexto Envolvente.

O sítio arqueológico da *villa* romana de Pisões situa-se a cerca de 10 Km a Sudoeste da cidade de Beja. A nível de enquadramento paisagístico, este sítio «encontra-se devidamente articulado com o meio, existindo uma fácil percepção e visualização do sítio antigo para a envolvente actual»⁶. Na entrada da *Villa* Romana de Pisões existe um pequeno parque de estacionamento de terra batida, bem como o Centro de Acolhimento e Interpretação. O percurso interno está identificado e o seu trajecto é delimitado por cordas, mas também, cada ponto estratégico da visita é pontuado por placas explicativas.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

Actualmente decorrem «negociações com vista a celebrar um acordo entre o IPPAR e a Universidade de Évora relativamente à gestão dos terrenos anexos ao sítio arqueológico, bem como a celebração de um outro acordo de comodato com a CP para instalação da casa do guarda num antigo edifício de cheminot, no âmbito da filosofia de intervenção nos monumentos arqueológicos visitáveis, tendente a criar infra-estruturas imprescindíveis à valorização estética da sua envolventes»⁷.

O IPPAR, no âmbito do programa de valorização, procedeu «à requalificação da vedação da área arqueológica e [iniciou] trabalhos de conservação e restauro da pintura mural e mosaicos, [prevendo] igualmente o restauro da piscina»⁸. Como acções a tomar, ainda se prevê «a construção de um Centro Interpretativo e de Acolhimento de visitantes, a instalação de sinalética e a valorização do percurso de visita, arranjo paisagístico, a recuperação de uma antiga casa de guarda da linha de caminho de ferro que servia esta zona, actualmente desactivada, e a edição de materiais de divulgação»⁹.

⁴ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_pisoes.html [Descrição].

⁵ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_pisoes.html [Descrição].

⁶ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Enquadramento Local. Villa Romana de Pisões*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

⁷ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_pisoes.html [Descrição].

⁸ online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69754 [Nota Histórico-Artística]

⁹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_pisoes.html [Caracterização].

«Todas estas ações evidenciam claramente a importância que cada vez mais a conservação e o restauro têm vindo a assumir, devido não só ao próprio sítio, mas também, a uma interpretação mais eficaz do mesmo»¹⁰.

2.1. Acolhimento de Visitantes

Acolhimento de Visitantes¹¹:

[1] Centro de Acolhimento e Interpretação, onde se disponibiliza informação sobre o sítio arqueológico.

[2] Percurso de visita sinalizado.

[3] Visitantes com mobilidade reduzida: certos troços do percurso de visita podem apresentar algumas dificuldades.

O Centro de Acolhimento e Interpretação

O Serviço Educativo é estabelecido pelo Centro de Acolhimento e Interpretação, o qual possui uma exposição permanente sobre o sítio, organizada de forma temática, bem como uma sala para acolhimento de grupos. O Centro de Acolhimento e Interpretação da *Villa Romana de Pisões* tem dimensões pequenas, e é composto por uma «pequena recepção, complementada com uma exposição permanente. (...) Porém não tem qualquer tipo de instalação que preveja e facilite a entrada de turistas com mobilidade reduzida. Na recepção (...) visitámos a sala de exposição permanente»¹².

O circuito na *villa romana* de Pisões é constituído por três grandes pontos de relevância: «a área de residência; as termas e as termas primitivas»¹³. O primeiro ponto é a zona residencial, «onde os painéis de mosaicos tão divulgados e conhecidos imperam. Com o auxílio das placas informativas, onde constam a planta da casa romana e as referentes legendas, consegue-se visualizar no terreno os vários pontos de interesse»¹⁴.

¹⁰ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Interação e musealização. Villa Romana de Pisões*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_pisoes.html.

¹² MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O centro de acolhimento e interpretação. Villa Romana de Pisões*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹³ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O circuito arqueológico. Villa Romana de Pisões*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁴ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O circuito arqueológico. Villa Romana de Pisões*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

O estado precário de conservação das duas colunas caídas, no Peristilo, é devido «ao vandalismo de grupos que assalta o sítio durante a noite, degradando as estruturas. Este facto indicia, mais uma vez, a falta de formação cívica ainda existente, exigindo medidas reforçadas a nível da segurança destes locais, de forma a evitar a perda ou deterioração de todo um legado histórico»¹⁵.

Relativamente, à visibilidade do sítio arqueológico visitado, a Villa Romana de Pisões, «é facilmente perceptível no terreno, uma vez que se encontra implantada numa área plana»¹⁶. A sua ocupação incidiu entre os séculos I a. C. e IV d. C., de maneira que «a villa enquadrava-se numa área propícia para as práticas agrícolas, a criação de suínos; complementada com actividades mineiras e de caça»¹⁷.

Actualmente, ainda podemos verificar «vestígios de uma villa que estabelecia uma forte ligação com a barragem de Pisões, devido às termas apresentadas na zona. Apesar das dificuldades nas intervenções realizadas, uma vez que é propriedade privada»¹⁸.

A intervenção nas ruínas da villa romana de Pisões.

Tanto ao nível da obra nova [CAI] como dos arranjos paisagísticos, a intervenção directa nas ruínas da *villa* agrícola de Cerro da Vila usou o princípio da “mínima intervenção” – carta de Cracóvia¹⁹. No entanto, as ruínas têm sofrido actos de vandalismo e por isso prevê-se a reabilitação de um pequeno edifício próximo para instalar a casa de guarda., Relativamente aos materiais e técnicas adoptadas na intervenção bem como a sua relação com o meio envolvente. Este estudo não conseguiu alcançar nenhuma conclusão específica pelo facto da pesquisa ter produzido pouca de informação sobre a intervenção neste património arqueológico.

¹⁵ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O circuito arqueológico. Villa Romana de Pisões.* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁶ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. O circuito arqueológico. Villa Romana de Pisões.* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁷ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenção e musealização. Villa Romana de Pisões.* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenção e musealização. Villa Romana de Pisões.* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁹ art. 5, Carta de Cracóvia, 2000.

2.9. Quadro síntese da *villa* Romana de Pisões

Identificação:	
*Designações	Villa Romana de Pisões.
*Outra Designação	Villa romana de Pisões, englobando a represa romana que se situa próximo.
*Cronologia	Romano [século I a.C - século V].
Classe de Património	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / <i>Villa</i> .
Contexto	Rural.
*Inventário Temático	<i>Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Residencial/agrícola [aglomerado urbano].
Utilização Actual	Turística [Estação Arqueológica].
*Propriedade / Gestão	Estado Português [IPPAR].
Localização:	
*Freguesia	Santiago Maior.
*Concelho	Beja.
*Distrito	Beja.
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado.
*Classificação	Imóvel de Interesse Público [IIP].
*Categoria de Protecção Legal	Imóvel de Interesse Público [IIP], Dec. 03-06-1970.
*Decreto	251/70, DG 129, de 03-06-1970.
*ZEP	---
Valorização:	
*Programa [Valorização]	[I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [requalificação da vedação da área arqueológica; trabalhos de conservação e restauro da pintura mural, mosaicos e da piscina]. 2º nível [Centro de Acolhimento e Interpretação; instalação de sinalética e valorização do percurso de visita; arranjo paisagístico; recuperação da antiga casa de guarda]. 3º nível [edição de materiais de divulgação].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Escavação para investigação arqueológica das ruínas da vila romana [<i>pars urbana; pars rustica; pars fructuaria</i>].
Conservação e Restauo	Trabalhos de conservação e restauro da pintura mural, mosaicos e da piscina. Recuperação da antiga casa de guarda.
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Centro de Acolhimento e Interpretação; vila romana [<i>pars urbana; pars rustica; pars fructuaria</i>]. Conjunto de mosaicos. Percurso sinalizado [sinalética].
Arranjos Paisagísticos	Requalificação da vedação. Parque de estacionamento [terra batida].
Percurso/Circuito	Circuito nas ruínas. Utilização de sinalética.
Materiais	---
Tipologia	[1] obra nova: Centro de Acolhimento e Interpretação [CAI].
Programa [CAI]	---
3-Divulgação/Sensibilização	Materiais de divulgação. Exposição permanente no Centro de Acolhimento e Interpretação.

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_pisoes.html; http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_pisoes.html;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69754.



[Fig. 01] Maquete da *villa* romana de Pisões.



[Fig. 02] Vista parcial da área residencial e pormenor do mosaico do peristilo.



[Fig. 03] Vestígios da *villa* romana de Pisões.



[Fig. 04] Vestígios do mosaico da *villa* romana de Pisões.



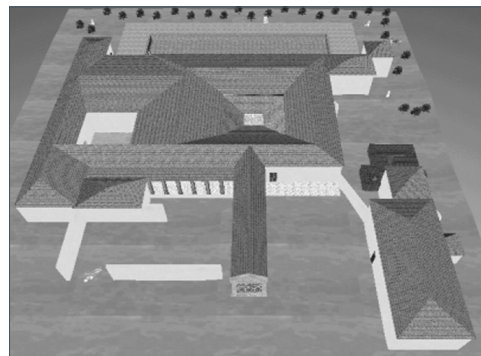
[Fig. 05] Vista do Hipocausto das termas sob o *caldarium*.



[Fig. 06] Vista sobre as termas da *villa* romana de Pisões.



[Fig. 07] Vista geral do peristilo.



[Fig. 08] Maquete virtual da *villa* romana de Pisões.

2.10. CONJUNTO MONUMENTAL DE MÉRTOLA

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

«Num passado remoto, em particular até à definição da linha de fronteira com Castela, que a isolaria da secular ligação ao resto da Andaluzia, Mértola era um importante e animado posto comercial, o porto fluvial mais a Norte da grande estrada que era o Guadiana. A sua privilegiada situação e implantação, ocupando um cerro íngreme cercado pela ribeira de Oeiras e pelo Guadiana, garantiram-lhe invejáveis condições de defesa, reforçadas com as imponentes muralhas que cintavam todo o conjunto edificado da velha urbe. A combinação destes factores conferiu a Mértola uma importância histórica que o pequeno burgo actual, esquecido o estatuto que ostentou de cidade pré-romana, de capital de um reino taifa e de primeira sede de cavaleiros da Ordem de Santiago, longinquamente deixa adivinhar»¹.

1-Castelo de Mértola:

Estabelecendo-se num alto rochoso na confluência da Ribeira de Oeiras com o rio Guadiana, o Castelo de Mértola, sempre possuiu condições de defesa. Mas as suas origens como fortificação «encontram-se na época islâmica, período em que a cidade foi um importante porto fluvial entre Mérida e o Atlântico. (...) só no século IX encontramos as primeiras notícias documentais acerca da relevância militar da cidade, numa conjuntura de revolta de alguns senhores locais contra Córdoba. É de presumir que a grande campanha construtiva militar tenha acontecido durante o Califado omíada (930-1031). (...) Nas décadas de 30 e 40 do século XI, Mértola foi uma efémera capital taifa, conquistada pelo vizinho reino de Sevilha, em 1044. Um século depois, durante nova fragmentação do bloco islâmico peninsular, a cidade proclamou-se uma vez mais independente»². Somente no final do século XII, dentro do contexto da reacção almóada face ao avanço cristão, é que se reconhecem «referências mais concretas ao castelo, com a construção de uma torre, muito provavelmente, da cisterna e, ainda, a feição geral da entrada no recinto (com arco ultrapassado que daria acesso a um corredor em cotovelo), bem como de parte do torreão cilíndrico que se lhe adossa. (...) O ano de 1292 tem servido para datar genericamente a obra gótica do castelo e deve inserir-se no "processo de autonomização do ramo português da Ordem de Santiago, alcançada e ratificada nos anos de 1288 e 1290". (...) [e] é ainda possível reconstituir a sua estrutura básica, reveladora de uma racionalização

¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mertola.html [Caracterização].

² online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70160 [Castelo de Mértola].

arquitectónica e espacial característica dos anos do Gótico. A fortaleza é de planta quadrangular, ligeiramente trapezoidal, com ângulos defendidos por torres. A principal é a Torre de Menagem, que se eleva a quase 30 metros de altura. A sua implantação na face mais desnivelada do conjunto, obrigou a que o primeiro piso fosse "um robusto e elevado embasamento", sobre o qual se elevam dois andares: o primeiro, com acesso a partir do adarve, pela porta gótica sobrepujada pela inscrição de 1292. (...) No extremo ocidental, situava-se a Torre da Carocha que, como o nome indica, terá desempenhado funções de prisão. A entrada, voltada à vila, era feita por um corredor em cotovelo, com duas portas, e era defendida por torreões circulares. Sem grandes alterações nos séculos seguintes (...), o castelo perdeu a sua função estratégica no século XVIII e entrou em decadência, travada apenas pelo restauro de 1948-50 e pelas mais recentes iniciativas de reconversão museológica»³.

2-Ponte de Mértola-Torre do Rio

A Ponte de Mértola está situada na margem direita do rio Guadiana «junto às muralhas da Vila de Mértola, junto da Porta da Ribeira. É constituída pelos vestígios de uma edificação da qual restam seis pegões dispostos em linha curvilínea com planta de quadrangular, excepto o sexto, junto ao leito do rio, ovalado, de maiores dimensões e disposto longitudinalmente. Os três últimos têm talhamares a montante e são rasgados na parte inferior por um túnel, com abóbada de berço, apenas anunciado no quarto, com o aspecto, no interior, de uma abside. (...) As bases dos pegões usam matéria-prima local, o xisto, fazendo a reutilização de mármore de edifícios romanos e também pedra de outras regiões, como os arenitos, que certamente aqui chegariam por via fluvial como carga ou lastro de navios. (...) [e] tem sido interpretado como estrutura defensiva, protegendo a atracagem das embarcações, funcionando também como couraça, permitindo o acesso ao rio para abastecimento de água»⁴. Entretanto, esta estrutura havia sido mencionada no foral da vila de 1254 e no desenho de D. Duarte de Armas, de cerca de 1500. Continuamente confundida com uma ponte, é difícil atribuir-lhe uma cronologia, visto que, não se conhecem estruturas similares para comparar por quadro histórico-geográfico ou mesmo arquitectonicamente, «pelo que de forma conservadora se pode dizer que certamente será posterior ao século II da nossa era, podendo até já ter sido edificada na Antiguidade Tardia»⁵.

3- Igreja de Nossa Senhora da Anunciação, matriz de Mértola [antiga mesquita]

Foi construída na segunda metade do século XII, numa zona onde pode ter subsistido um conjunto palatino desde a Antiguidade Tardia, a antiga mesquita de Mértola, o monumento mais simbólico da cidade. Para a construção desta «edificação, foram vários os elementos reaproveitados de edifícios anteriores, como parte de uma arquitrave e diversos fragmentos de inscrições romanas, do século II. Para além disso,

³ online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70160 [Castelo de Mértola].

⁴ online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70233 [Ponte de Mértola].

⁵ online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70233 [Ponte de Mértola].

a actual igreja ainda conserva dois capitéis coríntios datáveis do século IX e, nas imediações, identificaram-se peças datáveis da época visigótica, o que reforça o estatuto (...). A mesquita era ligeiramente maior que a actual igreja, na medida em que possuía seis tramos (e não os 4 de hoje), suportados por vinte colunas (actualmente existem 12). Planimetricamente, tinha uma estrutura em "T", (...) [cuja] disposição espacial que foi já entendida como o resultado de uma inspiração directa em modelos marroquinos contemporâneos. (...) Desconhece-se a forma e localização do pátio anexo, mas é de presumir que se situasse a Nordeste (...). Ainda no exterior localizava-se o alminar, também desenhado por Duarte d'Armas, poderosa torre no prolongamento da nave central (...). A mesquita aljama de Mértola, tal como outros templos islâmicos peninsulares, foi transformada em igreja após a reconquista, mas as grandes obras de remodelação, ao contrário do que foi frequente, não se realizaram imediatamente e foi necessário esperar por 1532 para que tivessem lugar. (...) Coube, todavia, ao comendador D. João de Mascarenhas (...) a iniciativa de actualização do templo (...). No plano estrutural, o telhado passou a ser duas águas e o portal, já renascentista e executado apenas nos meados do século, foi encomendado a André Pilarte, importante arquitecto sediado em Tavira (...). No interior, contudo, foi ainda o vocabulário manuelino que triunfou (...). Múltiplas obras menores sucederam-se nos séculos seguintes, mas não foram suficientes para alterar a exótica fisionomia almóada-manuelina do monumento»⁶.

1.2. Contexto Envolvente.

O acesso⁷ faz-se pela estrada [Nacional 122] que liga Beja a Mértola e Vila Real de Santo António a Mértola. Disposta, no interior do Baixo Alentejo, acumula várias épocas históricas e engloba circuitos distintos complementados com monumentos, que assim enobrecem a vivência histórica de Mértola. A unir todos estes pontos há um elemento em comum: a relação que os núcleos de visita possuem com o rio. Não obstante, o Guadiana funciona como um elemento comum de todos estes pontos cuja combinação «conferiu a Mértola uma importância histórica que o pequeno burgo actual, esquecido o estatuto que ostentou de cidade pré-romana, de capital de um reino taifa e de primeira sede de cavaleiros da Ordem de Santiago, longinquamente deixa adivinhar»⁸. A nível paisagístico, as margens do Guadiana servem de referência ao Conjunto disperso pela vila, porém no percurso do seu «itinerário urbano sucedem-se paisagens únicas e urbanas e surpreende a peculiar toponímia das ruas, aspecto tão característico das aldeias, vilas e cidades do Alentejo»⁹.

⁶ online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70163 [Igreja matriz de Mértola].

⁷ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mertola.html [Acessos].

⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Enquadramento local. Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

⁹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Enquadramento local. Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

O Conjunto Monumental de Mértola, não possui um Centro de Acolhimento e Interpretação e, de facto, seria importante integrar o turista num circuito, bem como, interligar os vários pontos numa exposição sobre o conjunto.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

A da salvaguarda, estudo e valorização do seu passado foram promovidos, «desde 1978, pelo Campo Arqueológico de Mértola, em diferentes áreas da investigação e intervenção. Merecem referência particular os trabalhos arqueológicos relativos ao período islâmico que puseram a descoberto estruturas únicas em contexto peninsular e revelaram um espólio que é igualmente ímpar, assim como o diversificado programa museológico que transformou Mértola numa pequena Vila-museu»¹⁰.

O Conjunto Monumental de Mértola está inserido nos *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve e Pontes Históricas do Alentejo*. E neste contexto, criaram-se infra-estruturas de apoio a exposições, especificamente, no Museu de Arte Sacra e na Ermida de S. Sebastião, mas também, desenvolveram-se acções de divulgação e promoção [a execução de folhetos e desdobráveis, a edição de um álbum fotográfico], «com o qual se prepara neste momento uma exposição, e o apoio ao fabrico de réplicas de peças arqueológicas»¹¹.

2.1. Acolhimento de Visitantes

O Acolhimento de Visitantes¹² é feito a partir das seguintes infra-estruturas:

[1] Posto de Turismo.

[2] Núcleos de visita: ao Castelo, à Casa Romana, à Basílica Paleocristã, à Exposição de Cerâmica Islâmica Portuguesa, à Oficina de Tecelagem e à Ermida de S. Sebastião.

O percurso da visita a Mértola pode ser começado na Mesquita, também denominada como Ermida de São Sebastião. Pode, imediatamente, visitar-se o Castelo, «detentor de inúmeros vestígios islâmicos. (...) [a] “edificação data de finais do século XIII, numa altura em que Mértola era sede nacional da Ordem de Santiago”. O Castelo, classificado como Monumento Nacional, engloba uma Torre de Menagem e uma cisterna, que em tempos, foi abrigo para os habitantes de alcáçova na época muçulmana. Outro aspecto importante é a paisagem envolvente e o próprio enquadramento que o Castelo e a Ermida possuem. Efectivamente são viáveis de qualquer ponto da vila marcando a paisagem urbana. Por outro lado avista-se o Rio Guadiana sendo possível contemplar os desenhos morfológicos em que o rio se

¹⁰ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mertola.html [Caracterização].

¹¹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mertola.html [Caracterização].

¹² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_mertola.html [Acolhimento de Visitantes].

desdobra na paisagem pela zona de Mértola»¹³. O Museu Islâmico encontra-se ao descer a rua Dr. António José de Almeida, e é um «edifício onde o antigo e o moderno contracenam»¹⁴. Além deste museu se localizar num dos extremos da vila, «com uma vista espectacular para o Guadiana»¹⁵, também não apresenta condições para visitas, nem para valorizar o material apresentado [esculturas e pinturas ligadas à Arte Sacra]. Quando se sobe a rua dos Combatentes da Grande Guerra encontra-se, instalado na cave da Câmara Municipal de Mértola, o Museu Romano, o qual denuncia «a ausência do enquadramento histórico da própria Casa Romana»¹⁶. Ao subir a rua Professor Baptista da Graça localiza-se o Largo Vasco da Gama, no qual se encontra a Oficina de Tecelagem, ao lado da Associação de Defesa do Património de Mértola. Por último pode visitar-se a Basílica Paleocristã no Largo do Rossio do Carmo, e ainda também, faz parte deste percurso, o Fórum/Alcáçova.

O Conjunto Monumental fornece *corpus* suficiente para o estudo científico cujo objectivo se prende no conhecimento das origens e da História da vila de Mértola. O referido estudo foi iniciado «em 1978 pela mão de Serrão Martins (Presidente da Câmara Municipal de Mértola, na altura) e Cláudio Torres (Director do Campo Arqueológico de Mértola), e os seus principais objectivos encontravam-se ligados a vários aspectos, nomeadamente: o aprofundamento do conhecimento científico e da investigação arqueológica numa das principais vilas do nosso país detentora de vestígios e testemunhos Islâmicos; o desenvolvimento da localidade, em termos de projecção histórica e cultural, com o intuito de atrair o investimento; o aumento da qualidade de vida da população; a promoção do Património local no exterior e no seio da mesma»¹⁷. Neste contexto surgiu o conceito de Vila Museu, correspondente ao facto, da fomentou-se «todos os achados que foram identificados e devidamente preservados, (...) nível nacional e internacional, [e] uma localidade alentejana com um prestígio e riqueza histórico e arqueológicos ímpares»¹⁸. Este projecto instituiu-se em quatro grandes etapas, sendo que a primeira etapa teve início em 1978 e terminou em 1986, e o «projecto de investigação surgiu no decurso de factores sociais e culturais que se viviam, inerentes à Revolução de 1974»¹⁹.

Esta etapa resume-se a toda a investigação realizada a nível, arqueológico, histórico, antropológico e até geográfico e biológico. Na altura, que Portugal entrou para a União Europeia (1986), e também, o Campo Arqueológico de Mértola organizou o IV

¹³ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. As estruturas museológicas e o percurso Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁴ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. As estruturas museológicas e o percurso Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁵ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. As estruturas museológicas e o percurso Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁶ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. As estruturas museológicas e o percurso Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁷ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenção e musealização de Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. As estruturas museológicas e o percurso Mértola*. online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. As estruturas museológicas e o percurso Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

Congresso Internacional de Arqueologia Medieval do Mediterrâneo Ocidental, iniciou-se a segunda etapa [1987-1991]. Eventualidade que «veio incrementar o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de apoio necessários para a realização do evento»²⁰. Conquanto, na terceira etapa [1992-1995] estabeleceu-se um «processo burocrático moroso quanto à aquisição de espaços museológicos de interesse para a investigação»²¹. Na quarta e última fase [1996-2001] organizou-se a estrutura da Vila Museu «com a ajuda imprescindível do Fundo de Turismo Nacional e da Autarquia, de forma a permitir a abertura de espaços museológicos com objectivos turísticos. Todos estes investimentos fomentaram o Turismo Cultural e desenvolveram as estruturas de apoio inerentes a este tipo de oferta»²².

A intervenção em Mértola.

O património cultural - imóvel – de Mértola é ordenado na classe das Cidades Históricas e Lugares fornecida pela Carta de Cracóvia²³. A última estabelece que os edifícios com valor arquitectónico que compõem o conjunto devem ser salvaguardados através de projectos de restauro e, ainda devem ser feitos estudos sobre a sua gestão e sustentabilidade. Contudo, este conjunto morfológico que é composto por diversas partes também deve estar integrado na região, território e paisagem. Ou seja, ao nível das intervenções de conservação é preciso utilizar um planeamento integrado no contexto em que se insere – rural ou urbano – mas também manter a relação com a região envolvente. Portanto, o conceito de vila-museu constitui por si só a resposta à integração local, regional e com a paisagem. E ainda a musealização do património de Mértola não supõe um centro de acolhimento ou interpretação mas sim um conjunto de vários pontos museológicos integrados num percurso pela vila e, que neste sentido apresenta carências.

²⁰ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. As estruturas museológicas e o percurso Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

²¹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. As estruturas museológicas e o percurso Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

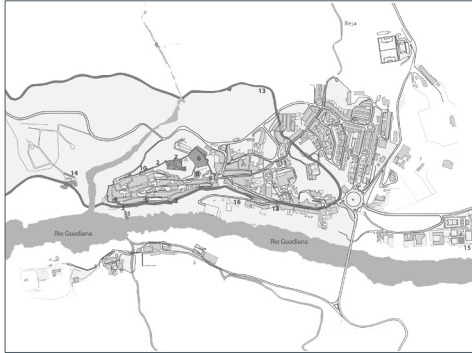
²² MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. As estruturas museológicas e o percurso Mértola*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

²³ art. 8, Carta de Cracóvia, 2000.

2.10. Quadro síntese do Conjunto Monumental de Mértola

Identificação:	
*Designações	Conjunto Monumental de Mértola.
*Outra Designação	Castelo de Mértola; Ponte de Mértola-Torre do Rio; Igreja Matriz de Mértola.
*Cronologia	Romano; Medieval.
Classe de Património	Cidades Históricas e Lugares [art. 8, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arquitectura Militar / Castelo; Civil / Ponte; Religiosa / Igreja; Arqueologia / Cais-Ponte.
Contexto	Urbano.
*Inventário Temático	<i>Itinerários das Pontes Históricas do Alentejo; Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Residencial [aglomerado urbano], Militar [Castelo], Civil [Ponte], Religiosa [Igreja].
Utilização Actual	Urbana; Turística.
*Propriedade / Gestão	Particular.
Localização:	
*Freguesia	Mértola.
*Concelho	Mértola.
*Distrito	Beja.
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado [Castelo; Ponte; Mesquita].
*Classificação	Monumento Nacional [MN]: Castelo; Ponte; Mesquita.
*Categoria de Protecção Legal	Monumento Nacional [MN]: Castelo; Ponte; Mesquita.
*Decreto	Castelo [32 973, DG 175 (18-08-1943); 38 147, DG 4 (05-01-1951)]; Ponte [16-06-1910, DG 136 (23-06-1910)]; Mesquita [16-06-1910, DG 136 (23-06-1910)].
*ZEP	Castelo [DG (II Série), n.º 37 (13-02-1970)]; Ponte [DG (II Série), n.º 37 (13-02-1970)]; Mesquita [DG (II Série), n.º 37 (13-02-1970)].
Valorização:	
*Programa [Valorização]	"Campo Arqueológico de Mértola", 1978; [Pontes Históricas do Alentejo; I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [salvaguarda, estudo e valorização do "Campo Arqueológico de Mértola"]. 2º nível [criaram-se infra-estruturas de apoio a exposições - Museu de Arte Sacra e Ermida de S. Sebastião]. 3º nível [acções de divulgação e promoção].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	---
Conservação e Restauro	Salvaguarda e estudo do "Campo Arqueológico de Mértola" [1978].
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Núcleos de visita [Castelo; Casa Romana; Basílica Paleocristã; Exposição de Cerâmica Islâmica Portuguesa; Oficina de Tecelagem; Ermida de S. Sebastião].
Arranjos Paisagísticos	As margens do Guadiana servem de referência ao Conjunto disperso pela vila.
Percurso/Circuito	Circuito urbano: percurso pelas ruas. Utilização de sinalética.
Materiais	[1] percurso/circuito urbano: rua em calçada.
Tipologia	[1] Posto de Turismo. [2] Núcleos de visita; Museus [Museu de Arte Sacra e na Ermida de S. Sebastião].
Programa [CAI]	Infra-estruturas de apoio a exposições [Museu de Arte Sacra e na Ermida de S. Sebastião].
3-Divulgação/Sensibilização	Folhetos, desdobráveis e a edição de um álbum fotográfico [divulgação e promoção]. Projecto de Vila-Museu.

* online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70160; http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70233;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70163; http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/iti_n_mertola.html.



[Fig. 01] Planta de Mértola.



[Fig. 02] Vista de Mértola - ponte romana, castelo e antiga mesquita.



[Fig. 03] Vista aérea da acrópole de Mértola.



[Fig. 04] Vista aérea do Castelo de Mértola.



[Fig. 05] Inserção na paisagem dos pegões [ponte] e antigo cunhal junto ao mirhab [mesquita].



[Fig. 06] Vista da Igreja Matriz de Mértola - antiga mesquita.



[Fig. 07] Vista geral do conjunto arruinado da onte romana.



[Fig. 08] Gravura de Mértola.

2.11. PAISAGEM CULTURAL DE ALCALAR

1. Contexto Histórico e Artístico. Contexto Envolvente.

1.1. Contexto Histórico e Artístico.

O conjunto monumental de Alcalar é representativo de um habitat do período Calcolítico, e «foi localizado no último quartel do século XIX junto à pequena localidade de Alcalar e tem sido, desde então, investigado por diversas gerações de arqueólogos, sendo, hoje, mundialmente conhecido. (...) [É] provido de recintos com fossos e muralhas, autêntico lugar central geograficamente implantado de forma assumidamente privilegiada e visualmente controlável numa área que poderemos considerar de charneira entre a serra e o mar»¹. Encontra-se directamente associada a este habitat, «uma necrópole megalítica, polinucleada, constituída por cerca de duas dezenas de sepulcros com mamoa, destrincháveis entre si pelo eclectismo das soluções arquitectónicas encontradas para a sua edificação e explorados, em momentos diferentes, por diversos arqueólogos (...). Em articulação com este conjunto monumental, localizaram-se outros habitats periféricos de menor área e outros núcleos sepulcrais com estes aparentemente associados»².

Traduzindo a multiplicidade cronológica e funcional deste conjunto de monumentos, «encontramos desde o *tholos* com cripta rematada em falsa cúpula, passando pela edificação do dólmen concretizada com monólitos de arenito de consideráveis dimensões, até ao hipogeu escavado artificialmente na rocha para enterramento colectivo»³. São visitáveis os monumentos 7 e 9 da necrópole, no entanto, somente os monumentos 1 a 4 se situam em propriedade do Estado sendo também acessíveis aos visitantes. Os restantes monumentos estão em propriedades particulares, com acesso condicionado à prévia autorização dos respectivos proprietários.

A fase antiga da necrópole megalítica de Alcalar é representada pela construção, ao longo do tempo, de «cerca de duas dezenas de templos funerários monumentais - alguns deles explorados, nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX por Nunes da Glória, Estácio da Veiga, Pereira Jardim, Santos Rocha e José Formosinho. Esse conjunto constitui uma necrópole configurada por uma estratégia de organização da paisagem vinculada às condições de produção: sacralizando o espaço e delimitando o núcleo central do território»⁴. O monumento 1 é o edifício sepulcral mais antigo desta necrópole, «constituído por um *cairn* de pedras calcárias

¹ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_alcalar.html [Descrição].

² online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_alcalar.html [Descrição].

³ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_alcalar.html [Descrição].

⁴ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 94-95.

que envolve uma anta de corredor comprido. O monumento ocupa o ponto mais elevado da colina onde foi edificado e, à sua volta, levantaram-se cinco outros túmulos de menor porte que confirmam a continuidade no ritual e a complexificação do espaço funerário»⁵. À mesma fase [transição do IV para o III milénio a.C.] «corresponde o hipogeu aberto nos calcários brandos do *Monte Canelas*, cerca de um quilómetro a norte do “lugar central” e aparentemente associado a um pequeno núcleo habitacional»⁶.

A fase recente da necrópole monumental de Alcalar atribui-se ao calcolítico pleno [nas diversas centúrias do III milénio a.C.] e «corresponde à densificação da ocupação do espaço em torno do “lugar central” e junto a povoados periféricos, como Monte Velho e Poio. Caracteriza-se pela edificação de túmulos envolvendo construções do tipo *tholos* com grande diversidade de soluções arquitectónicas»⁷. Alcalar é «uma necrópole configurada por uma estratégia de organização da paisagem vinculada às condições de produção: sacralizando o espaço e delimitando o núcleo central do território»⁸. Do lado nascente da necrópole de Alcalar foi construído em meados do III milénio a.C. um templo funerário megalítico [Monumento 7 - a numeração atribuída por Estácio da Veiga]. Este Monumento 7 é «constituído por um *cairn*, mamoa de pedras que envolve um *tholos*, construção com corredor e cripta coberta em falsa cúpula. A mamoa é contida por um murete em alvenaria de xisto, que se prolonga sobre o enchimento pétreo numa calçada periférica. Com planta circular, o edifício atinge um diâmetro de quase 27m, com uma fachada rectilínea, voltada a nascente, em cujo centro se abre a única entrada no edifício monumental. A partir daí, o acesso à cripta fazia-se por um estreito e comprido corredor coberto por grandes lajes de calcário e orientado ao sol nascente. Num claro dispositivo de inibição do acesso à cripta, esta passagem foi segmentada em troços cada vez mais estreitos, demarcados por ombreiras monolíticas e por soleiras em cutelo. A cripta ocupa o centro geométrico do túmulo e o seu pavimento foi revestido por um lajeado de calcário»⁹.

1.2. Contexto Envolvente.

No III milénio a.C., a paisagem [cultural] que se estende para norte da de Alvor - charneira entre a montanha e o mar - constituiu «um território com uma ampla gama de recursos económicos que foram aproveitados pelos grupos humanos que ali habitaram»¹⁰ - o lugar de Alcalar situa-se a 5 km da Mexilhoeira Grande, em pleno

⁵ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 95.

⁶ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 95.

⁷ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 96.

⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenção e musealização. Monumentos Megalíticos de Alcalar*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

⁹ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_algarve.html [Caracterização].

¹⁰ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_alcalar.html [Descrição].

Barrocal Algarvio. Diferentes factores contribuíram para a prolongada ocupação humana nesta área, ou seja, a «diversidade de meios de subsistência propiciou, entre outras actividades, a exploração piscatória e marisqueira da ria. A presença de diversos recursos hídricos - incluindo água potável -, apropriava-se perfeitamente à prática da agro-pecuária baseada na exploração cerealífera e hortícola, com recurso ao regadio. Além disso, a caça abundante e a existência de variadas matérias-primas essenciais, quer como material de construção, quer como de fabrico dos mais variados artefactos, revelaram-se elementos cruciais para a fixação de populações nesta área específica durante um tão longo espaço de tempo»¹¹. Perto do lugar de Alcalar encontram-se «núcleos habitacionais periféricos e, aglomerados sobre as pequenas elevações circundantes»¹². O monumento 7, que apresenta o melhor estado de conservação, «é um templo funerário edificado no III milénio a. C.»¹³.

Os trabalhos de pesquisa realizados «neste sítio arqueológico evidenciaram a existência de um sistema de cercas, com fossos de traçado sinuoso, ao abrigo das quais se albergavam habitações de planta circular cobertas com tabique de barro e canas, cisternas e silos de armazenagem de produtos agrícolas. Os restos de fauna, as sementes e os carvões recuperados nas escavações arqueológicas evidenciam um sector primário de economia mista, onde a agricultura de sequeiro e a horticultura de regadio conviveram com a pastorícia, a caça, a pesca e a apanha de marisco»¹⁴. Em forma de síntese, «no III Milénio a. C., este território tinha como “lugar central” um povoado que se estendia por uma superfície de quase dez hectares, sobre uma elevação amesetada junto à actual localidade de Alcalar»¹⁵.

2. A Tipologia de Intervenção no Processo de Valorização.

O conjunto pré-histórico e respectiva área envolvente «são objecto de um projecto de investigação no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA 2002-2005): “ALCALAR: Estudo, Salvaguarda, Valorização e Divulgação Científica de uma Paisagem Cultural do III milénio antes da nossa era”. Coordenador do Projecto: Dr. Rui Parreira»¹⁶.

O centro de apoio a visitantes do conjunto monumental calcolítico foi criado «no âmbito da filosofia de intervenção nos monumentos arqueológicos visitáveis, tendente a criar infra-estruturas imprescindíveis ao melhoramento da explicação e interpretação dos sítios visitados, ao mesmo tempo que a regular e disciplinar os fluxos de visita, o que, neste caso, implicou a construção de uma obra nova de raiz, segundo projecto

¹¹ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_alcalar.html [Descrição].

¹² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_algarve.html [Caracterização].

¹³ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_algarve.html [Caracterização].

¹⁴ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 94.

¹⁵ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Enquadramento Local. Monumentos Megalíticos de Alcalar.* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

¹⁶ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_alcalar.html [Descrição].

dos arquitectos José Daniel e João Santa-Rita¹⁷. Este Centro de Acolhimento e Interpretação possui uma estrutura enquadrada no seu meio envolvente, e também oferece condições de recepção ao turista/visitante.

Os trabalhos de pesquisa tiveram o seu natural complemento nas intervenções de conservação, restauro e valorização do monumento 7, propondo-se apresentá-lo de uma forma didáctica. «Sendo uma primeira preocupação garantir a observação e documentação rigorosas dos processos construtivos, isso foi conseguido através de uma pesquisa arqueológica, cuja fase final foi integrada na própria empreitada de reabilitação do edifício pré-histórico, como factor de informação e de minimização de impactes provocados pela adopção de soluções de estabilização e recuperação do monumento que lançaram mão de materiais e tecnologias actuais. A reintegração dos elementos originais da construção foi, evidentemente, efectuada de forma a mantê-los sempre em evidência relativamente aos elementos novos mas necessários à continuidade de leitura do edifício pré-histórico, tal como seria originalmente, bem como à percepção do espaço funerário “megalítico”. Percepção essa, tão aproximada quanto possível daquele que foi outrora idealizado pelos seus construtores do III milénio antes da nossa era mas para ser relido e percebido pelos nossos espíritos, quicá profanos, deste limiar do III milénio que é o nosso»¹⁸. O percurso interno é de fácil acesso a turistas com mobilidade reduzida devido à criação de um «corredor de madeira que facilita a locomoção de turistas até a uma pequena plataforma, onde se visualiza o interior da Cripta do Monumento n.º 7 (o único monumento visitável e integrado nos Itinerários Arqueológicos Algarvios)»¹⁹. Considerou-se importante a «criação de condições de visitabilidade, no espaço onde as intervenções seriam minimalistas de modo a rentabilizar o monumento. Entre os dezoito monumentos de cariz funerário, o Monumento n.º 7 não se reveste de maior importância do que os restantes mas, em termos de visibilidade, enquadramento, acessibilidades e compreensão para o turista/visitante, era sem dúvida o que indicava em melhor estado de conservação»²⁰.

«As intervenções mais recentes referentes ao Monumento n.º 7 ocorreram entre 1997 e 2000, por iniciativa do IPPAR e sob a responsabilidade de Elena Morán e Rui Parreira (2001; 96), tendo-se dividido a investigação em duas acções importantes: “a primeira operação (...) consistiu na minuciosa escolha da implantação do túmulo” com o intuito de atingir “uma perspectiva mais monumental do edifício” por parte do público em geral. A segunda operação foi o aplanamento e a terraplanagem de toda a área da construção com o intuito de assegurar a acessibilidade a qualquer tipo de turista/visitante»²¹.

¹⁷ online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_alcalar.html [Descrição].

¹⁸ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 98.

¹⁹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Os acessos. Monumentos Megalíticos de Alcalar.* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

²⁰ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenções e musealização. Monumentos Megalíticos de Alcalar.* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

²¹ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenções e musealização. Monumentos Megalíticos de Alcalar.* [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

No que diz respeito à «valorização dos monumentos, foram efectuadas escavações arqueológicas, nomeadamente, no Monumento 7, cuja consolidação e restauro se encontram em fase de concurso, e prospecções, por métodos geofísicos, no Monumento 15»²². Ainda nesta ordem de valorização, foi previsto a construção de um Centro de Acolhimento, a colocação de sinalética explicativa, assim como a edição de material de apoio ao visitante.

2.1. Acolhimento de Visitantes²³:

[1] Centro de Acolhimento [novo edifício] e Interpretação [mamoá], exposição permanente sobre o sítio organizada tematicamente [Serviço Educativo]

[2] Loja, publicações de apoio aos visitantes, materiais de divulgação

[3] Percurso de visita sinalizado

[4] Estacionamento de ligeiros e autocarros

O Centro de Acolhimento

[arquitectura do CA: José Santa-Rita, João Santa-Rita]

Para o acolhimento dos visitantes e disponibilização informação sobre os monumentos megalíticos de Alcalar e sítios conexos, o IPPAR conduziu à criação, no sítio, de um Centro de Acolhimento e, no entanto a Interpretação é feita no interior da mamoá – monumento 7. Estes Centros são dirigidos aos «utentes de fora da região, nacionais e estrangeiros, inserindo-se assim numa política de incentivos ao turismo, como complemento cultural ao tradicional turismo do tipo “sol-e-mar”. O projecto só conheceu um apreciável incentivo a partir do momento em que, na sequência de um protocolo de cooperação estabelecido entre o IPPAR e o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, foi possível integrar as acções de estudo e valorização no âmbito do programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*. A articulação com os órgãos locais – designadamente com a Câmara Municipal de Portimão e com a Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande – é um dos mais interessantes aspectos do projecto de intervenção em Alcalar, promovendo a participação e integração dos moradores, utentes e visitantes do conjunto pré-histórico, com vista à salvaguarda e utilização permanente do sítio. Não dispondo de colecções próprias, os Centros aproximam-se dos chamados “museus narrativos”, na medida em que procura transmitir mensagens articuladas num discurso museográfico coerente, recorrendo a imagens, textos curtos (em dois idiomas), apresentações multimédia, maquetas analíticas e mapas e fotografias aéreas. (...) De uma forma sucinta e compreensiva, os Centros fornecem a

²² online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_algarve.html [Caracterização].

²³ online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_algarve.html [Acolhimento de Visitantes].

imagem do quadro ambiental e do povoamento do lugar no III milénio antes da nossa era e oferece pistas para uma explicação plausível das mudanças operadas até ao tempo presente. (...) Procura-se assim fomentar o respeito pela identidade local, incentivar a aceitação das diferenças e apoiar a capacidade criativa dos utentes, através da componente lúdica e educativa do chamado “turismo cultural”. Para atingir estes objectivos, construiu-se no local um edifício de raiz, situado junto aos monumentos e dispondo de fácil acesso, que funciona como “antena museológica” dependente do IPPAR mas articulada com o Museu Municipal de Portimão»²⁴.

“Arquitectura” da paisagem «é uma realidade dinâmica – transformada pelo tempo, pela natureza e redefinida pelo Homem. O valor da paisagem é definido pela sua história, pelo seu carácter, pela sua “singularidade” – pela relação entre natural e construído. A arquitectura é uma constante na paisagem – revelando-se pela sua ausência – “paisagem natural” – ou pela sua existência – “paisagem construída”. A arquitectura ambiciona “Ser”, na paisagem. Em Alcalar as criações decorrentes do culto e da religião dos homens moldam a paisagem – uma cintura de câmaras megalíticas que redefinem a topografia – câmaras funerárias sagradas sob o solo. Em Alcalar a nova marca do Homem – um abrigo para recepção – ambiciona ser, parte paisagem parte arquitectura – uma arquitectura que prossiga a redefinição da topografia do terreno e que antecipe a experiência espacial (subterrânea) das câmaras megalíticas»²⁵. Equivalem-se assim nas suas ambições, a arquitectura e paisagem, cuja «sua fronteira é definida por uma laje de cobertura –, forma e suporte da paisagem e abrigo da arquitectura. (...) O Centro de Acolhimento de Alcalar é composto por um pequeno edifício, um circuito exterior e uma câmara megalítica [esta última corresponde ao centro interpretativo]. O edifício consta de uma recepção, posto de vendas e ainda de uma galeria destinada à apresentação, sob o ponto de vista da sua história, do conjunto das ruínas megalíticas que constituem o núcleo histórico local»²⁶. Os materiais utilizados são: «o betão à vista no exterior como contraponto à utilização da pedra em muros existentes e no revestimento do *cairn* da *mamoá*. A cobertura, revestida em terra vegetal, propondo a continuidade do prado existente, e a câmara (centro interpretativo) com o pavimento revestido com material auto nivelante com coloração idêntica à da terra do território em que se localiza»²⁷. Desta forma, «foi determinante o uso de materiais originais utilizados na construção do monumento megalítico, de forma a adoptar uma solução de estabilização e de recuperação do próprio monumento, por um lado e por outro, a percepção, o mais fiel possível, do que foi planificado pelos construtores do III Milénio a. C.»²⁸.

²⁴ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. p. 98.

²⁵ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 99.

²⁶ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 99, 100.

²⁷ E. Morán, R. Parreira - *Alcalar: estudo, salvaguarda e valorização de uma paisagem cultural do III milénio a. C.* - ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 100.

²⁸ MARECO, Patrícia - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal - Alentejo e Algarve. Intervenção e musealização. Monumentos Megalíticos de Alcalar*. [online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>].

O circuito arqueológico abarca dois pontos maiores de interesse, que por ordem de visita e de visualização no terreno, são: o Monumento n.º 7 constituído por um Templo Funerário; o Forno de Cal. O primeiro ponto [Monumento 7] corresponde a uma estrutura funerária equivalente a uma mamoa, contudo relativamente ao segundo ponto [Forno de Cal] pouca informação disponível existe.

A intervenção na paisagem cultural de Alcalar.

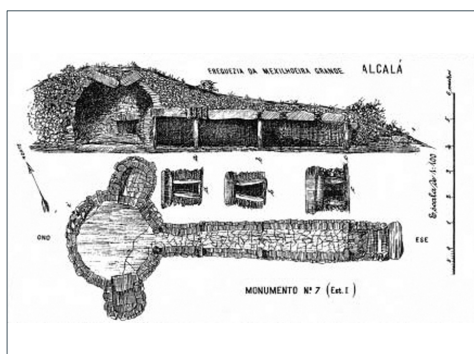
A paisagem cultural de Alcalar é reflexa da interacção prolongada do homem e da natureza. Neste contexto, a sua conservação, preservação e desenvolvimento centra-se em aspectos humanos e naturais que integram valores materiais e intangíveis. Para integrar os valores culturais da paisagem *in situ* foram feitas intervenções de musealização a dois níveis: junto ao local – centro de acolhimento, na câmara mamoa do monumento 7 – centro interpretativo. Então, utilizaram-se técnicas e materiais novas em equilíbrio com as tradicionais respectivamente, no centro de acolhimento e na reconstrução da mamoa. Sobretudo, para estabelecer vínculos com o meio ambiente da metrópole, da cidade e do município mas, também para expor a realidade sacralizado do espaço fúnebre pré-histórico – “turismo cultural”. Nesse caso, a paisagem cultural de Alcalar caracteriza singularidade da relação da construção humana com a paisagem natural ao longo do tempo que, podemos chamar de “arquitectura da paisagem”. Mas, tanto a sua conservação²⁹ como intervenção devem integrar simultaneamente a paisagem dinâmica em evolução e a arqueológica ou estática articulando-as com os valores estéticos, culturais e sociais.

²⁹ art. 9, Carta de Cracóvia, 2000.

2.11. Quadro síntese da Paisagem Cultural de Alcalar

Identificação:	
*Designações	Monumentos Megalíticos de Alcalar [Monumentos de Alcalar].
*Outra Designação	Conjunto pré-histórico de Alcalar.
*Cronologia	III milénio a.C. [Calcolítico].
Classe de Património	Paisagem Cultural [art. 9, Carta de Cracóvia].
*Categoria / Tipologia	Arqueologia / Monumentos Megalíticos.
Contexto	Rural.
*Inventário Temático	<i>Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve</i> [I.A.A.A.].
Uso:	
Utilização Inicial	Povoado/Necrópole [casas rurais/monumentos megalíticos].
Utilização Actual	Turística [Estação Arqueológica].
*Propriedade / Gestão	Estado Português, monumentos 1, 4, 7, 9 [IPPAR]. Privado, restantes monumentos.
Localização:	
*Freguesia	Mexilhoeira Grande.
*Concelho	Portimão.
*Distrito	Faro.
Protecção:	
*Situação Actual	Classificado.
*Classificação	Monumento Nacional [MN].
*Categoria de Protecção Legal	Monumento Nacional [MN], Dec. 16-6-1910, DG 136 de 23 Junho 1910.
*Decreto	Decreto de 16-6-1910, DG 136 de 23 Junho 1910.
*ZEP	---
Valorização:	
*Programa [Valorização]	2002-2005: Projecto de investigação, "ALCALAR: Estudo, Salvaguarda, Valorização e Divulgação Científica de uma Paisagem Cultural do III milénio antes da nossa era". [I.A.A.A.].
*Acções [Valorização]	1º nível [estudos arqueológicos]. 2º nível [conservação e restauro, Centro Interpretativo e de Acolhimento a visitantes]. 3º nível [actividades de sensibilização/divulgação].
Intervenção:	
1-Estudos arqueológicos: Escavações arqueológicas	Escavações na necrópole [1997-2000]. Escavações arqueológicas [monumento 7]; Prospecções por métodos geofísicos [monumento 15].
Conservação e Restauro	Trabalhos de pesquisa de conservação, restauro e valorização do monumento 7.
2-Acolhimento de Visitante: Estruturas Visitáveis	Centro de Acolhimento e Interpretação; monumentos 1, 4, 7 e 9 da necrópole. Forno de Cal.
Arranjos Paisagísticos	Estacionamento de ligeiros e autocarros. Percurso interno de fácil acesso a turistas com mobilidade reduzida [corredor de madeira que facilita a locomoção de turistas até a uma pequena plataforma - Monumento 7].
Percurso/Circuito	Circuito externo e interno no monumento 7. Utilização de sinalética.
Materiais	[CA] o betão à vista no exterior. [CI] utilização da pedra em muros existentes e no revestimento do cairn da mamoa. A cobertura é revestida em terra vegetal. Câmara (centro de acolhimento) com o pavimento revestido com material autonivelante.
Tipologia	[1] obra nova: Centro de Interpretação [CA]; [2] recuperação: Centro de Acolhimento, câmara da mamoa [CI].
Programa [CAI]	[CA] Recepção/Loja; Galeria de exposição; Instalações sanitárias; Gabinete de trabalho. [CI] câmara da mamoa e percurso interno.
3-Divulgação/Sensibilização	Exposição permanente sobre o sítio no CA ["museu narrativo"]. Política de "turismo cultural".

* online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/titin_alcalar.html; http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_alcalar.html;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70254.



[Fig. 01] Planta e alçado do monumento 7, Estácio Veiga - 1889.



[Fig. 02] Vista aérea do monumento 7 [C. M. de Portimão - Miguel Veterano].



[Fig. 03] Vista geral (sudeste) do monumento 7.



[Fig. 04] Fachada e entrada do monumento 7- com corredor intratumular.



[Fig. 05] Vista da paisagem do topo do monumento 7.



[Fig. 06] Fachada principal CA de Alcalar.



[Fig. 07] Percurso exterior por cima do monumento 7.



[Fig. 08] Vista da cobertura e da lateral do edifício do CA de Alcalar.

Capítulo 03

CONCLUSÕES



Capítulo 03. CONCLUSÕES.

Reflexão sobre os Casos de Estudo.

Os **casos de estudo** foram observados como objectos, cuja intervenção foi feita à escala do “monumento” e da “paisagem” envolvente e, assim não apresentam outros usos actuais além, do educacional e turístico. Os sítios arqueológicos estudados no trabalho são **Património Cultural Arqueológico**¹, ao qual também pode ser aplicado o conceito de “museu aberto, vivo e habitado” essencialmente, a nível regional. Ainda que, o património urbano seja normalmente “reutilizado”, muito do património arqueológico deixou de ter a sua utilização inicial, daí ser corporalizado pelas “ruínas”. No entanto, é essencial o seu contínuo estudo e manutenção, os quais pressupõem um novo uso, o educacional e turístico. Então, para a contínua preservação, conservação e divulgação do património cultural, nomeadamente das ruínas de sítios arqueológicos, foram tomadas medidas e acções de salvaguarda e valorização, com o objectivo de exposição ao público.

A salvaguarda do património arqueológico pressupõe um processo de *registo científico* [inventário, classificação, valorização] que deve ser específico ao contexto em que se insere, seja o urbano [“arqueologia da/na cidade”] ou o rural [“arquivos de terra”]. Entretanto, a sua valorização também pressupõe medidas e acções de intervenção, tais como, pesquisa ou estudo prévio, requalificação [recuperação, restauro, sinalética], e bases de acolhimento ao público [obra nova ou reutilização – Centro de Acolhimento e Interpretação – e a divulgação]. É no processo de valorização onde a arquitectura contemporânea pode dar o seu contributo mais contrastante – o novo e o velho. A arquitectura enquanto “velho” – antigas ruínas – é estudada e mantida para poder ser contemplada e usufruída. Mas arquitectura “nova” – restauro, obra nova, paisagismo – representa as novas estruturas funcionais e construtivas que complementam o “velho”.

No processo de pesquisa, os casos de estudo são tratados como objectos culturais compostos por “ruínas” e “paisagem”. No sentido de uma intervenção directa no ambiente e nos vestígios arqueológicos foram aplicadas medidas de valorização tais como, novas estruturas tipológicas, restauro ou reabilitação mas também arranjos paisagísticos. Os casos de estudo do trabalho reflectem as diversas intervenções na “matéria” e na “imagem”, do objecto arquitectónico, arqueológico e ambiental, o qual é uma parte do Património Cultural.

As fichas-tipo, que compõem a segunda parte do trabalho, tentam reunir, igualmente, toda a informação dos objectos [casos de estudo], ou “ruínas arqueológicas” integradas numa “paisagem envolvente”, de forma a se conseguir analisar os pontos comuns, e não comuns entre si, nas diversas intervenções específicas em cada caso.

¹ Ver classificação dos casos de estudo segundo a Carta de Cracóvia na introdução ao capítulo 02, p. 38.

A nível geral², todos os casos de estudo apresentam como primeira etapa o estudo prévio de cada objecto ["ruínas arqueológicas e arquitectónicas"], o que implica as escavações arqueológicas, a conservação e o restauro. Também, pode ser afirmado que em todos os casos de estudo, à excepção do Povoado de Santa Vitória, se encontram classificados dentro de uma categoria de protecção legal [Monumento Nacional - MN; Imóvel de Interesse Público - IIP]. Também, foi atestado, em todos os casos, exceptuando Mértola e Cerro da Vila, que estão inseridos numa envolvência de contexto rural. Mas relativamente, às categorias patrimoniais da Carta de Cracóvia, verificou-se que, incidem maioritariamente na classe de Património Arqueológico [circuitos, *villas*, conjuntos, sítios, povoados], no entanto, diferenciam-se desta categoria tanto, Alcalar [Paisagem Cultural], como Mértola [cidades históricas e lugares].

No nível da valorização³, pode-se analisar vários tipos de intervenção no acolhimento ao visitante, tais como, as estruturas visitáveis, os arranjos paisagísticos, circuitos e percursos, programa e tipologia mas também, os materiais tanto no exterior como no interior. No sentido, da **tipologia de acolhimento** ao visitante verificam-se a aplicação de vários modelos, os quais se organizam em Centros de Acolhimento e Interpretação [CAI], Centros de Acolhimento [CA], Centros de Interpretação [CI], Museus [M], Núcleos Museológicos [NM], e ainda, a Estrutura de Observação Mirante [EOM], todavia, que podem ser ou não obra nova e/ou recuperação, *in situ*. Na maior parte, a tipologia de acolhimento e interpretação faz-se *in situ*, como se verifica nos casos, de Milreu [CAI, M - casa rural], Miróbriga [CAI], Circuito arqueológico da Cola [CAI], São Cucufate [CAI], Pisões [CAI], Torre de Palma [CAI], Alcalar [CA-mamoal], Escoural [CA], Mértola [M], Cerro da Vila [NM] e Povoado de Santa Vitória [EOM].

A tipologia de acolhimento ainda, pode ser constituída por uma obra nova ou recuperação de edifício(s), mas qualquer dos seus programas organizam-se em quatro áreas principais – áreas de recepção [exterior, átrios, recepções/entradas]; áreas de exposição [centros interpretativos, sala/galeria de exposição e projecção, salas multiusos, salas polivalentes e de lazer]; área técnica [gabinetes, arquivo/inventário, reserva/armazenamento, laboratórios técnicos]; área de instalações [bar/cafetaria, instalações sanitárias, arrumos].

Cada caso de estudo é composto pelas **estruturas visitáveis** *in situ*, além das estruturas de acolhimento e interpretação, mas também as próprias ruínas [romanas, pré-históricas, medievais], as quais são objecto de estudo de diversas disciplinas autónomas. Para receber e guiar o visitante por estas estruturas, acima mencionadas, colocam-se, respectivamente, intervenções a nível paisagístico e de organização de percursos [externos e internos]. Os materiais usados na materialização das estruturas visitáveis, tanto ao nível de obra nova como de recuperação, estão sempre relacionados com a região envolvente e também podem ser produto de restos de material arqueológico não identificado.

Como já foi referido no trabalho, cada caso de estudo foi ordenado segundo os princípios da **Carta de Cracóvia**. Isto é, os sítios arqueológicos estudados foram

² Para apoio consultar dados em Anexo II - quadro geral, p. 150.

³ Para apoio consultar dados em Anexo II - quadro geral, p. 150.

organizados conforme diversas as classes de património cultural fornecidas por esse documento, o qual é o mais actual e ainda o mais esclarecedor. Esta carta aponta princípios particulares para cada classe, mas no geral refere a importância da integração da "mínima intervenção" no contexto envolvente da ruína – seja a nível local [urbano ou rural], territorial [todo composto por regiões] e ainda paisagístico [meio ambiente]. Ao dizer que ruína é património cultural [imóvel] deve-se subentender a relação com a paisagem, portanto a sua escala de percepção torna-se multidisciplinar e a complexidade de nova intervenção aumenta. Sintetizando, este documento refere a importância da "mínima intervenção" no respeito pela interdependência do contexto envolvente com o sítio arqueológico, isto refere-se a qualquer património arqueológico cultural.

No sentido dos casos de estudo classificou-se de património arqueológico – Mirobriga, São Cucufate, Escoural, Castro da Cola, Torre de Palma, Milreu, Cerro da Vila e Pisões. Nestes casos, a nível arquitectónico, realizaram-se "mínimas intervenções" que consistem tanto em obras novas ou reabilitações de infra-estruturas de acolhimento e interpretação como em arranjos paisagísticos. A mínima intervenção no contacto directo com a ruína implica, estudo da arqueologia cujo seu único mediador é a sinalética mas, também a sua integração pressupõe a arquitectura como nova construção ou paisagismo – manutenção da biodiversidade local. Em algum deste património arqueológico estudado verificou-se que as estruturas em contacto directo com as ruínas estão degradadas, como por exemplo a cobertura de mosaicos de Miróbriga. Noutros a função destas estruturas é somente de protecção e conservação das ruínas contra a degradação estas tornam-se em elementos perturbadores na visualização do sítio arqueológico, exemplo disto são as coberturas de Torre de Palma.

Ao nível de novas estruturas de acolhimento, interpretação e musealização do sítio tem em vista o seu enquadramento local através da escolha dos materiais e técnicas construtivas aplicadas, sejam elas actuais ou tradicionais, mas ainda pela manutenção da sua biodiversidade própria – arranjos paisagísticos. Nos casos de Miróbriga, São Cucufate, Milreu, Cerro da Vila e Pisões, os novos edifícios dão simultaneamente uma panorâmica geral das ruínas mas também são a entrada ou a porta do sítio arqueológico. Este facto pode gerar um conflito, estético e arquitectónico, entre a ruína – o "velho" – e novo edifício. Assim como melhor exemplo surge o Centro de Acolhimento e Interpretação de Pisões, no qual nem os seus materiais nem a sua tecnologia construtiva reforçam o seu enquadramento no envolvente.

Em algumas das intervenções nos casos estudo nota-se uma tendência para reforçar a utilidade do sítio arqueológico somente através da sua musealização, mas despreza-se a sua autenticidade revelada nas relações de "ruína" e "meio envolvente". A sua autenticidade enquanto património cultural é fidedigna quando se buscam referências, tais como os materiais e técnicas, nessas relações entre ruína e meio. Embora se realizem intervenções com carácter adaptado utilizando técnicas e materiais regionais actuais. Neste sentido, é exemplo a Casa Rural de Milreu cuja utilidade reside na protecção e musealização das ruínas contudo, a sua reabilitação baseou-se em materiais e técnicas da região que facilitam a sua integração local. Ainda neste contexto, também é exemplo o Centro de Acolhimento e Interpretação do Castro da Cola. Na Paisagem Cultural de Alcalar reabilitou-se o monumento 7, ao qual foi

atribuída a função museológica que permite a vivência de uma experiência cultural através da recriação ruína arquitectónica – mamoa - integrada na paisagem arqueológica e natural.

A ruína, para além de valores históricos e artísticos, também possui valores estéticos e arquitectónicos?

A ruína é constituída pela sua condição histórica e artística mas, também pelos seus valores estéticos e arquitectónicos. E o valor **estético** de uma ruína é algo «que não possa ser reconduzido à *unidade potencial* sem que a obra se torne uma cópia ou um falso de si própria»⁴. Portanto, esta só pode ser compreendida através da fruição da sua beleza como vestígio “vivo” do passado. Ainda neste contexto, a “ruína” pode integrar um determinado meio - conjunto monumental ou paisagístico – e, igualmente, pode determinar o carácter de uma zona. Então, a sua *unidade potencial* não pode ser devolvida e, assim o “vestígio conservado” passa a ser mais uma das componentes do espaço que a envolve. Ruína como “vestígio” também possui valor **artístico** quando «classifica uma paisagem ou uma zona urbana consumada então, esta obra na consciência de quem nela reconhece a sua vitalidade, de quem, por outras palavras, a reconhece activa nesse sentido, que não está de modo algum ligado à sua primitiva *unidade* e integridade, mas sim à sua mutilação actual»⁵.

O valor **histórico** da “ruína” consiste na sua potencialidade como documento histórico cujo objectivo relaciona-se com o conhecimento sobre a identidade de uma determinada cultura. Ainda como documento ela revela a existência de vestígios de um passado existente na nossa actualidade mas, também transmite a sua qualidade artística. Então, o valor histórico está intimamente ligado ao valor artístico da “ruína” porque, ambos a caracterizam e expressam na sua totalidade de obra antiga. Apesar dos valores estéticos, artísticos e históricos, a ruína ainda é **arquitectura**. E neste sentido a “ruína” arquitectónica é constituída pelos vestígios da sua *utilitas* [utilidade], *venustas* [beleza] e *firmitas* [solidez] – princípios arquitectónicos clássicos de Vitruvius [≈40 a. C.]. E essencialmente, foi a partir do final do século XVIII e inícios do século XIX, durante a Revolução Industrial e o Romantismo que, a “ruína” adquiriu o seu lado bucólico e pitoresco expressados pela inserção do vestígio arquitectónico na paisagem [urbana ou rural]. Este espírito já havia sido mostrado por Piranesi [1720-1778] nas suas gravuras e desenhos, os quais oferecem fantasia nos temas e nas perspectivas que recriam o maravilhoso mundo antiguidade em coexistência com a actualidade. Assim, os seus desenhos influenciaram a percepção da cidade antiga e a noção de antiguidade romana mas, também a sua pura *estesia* como objecto simbólico da “ruína” ou vestígio da antiguidade.

Mais tarde, a partir da segunda grande guerra mundial esta ruptura com os valores tradicionais promoveu a ruína, que é um bem ou património, a símbolo da identidade cultural mundial. Hoje em dia a “ruína” é ainda a usufruição de um documento histórico representativo da utilidade, beleza e solidez do vestígio arquitectónico de um passado inserido em determinado contexto – construído ou paisagem. Portanto, a

⁴ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*; p. 49.

⁵ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*; p. 54.

ruína arquitectónica simboliza os materiais e técnicas [solidez] tradicionais, cuja proporção e composição [beleza] transmitem a sua função de antiga [utilidade] integrada no contexto envolvente actual.

A fruição do conhecimento da ruína arquitectónica é também arqueologia e paisagem?

A “ruína” como objecto de estudo da arquitectura comporta espacialidade própria de monumento, mas também, coexiste com o local, território ou paisagem. Contudo, «numa **obra arquitectónica como exterior**, a dimensão exterior-interior exige a conservação do espaço ambiente no qual o monumento foi construído»⁶. Nesse caso, falar-se de um novo todo [objecto], constituído pelo “monumento” – a ruína arquitectónica - e, pelo contexto da “paisagem” envolvente – “arquitectura” como exterior ou paisagem. Então, a “paisagem da ruína” também é um documento estético, arquitectónico, artístico, histórico e natural que, prevê a sua salvaguarda e valorização *in situ* porque é identidade cultural.

Os vestígios arquitectónicos – ruínas – integrados no seu contexto são o símbolo de um passado que evolui porém, são eles, em conjunto com outros [vestígios arqueológico], a prova da sua presença. Logo, a arqueologia investiga a evidência dos achados, mas trabalha em parceria da arquitectura para conseguir compreender a história das “ruínas”. Contudo, “ruínas arquitectónicas e arqueológicas” não são apenas ambiente monumental, porque do ponto de vista do monumento, também o ambiente natural, em que ele se possa encontrar, faz as vezes de ambiente monumental. Ainda, se aplica o **restauro monumental** quando o ambiente está relacionado com a estrutura espacial da arquitectura. Os diferentes pontos de vista, tanto do “monumento” [interior] como do “ambiente” [exterior], devem estar interligados entre si, e em equilíbrio através da conservação e salvaguarda da sua autenticidade *in situ*. Portanto ruína é vestígio arqueológico e arquitectónico é também lugar, território e paisagem.

Porquê intervir na memória da identidade cultural da paisagem dinâmica materializada nas “ruínas” dos sítios arqueológicos?

A arquitectura e o arquitecto são elementos activos na dialéctica do **passado** com o **presente**. A arquitectura contemporânea deve “harmonizar” a actualidade com a identidade cultural passada. A preservação e intervenção, na paisagem e no património [cultural], adquirem um valor pedagógico, tal como é feito numa escola de arquitectura [ciência e técnica] que, incessantemente relaciona com o **antigo** e o **novo**. Esta prática encontra-se familiarizada com o eterno paradigma da modernidade, a relação da **tradição** e do **moderno**. A memória colectiva atribui ao património o carácter materializador e simbólico da cultura, o que posteriormente, permite a sua fruição contemporânea. Ou seja, o monumento/paisagem simboliza a perenidade da obra

⁶ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*; p. 92.

sobre a passagem do tempo, contudo, esta perenidade é marcada pela inalterável janela aberta que assinala o passado. Como objectos físicos constituintes do território cultural, o monumento e a paisagem, também são um documento válido e importante para a percepção da evolução da tradição bem como da contemporaneidade. Como também, a sua usufruição contribui para a sua sustentabilidade e manutenção funcional na região e território envolventes.

Desde a sedentarização do homem, a ruína começou a fazer-se integrar na paisagem em contínua evolução e, ainda a compreensão da sua arquitectónica permitiu chegar à essência da tecnologia do século XXI. Se o Homem não tivesse construído monumentos ou paisagem, como poderíamos ter alcançado a construção de arranha-céus ou barragens representantes do nosso tempo contemporâneo.

Viver o património não é recriá-lo mas sim experienciá-lo no seu contexto, para conseguir alcançar a sua maior compreensão, talvez através da sua usufruição. Então, a arquitectura estabelece-se como uma presença incontornável da actualidade no seio do estudo arqueológico. Logo, experienciar "ruínas" arquitectónicas e arqueológicas de um determinado "sítio" [património cultural] é usufruir da sua identidade enquanto contexto humano e natural mas, para tal isso é necessário protegê-las, conservá-las e mantê-las.

Qual será o papel da arquitectura/arquitecto contemporâneo perante o Património Cultural Arqueológico?

A arquitectura faz parte da "paisagem" envolvente [urbana e rural], mas também, estuda e intervém directamente na esfera geral do Património Cultural Arqueológico. O papel da arquitectura em quase todas as etapas de compreensão do objecto cultural [como "monumento" e "paisagem"], tanto no **estudo prévio** de qualquer objecto cultural em forma de "ruína" [arqueologia da arquitectura], bem como, na sua **recuperação** [pelas aplicação de técnicas de restauro], ou ainda na sua **nova utilização** [infra-estruturas novas – arquitectura e paisagismo]. E o conceito de "ruína" abrange «tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com aspecto bastante diverso e irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes (...) [contudo] esta definição, no passado e no presente, ficaria incompleta se a modalidade singular da existência, que na ruína se encontra individualizada, não se projectasse no futuro com a dedução implícita de conservação e de transmissão de tal testemunho histórico»⁷. Do ponto de vista histórico e artístico as "ruínas" podem ser observadas, entre outras perspectivas, mas principalmente, pela arqueologia, a arquitectura e a antropologia.

Então perante a "ruína", a arquitectura ou o arquitecto tem um importante papel tanto, no seu estudo histórico e artístico como, no equilíbrio lógico da dialéctica, sempre presente, entre o "novo" [arquitectura e paisagem cultural] e o velho ["ruína" antiga]. Ainda noutra perspectiva, a ruína é usufruída como objecto arquitectónico e

⁷ Cesare Brandi - *A teoria do restauro*, p. 40.

arqueológico que simboliza o passado. Ainda, é também função da arquitectura ou do arquitecto pensar e agir sobre Património Cultural, nomeadamente o arqueológico.

Este trabalho pretende fortalecer a importância da fragmentação do Património Cultural estabelecida pela Carta de Cracóvia. Assim se consegue adequada focalização sobre cada classe patrimonial, no que diz respeito às linhas orientadoras das intervenções na sua abordagem arquitectónica.

Mediante a reflexão dos casos de estudo conclui-se que a existência de qualquer tipologia de intervenção que esteja integrada na região, a nível dos materiais e técnicas construtivas mas, também inserida na paisagem, é uma mais-valia cultural, social e económica. Contudo, este estudo demonstrou a presença de uma excessiva preocupação com a utilidade museológica do sítio e, no entanto, a integração local, territorial e paisagística apontada para esta classe⁸ não é totalmente conquistada. Porém, a resposta para uma boa integração reside também na adaptação dos materiais e técnicas - novas ou tradicionais – que materializam a nova intervenção. Mas ainda, os arranjos paisagísticos devem também ser importantes na integração do sítio arqueológico.

O trabalho aponta para a importância da conservação integrada do património arqueológico pela adaptação das materiais e técnicas – regionais ou tradicionais - de intervenção e, também paisagismo. Mas ainda, reafirma que “ruína” é tanto arquitectura, arqueologia como paisagem!

⁸ art. 5, Património Arqueológico - Carta de Cracóvia, 2000.

Capítulo 04

ANEXOS



Capítulo 04. ANEXOS

Anexo I. Carta de Cracovia 2000 [versão espanhola]

Principios para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construido

Reconociendo la contribución de particulares e instituciones que, en el transcurso de tres años, han participado en la preparación de la Conferencia Internacional sobre Conservación "Cracovia 2000" y en su Sesión Plenaria "Patrimonio Cultural como fundamento del Desarrollo de la Civilización", Nosotros, los participantes en la Conferencia Internacional sobre Conservación "Cracovia 2000", conscientes de los profundos significados asociados con el patrimonio cultural, sometemos los siguientes principios a los responsables de patrimonio como una pauta para realizar los esfuerzos necesarios para salvaguardar tales bienes.

PREÁMBULO

Actuando en el espíritu de la Carta de Venecia, tomando nota de las recomendaciones internacionales e impulsados por el proceso de unificación Europea, a la entrada del nuevo milenio, somos conscientes de vivir dentro de un marco, en el cual las identidades, en un contexto cada vez más amplio, se personalizan y se hacen más diversas.

La Europa actual se caracteriza por la diversidad cultural y por tanto por la pluralidad de valores fundamentales relacionados con los bienes muebles, inmuebles y el patrimonio intelectual, con diferentes significados asociados con todo ello y, consecuentemente, también con conflictos de intereses. Esto obliga a todos aquellos responsables de salvaguardar el patrimonio cultural a prestar cada vez más atención a los problemas y las alternativas a las que se enfrentan para conseguir estos objetivos.

Cada comunidad, teniendo en cuenta su memoria colectiva y consciente de su pasado, es responsable de la identificación, así como de la gestión de su patrimonio. Los elementos individuales de este patrimonio son portadores de muchos valores, los cuales pueden cambiar en el tiempo. Esta variabilidad de valores específicos en los elementos define la particularidad de cada patrimonio. A causa de este proceso de cambio, cada comunidad desarrolla una conciencia y un conocimiento de la necesidad de cuidar los valores propios de su patrimonio.

Este patrimonio no puede ser definido de un modo unívoco y estable. Sólo se puede indicar la dirección en la cual puede ser identificado. La pluralidad social implica una gran diversidad en los conceptos de patrimonio concebidos por la comunidad entera; al mismo tiempo los instrumentos y métodos desarrollados para la

preservación correcta deben ser adecuados a la situación cambiante actual, que es sujeto de un proceso de evolución continua. El contexto particular de elección de estos valores requiere la preparación de un proyecto de conservación a través de una serie de decisiones de elección crítica. Todo esto debería ser materializado en un proyecto de restauración de acuerdo con unos criterios técnicos y organizativos.

Conscientes de los profundos valores de la Carta de Venecia y trabajando hacia los mismos objetivos, proponemos para nuestros días los siguientes principios para la conservación y restauración del patrimonio edificado.

OBJETIVOS Y MÉTODOS

1. El patrimonio arquitectónico, urbano y paisajístico, así como los elementos que lo componen, son el resultado de una identificación con varios momentos asociados a la historia y a sus contextos socioculturales. La conservación de este patrimonio es nuestro objetivo. La conservación puede ser realizada mediante diferentes tipos de intervenciones como son el control medioambiental, mantenimiento, reparación, restauración, renovación y rehabilitación. Cualquier intervención implica decisiones, selecciones y responsabilidades relacionadas con el patrimonio entero, también con aquellas partes que no tienen un significado específico hoy, pero podrían tenerlo en el futuro.

2. El mantenimiento y la reparación son una parte fundamental del proceso de conservación del patrimonio. Estas acciones tienen que ser organizadas con una investigación sistemática, inspección, control, seguimiento y pruebas. Hay que informar y prever el posible deterioro, y tomar las adecuadas medidas preventivas.

3. La conservación del patrimonio edificado es llevada a cabo según el proyecto de restauración, que incluye la estrategia para su conservación a largo plazo. Este "proyecto de restauración" debería basarse en una gama de opciones técnicas apropiadas y organizadas en un proceso cognitivo que integre la recogida de información y el conocimiento profundo del edificio y/o del emplazamiento. Este proceso incluye el estudio estructural, análisis gráficos y de magnitudes y la identificación del significado histórico, artístico y sociocultural. En el proyecto de restauración deben participar todas las disciplinas pertinentes y la coordinación deberá ser llevada a cabo por una persona cualificada y bien formada en la conservación y restauración.

4. Debe evitarse la reconstrucción en "el estilo del edificio" de partes enteras del mismo. La reconstrucción de partes muy limitadas con un significado arquitectónico puede ser excepcionalmente aceptada a condición de que esta se base en una documentación precisa e indiscutible. Si se necesita, para el adecuado uso del edificio, la incorporación de partes espaciales y funcionales más extensas, debe reflejarse en ellas el lenguaje de la arquitectura actual. La reconstrucción de un edificio en su

totalidad, destruido por un conflicto armado o por desastres naturales, es solo aceptable si existen motivos sociales o culturales excepcionales que están relacionados con la identidad de la comunidad entera.

DIFERENTES CLASES DE PATRIMONIO EDIFICADO

5. Cualquier intervención que afecte al patrimonio arqueológico, debido a su vulnerabilidad, debe estar estrictamente relacionada con su entorno, territorio y paisaje. Los aspectos destructivos de la excavación deben reducirse tanto como sea posible. En cada excavación, el trabajo arqueológico debe ser totalmente documentado. Como en el resto de los casos, los trabajos de conservación de hallazgos arqueológicos deben basarse en el principio de mínima intervención. Estos deben ser realizados por profesionales y la metodología y las técnicas usadas deben ser controladas de forma estricta.

En la protección y preservación pública de los sitios arqueológicos, se deben potenciar el uso de modernas tecnologías, bancos de datos, sistemas de información y presentaciones virtuales.

6. La intención de la conservación de edificios históricos y monumentos, estén estos en contextos rurales o urbanos, es mantener su autenticidad e integridad, incluyendo los espacios internos, mobiliario y decoración de acuerdo con su conformación original.

Semejante conservación requiere un apropiado "proyecto de restauración" que defina los métodos y los objetivos. En muchos casos, esto además requiere un uso apropiado, compatible con el espacio y significado existente. Las obras en edificios históricos deben prestar una atención total a todos los periodos históricos presentes.

7. La decoración arquitectónica, esculturas y elementos artísticos que son una parte integrada del patrimonio construido deben ser preservados mediante un proyecto específico vinculado con el proyecto general. Esto supone que el restaurador tiene el conocimiento y la formación adecuados además de la capacidad cultural, técnica y práctica para interpretar los diferentes análisis de los campos artísticos específicos. El proyecto de restauración debe garantizar un acercamiento correcto a la conservación del conjunto del entorno y del ambiente, de la decoración y de la escultura, respetando los oficios y artesanía tradicionales del edificio y su necesaria integración como una parte sustancial del patrimonio construido.

8. Las ciudades históricas y los pueblos en su contexto territorial, representan una parte esencial de nuestro patrimonio universal y deben ser vistos como un todo, con las estructuras, espacios y factores humanos normalmente presentes en el proceso de continua evolución y cambio. Esto implica a todos los sectores de la población, y requiere un proceso de planificación integrado, consistente en una amplia gama de intervenciones. La conservación en el contexto urbano se puede referir a conjuntos de edificios y espacios abiertos, que son parte de amplias áreas urbanas, o de pequeños

asentamientos rurales o urbanos, con otros valores intangibles. En este contexto, la intervención consiste en considerar siempre a la ciudad en su conjunto morfológico, funcional y estructural, como parte del territorio, del medio ambiente y del paisaje circundante. Los edificios que constituyen las áreas históricas pueden no tener ellos mismos un valor arquitectónico especial, pero deben ser salvaguardados como elementos del conjunto por su unidad orgánica, dimensiones particulares y características técnicas, espaciales, decorativas y cromáticas insustituibles en la unidad orgánica de la ciudad.

El proyecto de restauración del pueblo o la ciudad histórica debe anticiparse la gestión del cambio, además de verificar la sostenibilidad de las opciones seleccionadas, conectando las cuestiones de patrimonio con los aspectos económicos y sociales. Aparte de obtener conocimiento de la estructura general, se exige la necesidad del estudio de las fuerzas e influencias de cambio y de las herramientas necesarias para el proceso de gestión. El proyecto de restauración para áreas históricas contempla los edificios de la estructura urbana en su doble función: a) los elementos que definen los espacios de la ciudad dentro de su forma urbana y b) los valores espaciales internos que son una parte esencial del edificio.

9. Los paisajes como patrimonio cultural son el resultado y el reflejo de una interacción prolongada a través de diferentes sociedades entre el hombre, la naturaleza y el medio ambiente físico. Son el testimonio de la relación del desarrollo de comunidades, individuos y su medio ambiente. En este contexto su conservación, preservación y desarrollo se centra en los aspectos humanos y naturales, integrando valores materiales e intangibles. Es importante comprender y respetar el carácter de los paisajes, y aplicar las adecuadas leyes y normas para armonizar la funcionalidad territorial con los valores esenciales. En muchas sociedades, los paisajes están relacionados e influenciados históricamente por los territorios urbanos próximos.

La integración de paisajes con valores culturales, el desarrollo sostenible de regiones y localidades con actividades ecológicas, así como el medio ambiente natural, requiere conciencia y entendimiento de las relaciones en el tiempo. Esto implica establecer vínculos con el medio ambiente construido de la metrópoli, la ciudad y el municipio.

La conservación integrada de paisajes arqueológicos y estáticos con el desarrollo de paisajes muy dinámicos, implica la consideración de valores sociales, culturales y estéticos.

10. Las técnicas de conservación o protección deben estar estrictamente vinculadas a la investigación pluridisciplinar científica sobre materiales y tecnologías usadas para la construcción, reparación y/o restauración del patrimonio edificado. La intervención elegida debe respetar la función original y asegurar la compatibilidad con los materiales y las estructuras existentes, así como con los valores arquitectónicos. Cualquier material y tecnología nuevos deben ser probados rigurosamente, comparados y adecuados a la necesidad real de la conservación. Cuando la aplicación "in situ" de nuevas tecnologías puede ser relevante para el mantenimiento de la fábrica original, estas deben ser continuamente controladas teniendo en cuenta los resultados obtenidos, su comportamiento posterior y la posibilidad de una eventual reversibilidad.

Se deberá estimular el conocimiento de los materiales tradicionales y de sus antiguas técnicas así como su apropiado mantenimiento en el contexto de nuestra sociedad contemporánea, siendo ellos mismos componentes importantes del patrimonio cultural.

PLANIFICACIÓN Y GESTIÓN

11. La gestión del proceso de cambio, transformación y desarrollo de las ciudades históricas y del patrimonio cultural en general, consiste en el control de las dinámicas de cambio, de las opciones y de los resultados. Debe ponerse particular atención a la optimización de los costes del proceso. Como parte esencial de este proceso, es necesario identificar los riesgos a los que el patrimonio puede verse sujeto incluso en casos excepcionales, anticipar los sistemas apropiados de prevención, y crear planes de actuación de emergencia. El turismo cultural, aceptando sus aspectos positivos en la economía local, debe ser considerado como un riesgo.

La conservación del patrimonio cultural debe ser una parte integral de los procesos de planificación y gestión de una comunidad, y puede contribuir al desarrollo sostenible, cualitativo, económico y social de esta comunidad.

12. La pluralidad de valores del patrimonio y la diversidad de intereses requiere una estructura de comunicación que permita, además de a los especialistas y administradores, una participación efectiva de los habitantes en el proceso. Es responsabilidad de las comunidades establecer los métodos y estructuras apropiados para asegurar la participación verdadera de individuos e instituciones en el proceso de decisión.

FORMACIÓN Y EDUCACIÓN

13. La formación y la educación en cuestiones de patrimonio cultural exigen la participación social y la integración dentro de sistemas de educación nacionales en todos los niveles. La complejidad de un proyecto de restauración, o de cualquier otra intervención de conservación que supone aspectos históricos, técnicos, culturales y económicos requiere el nombramiento de un responsable bien formado y competente.

La educación de los conservadores debe ser interdisciplinar e incluir un estudio preciso de la historia de la arquitectura, la teoría y las técnicas de conservación. Esto debería asegurar la cualificación necesaria para resolver problemas de investigación, para llevar a cabo las intervenciones de conservación y restauración de una manera profesional y responsable.

Los profesionales y técnicos en la disciplina de conservación deben conocer las metodologías adecuadas y las técnicas necesarias y ser conscientes del debate actual sobre teorías y políticas de conservación.

La calidad de los oficios y el trabajo técnico durante los proyectos de restauración debe también ser reforzada con una mejor formación profesional de los operarios involucrados.

MEDIDAS LEGALES

14. La protección y conservación del patrimonio edificado será más eficaces si se llevan a cabo conjuntamente acciones legales y administrativas. Estas deben estar dirigidas a asegurar que el trabajo de conservación se confíe o, esté en todo caso, bajo la supervisión, de profesionales de la conservación.

Las medidas legales deben también asegurar un periodo de experiencia práctica en un programa estructurado. Debe dedicarse una particular atención con el control de profesionales de la conservación a los recién formados en este campo que en breve podrán acceder a la práctica independiente.

ANEXO. DEFINICIONES

El comité de redacción de esta "Carta de Cracovia" usó los siguientes conceptos terminológicos.

a. **Patrimonio:** Patrimonio es el conjunto de las obras del hombre en las cuales una comunidad reconoce sus valores específicos y particulares y con los cuales se identifica.

La identificación y la especificación del patrimonio es por tanto un proceso relacionado con la elección de valores.

b. **Monumento:** El monumento es una entidad identificada por su valor y que forma un soporte de la memoria. En él, la memoria reconoce aspectos relevantes que guardan relación con actos y pensamientos humanos, asociados al curso de la historia y todavía accesibles a nosotros.

c. **Autenticidad:** Significa la suma de características sustanciales, históricamente determinadas: del original hasta el estado actual, como resultado de las varias transformaciones que han ocurrido en el tiempo.

d. **Identidad:** Se entiende como la referencia común de valores presentes generados en la esfera de una comunidad y los valores pasados identificados en la autenticidad del monumento.

e. **Conservación:** Conservación es el conjunto de actitudes de una comunidad dirigidas a hacer que el patrimonio y sus monumentos perduren. La conservación es

llevada a cabo con respecto al significado de la identidad del monumento y de sus valores asociados.

f. **Restauración:** La restauración es una intervención dirigida sobre un bien patrimonial, cuyo objetivo es la conservación de su autenticidad y su apropiación por la comunidad.

g. **Proyecto de restauración:** El proyecto, resultado de la elección de políticas de conservación, es el proceso a través del cual la conservación del patrimonio edificado y del paisaje es llevada a cabo.

Redacción dirigida por:

Comité de redacción – A. Kadluczka (Polonia), G. Cristinelli (Italia), M. Zádor (Hungría).

Comité de redacción de los Directores de Áreas: Giuseppe Cristinelli (Italia), Sherban Cantacuzino (Inglaterra), Javier Rivera Blanco (España), Jacek Purchla, J. Louis Luxen (Bélgica - Francia), Tatiana Kirova (Italia), Zbigniew Kobylinski (Polonia), Andrzej Kadluczka (Polonia), André De Naeyer (Bélgica), Tamas Fejerdy (Hungría), Salvador Pérez Arroyo (España), Andrzej Michalowski (Polonia), Robert de Jong (Holanda), Mihály Zádor (Hungría), M. Peste (Alemania), Manfred Wehdorn (Austria), Ireneusz Pluska (Polonia), Jan Schubert, Mario Docchi (Italia), Herb Stovel (Canadá – Italia), Jukka Jokiletho (Finlandia – Italia), Ingval Maxwell (Escocia), Alessandra Melucco (Italia).

Versión española del Instituto Español de Arquitectura (Universidad de Valladolid), Javier Rivera Blanco y Salvador Pérez Arroyo. Miembros del Comité Científico de la "Conferencia Internacional Cracovia 2000".

ANEXO II - QUADRO GERAL DAS ESTRUTURAS TIPOLOGICAS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO PORTUGUÊS

	Miróbriga	São Cucufate	C. A. do Escoural	Circuito A. da Cola	Povoado S. Vitória	R. Torre de Palma	Ruínas de Milreu	Villa de Cerro da Vila	Villa de Pisões	C. M. de Mértola	Alcalar
Classe de Património	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, C. Cracóvia]	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, C. Cracóvia]	(conjunto/sítio) Arqueológico [art. 5, C. Cracóvia]	(conjunto/sítio) Arqueológico [art. 5, C. Cracóvia]	(sítio/povoado) Arqueológico [art. 5, C. Cracóvia]	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, C. Cracóvia]	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, C. Cracóvia]	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, C. Cracóvia]	(sítio/villa) Arqueológico [art. 5, C. Cracóvia]	Cidades Históricas e Lugares [art. 8, C. Cracóvia]	Paisagem Cultural [art. 9, C. Cracóvia]
Contexto	Rural	Rural.	Rural.	Rural.	Rural.	Rural.	Rural.	Urbano.	Rural.	Urbano.	Rural.
Utilização Inicial	Residencial	Residencial	Santuário Rupestre	Residencial/Defesa	Residencial	Residencial/agrícola	Residencial/agrícola	Residencial	Residencial/agrícola	Residencial/Militar/Civil/Religiosa Urbana; Turística	Povoado/Necrópole Turística/Arqueológica
Utilização Actual	Turística/Arqueológica	Turística/Arqueológica	Turística/Arqueológica	Turística/Arqueológica	Turística	Turística/Arqueológica	Turística/Arqueológica	Turística/Arqueológica	Turística/Arqueológica		
C. de Protecção Legal	IIP (1943)	IIP (1947)	MN (1963)	IIP (1910, 1990)	IIP (desp. abertura)	MN (1970)	MN (1910)	IIP (1977)	IIIP (1970)	MN (1910, 1943)	MN (1910)
Intervenção [valorização]											
1-Esc. arqueológica, conservação, restauro:	Escavações, conservação e restauro.	Escavação. Restauraos.	Escavação. Consolidação, restauro [CI].	Escavação. Manutenção, preservação, ampliação [CAI].	Escavação. Requalificação [dep. de água]. Conservação e restauro.	Escavação arqueológica. Conservação e restauro.	Escavação. Consolidação e restauro. Reabilitação [M-casa rural].	Escavações. Conservação e restauro. Restauro/ampliação [NM-Casa Guarda].	Escavação. Conservação e restauro. Recuperação [casa de guarda].	Salvaguarda e estudo do "Campo Arqueológico".	Escavações. Conservação, restauro e valorização [mon.7].
2-A. de Visitante:	CAI <i>in situ</i> .	CAI <i>in situ</i> + NM	CA <i>in situ</i> + CI	CAI <i>in situ</i> .	EOM <i>in situ</i> .	CAI <i>in situ</i> .	CAI e M <i>in situ</i>	NM <i>in situ</i>	CAI <i>in situ</i> .	NV + M <i>in situ</i>	CA+CI <i>in situ</i> .
Estruturas Visitáveis	CAI + ruínas + C. São Brás	CAI + ruínas + NM	CI + CA + sítios arq.	CAI + 15 sítios arq.	CAI [C. C. Maior] + EOM + sítios arq.	CAI + ruínas.	CAI + M + ruínas.	NM + ruínas.	CAI + ruínas.	Núcleos de visita [NV] + Museus [M]	CI [mamoia] + CA + sítios arq.
Arranjos Paisagísticos	Vedação[imóvel, terreno].	Vedação de imóveis e terrenos. Percursos. Estacionamento.	Vedação de imóveis e terrenos. Percursos exteriores. Estacionamento.	Vedação de imóveis e terrenos. Estacionamento.	Estacionamento. Vedação: imóveis e terrenos. EOM, mobiliário.Requalificação dos dep. de água.	Vedação de imóveis e terrenos. Estacionamento (rodoviário, cavalos). Percursos.	Vedação de imóveis e terrenos. Requalificação dos percursos. Estacionamento.	Vedação de imóveis e terrenos. Estacionamento.	Requalificação da vedação. Estacionamento [terra batida].	As margens do Guadiana servem de referência ao Conjunto disperso.	Estacionamento. Percurso interno [Monumento 7].
Percurso/Circuito	Circuito [ruínas] + sinalética.	Circuito [ruínas] + sinalética.	interno [gruta] + externo [chegada] + sinalética.	C. rural [15 sítios arq.] + sinalética.	EOM + sinalética.	Circuito nas ruínas + sinalética.	Circuito nas ruínas + sinalética.	Circuito nas ruínas + sinalética.	Circuito nas ruínas + sinalética.	Circuito urbano + sinalética.	Circuito [externo, interno-monumento 7] + sinalética.
Materiais	[1] muros exteriores: pedra romana (ruína/escavação). [2]acessos/percursos exteriores: saibro, calcário e madeira.	[1] muros e paredes envolventes: alvenaria de xisto, nalguns casos travada com fiadas de tijolo de burro.	[CI] nova cobertura, pavimentos interiores (xisto). [CA] muro: pedra (recolhida no local). [exterior] estacionamento: gravilha, estabilizada por faixas de pedra.	[CAI] caiação sobre a alvenaria (pedra de xisto), caiação e reboco de paredes novas. [2] uso de novo sistema construtivo compatível.	[vedação] madeira, rede ovina. [EOM] estrutura metálica pré-fabricada. [estacionamento] muro "rústico".	[CAI] sistema de ensombramento palas em aço e madeira; materiais de revestimento [tijoleira manufacturada].	[CAI] materiais regionais: pedra, tijolo. Técnicas tradicionais. [Percurso] via antiga. [M] Materiais: nova cobertura (madeira, telha canudo). Novas portas e caixilharias.	[CAI] materiais: pedra, madeira, e argilas tradicionais (tijolo burro e telha).	---	[1] percurso ou circuito urbano: rua em calçada de pedra.	[CA] betão à vista-exterior. [CI] muros: pedra. [mamoia] Revestimento: pedra. Cobertura: revestida a terra vegetal. Câmara com pavimento de material autonivelante.
Tipologia	[1] obra nova: CAI [2] recuperação: Capela de São Brás [Serviço Educativo].	[1] obra nova: CAI [2] recuperação: NM [Casa do Arco, Casa do Almeida].	[1] gruta: Centro de Acolhimento [CA]. [2] restauro: Centro de Interpretação [CI].	[1] recuperação e ampliação: CAI.	[1] recuperação: CAI [2] obra nova: EOM.	[1] obra nova: CAI.	[1] obra nova: CAI. [2] reabilitação /recuperação: M [Museu da Casa rural].	[1] recuperação e ampliação: NM [Casa de Guarda].	[1] obra nova: CAI.	[1] Posto de Turismo. [2] Núcleos de visita; Museus [Museu de Arte Sacra e Ermida de S. Sebastião].	[1] obra nova: CA. [2] recuperação: CI [mamoia].
Programa	[CAI] átrio; sala exposição; bar; gabinete de trabalho; auditório; arquivo; sala reserva; laboratório; sala polivalente; instalações sanitárias; arrumos.	[CA]recepção/ bilheteira, bar, sala polivalente, gabinete de trabalho, arrecadações,instalações sanitárias.	[CI] recepção/ entrada; s. exposição; s. de projecções; gabinete; i.s.. [CA] recepção/ entrada; s. polivalente; local técnico; escritório; i.s.	[1] recuperação: recepção; sala exposição; sala polivalente. [2] ampliação: instalações sanitárias.	[CAI] recepção/ balcão, cafeteria, instalações sanitárias, centro interpretativo, laboratório de tratamento de materiais, área de armazenamento e inventário.	[CAI] átrio, balcão/ vendas, gabinete de gestor, sala de exposição (museu), sala de trabalho, instalações sanitárias, lazer/descanço.	[CAI] Átrio; Arrumos; S. de exposições; i. s.; g. de trabalho; A. mat. conservação; A. mat. jardinagem; C. ar condicionado. [M] multiusos/exposição-ruínas (6 comp.). Passadiço ligeiro autoportante.	[NM] Átrios; i.s.; s. de exposição; arrecadação; Pátio/Anfiteatro; trabalho/conservação; g. coordenador; desenho peças; arrecadação; Hall/ kitchenette; quarto; cozinha; sala; arr. de mat. jardinagem.	---	---	[CA] Recepção/Loja; Galeria de exposição; Instalações sanitárias; Gabinete de trabalho. [CI] câmara da mamoia e percurso interno.
3-Divulgação	Material promocional, formação educacional.	Material de divulgação do "valor dos Frescos" - rota.	Exposição no CI.	Divulgação do circuito na exposição do CAI.	Material promocional.	Em preparação: Material promocional.	Casa Rural [Museu Narrativo].	Exposição monográfica no Núcleo Museológico de Cerro da Vila.	Materiais de divulgação. Exposição permanente no CAI.	Material promocional. Projecto de Vila-Museum.	Exposição permanente [CA-"museu narrativo"] "turismo cultural".

BIBLIOGRAFIA GERAL E FONTES DE IMAGEM

BIBLIOGRAFIA GERAL

I. Livros:

1. Obras citadas, seleccionadas:

BRANDI, Cesare - *Teoria del restauro* - 1ª ed. Lisboa: Edições Orion, 2006.

CHOAY, Françoise - *Alegoria do Património* - 1ª ed. Lisboa. Edições 70, Col. Arte e Comunicação, 2008.

GIOVANNONI, Gustavo - *Vecchie città ed edilizia nuova* - 2ª edizioni. Lisboa: cittàstudiedizioni, 1995.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio - *Conservación de bienes culturales. Teoría, historia, principios y normas. Manuales Arte Cátedra* - 4ª Edição. Madrid: Ediciones Cátedra, 2005.

LOPES, Flávio; Miguel Brito Correia - *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. 1ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

ALMEIDA, Álvaro Duarte; Duarte belo – Portugal património. Guia-inventário – Vol. VI, Santarém e Setúbal. Círculo de Leitores e autores, Printer portuguesa, Industria gráfica Lda. Outubro de 2007.

ALMEIDA, Álvaro Duarte; Duarte belo – Portugal património. Guia-inventário – Vol. VIII, Portalegre e Évora. Círculo de Leitores e autores, Printer portuguesa, Industria gráfica Lda. Fevereiro 2008.

ALMEIDA, Álvaro Duarte; Duarte belo – Portugal património. Guia-inventário – Vol. IX, Beja e Faro. Círculo de Leitores e autores, Printer portuguesa, Industria gráfica Lda. Março 2008.

JANSON, H. W. – História da Arte – 6ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, gráfica de Coimbra, Lda. Novembro 1998.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández - *El Patrimonio cultural: la memoria recuperada* - Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2002.

JOKILEHTO, Jukka - *A History of Architectural Conservation* - Setembro 1986 [pdf 2005]
online: http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf

2. Obras consultadas:

ANÓNIMO - *Imóveis Classificados* - Instituto Português do Património Cultural. 1986

AA.VV. - *Caminhos do Património* – Lisboa: DGEMN/Livros Horizonte. 1999.

AA. VV - *Património: Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais* - Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

AA. VV - *Cadernos: Alcalar 7. Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico* - Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004

ALBERTI, Leon Battista - *L'art d'édifier. De re aedificatoria* – Paris: Seuil. 2004

AA. VV. – *Terra: forma de construir* – Seminário na Faculdade letras da Universidade do Porto, de 24 e 25 de Março 2006. Outubro, 2006.

BRANDI, Cesare; Guglielmo De Angelis D'Ossat - *CARTA del RESTAURO 1972*. online: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/restauro1972.htm>

BOITO, Camillo - *Il Nuovo e l'antico in architettura* - Milano: Jaca Book, 1989

CALADO, Luís Ferreira; Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite - *Património. Balanço e Perspectivas (2000-2006)* – Lisboa: IPPAR. 2000.

GUILLAUME, Marc - *A política do património* - Campo Das Letras. 2003.

MILLIN, Aubin-Louis - *Antiquités nationales, ou recueil de monumens pour servir à l'histoire générale et particulière de l'Empire français* - Paris: chez M. Drouhin, 1790-an VII

PALLADIO, Andrea - *I Quattro libri dell' architettura* – Milano: il Polifilo. 1980

PEREIRA, Paulo - *Intervenções no Património 1995-2000, Nova Política* - Lisboa: Ministério da Cultura/ IPPAR. 1997.

PRETO-PAU, Fernando - *Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território* – Aveiro: Lugar do Plano.2008.

RIEGL, Aloïs (1903) — *Le culte moderne des monuments* — son essence et sa genèse. Paris: Éditions du Seuil. 1984

SERLIO, Sebastiano - *Sebastiano Serlio on architecture: "Tutte l'opere d'architettura et prospetiva"* - New Haven (Conn.), London: Yale university press, cop. 1996-2001

SITTE, Camillo (1889) — *L'arte di costruire le città* — l'urbanistica secondo i suoi fondamenti artistici. Milano: Jaca Book. 1984

VIOLLET-LE-DUC, Eugène - *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle* - Paris: Bibliothèque de l'image. 1997.

VITRUVIUS, Marcus - *Les Dix livres d'architecture. De Architectura* – Paris: Les Libraires associés. 1965

WINCKELMANN, Johann Joachim - *Histoire de l'art dans l'Antiquité* – Paris: Librairie générale française, DL. 2005

3. Teses e outras provas académicas:

MARECO, Patrícia Sofia Rasgado - *Sítios arqueológicos de interpretação, em Portugal-Alentejo e Algarve* - Coimbra, 2006. Tese de Dissertação de Mestrado da Universidade do Minho, Instituto de ciências Sociais. Online: <http://hdl.handle.net/1822/7252>.

II. Revistas

ARQUITECTURA E VIDA. Nº41 [Setembro. 2003].

ESTUDOS/PATRIMÓNIO 10. [2007] - *Salvuarda. Memória. Intervenções* - Instituto Português do Património Arquitectónico.

ESTUDOS/PATRIMÓNIO 9 [2006] - *Património Arquitectónico. Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção* - Instituto Português do Património Arquitectónico.

ESTUDOS/PATRIMÓNIO 8 [2005] - *Intervenções em Património* - Instituto Português do Património Arquitectónico.

ESTUDOS/PATRIMÓNIO 7 [2004] - *Outros Patrimónios* - Instituto Português do Património Arquitectónico.

ESTUDOS/PATRIMÓNIO 6 [2004] - *Salvuarda do Património* - Instituto Português do Património Arquitectónico.

ESTUDOS/PATRIMÓNIO 5 [2003] - *Salvuarda. Memória. Intervenções* - Instituto Português do Património Arquitectónico.

ESTUDOS/PATRIMÓNIO 3 [2002] - *Ciências e Técnicas Aplicadas ao Património* - Instituto Português do Património Arquitectónico.

ESTUDOS/PATRIMÓNIO 2 [2002] - *Intervenções em Conjuntos Monásticos* - Instituto Português do Património Arquitectónico.

ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1 [2001] - *Interpretação de Monumentos e Sítios. Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve* - Instituto Português do Património Arquitectónico.

MONUMENTOS 01 [Setembro 1994] - *A Praça do Comércio* – DGEMN.

MONUMENTOS 02 [Março 1995] - *O Mosteiro de São Vicente de Fora* – DGEMN.

- MONUMENTOS 04 [Março 1996] - *O Palácio de Belém* – DGEMN.
- MONUMENTOS 05 [Setembro 1996] - *A Fortaleza de São João Baptista, Angra do Heroísmo* – DGEMN.
- MONUMENTOS 07 [Setembro 1997] - *Palácio Fronteira* – DGEMN.
- MONUMENTOS 08 [Março 1998] - *Universidade de Coimbra* – DGEMN.
- MONUMENTOS 10 [Março 1999] - *Convento da Cartuxa de Évora* – DGEMN.
- MONUMENTOS 11 [Setembro 1999] - *Palácio Foz* – DGEMN.
- MONUMENTOS 12 [Março 2000] - *Muralhas e Centro Histórico de Valença* - DGEMN.
- MONUMENTOS 13 [Setembro 2000] - *Sé de Viseu e Envolvente* - DGEMN.
- MONUMENTOS 14 [Março 2001] - *Paço Episcopal do Porto e Envolvente* - DGEMN.
- MONUMENTOS 15 [Setembro 2001] - *Convento das Comendadeiras de Santos-o-Novo* - DGEMN.
- MONUMENTOS 16 [Março 2002] - *A Basílica da Estrela* - DGEMN.
- MONUMENTOS 17 [Setembro 2002] - *Igreja e Convento de São Francisco de Évora* - DGEMN.
- MONUMENTOS 18 [Março 2003] - *Mosteiro de Santa Clara-a-Nova* - DGEMN.
- MONUMENTOS 20 [Março 2004] - *Conjunto Monumental da Mata do Buçaco* - DGEMN.
- MONUMENTOS 24 [Março 2006] - *Faro, de vila a cidade* - DGEMN.
- MONUMENTOS 25 [Setembro 2006] - *Coimbra, da Rua da Sofia à Baixa* - DGEMN.
- MONUMENTOS 26 [Abril 2007] - *Centro Histórico de Évora* - DGEMN.

III. Leis portuguesas:

- CONSELHO DE MINISTROS - Resolução nº 42/96, de 16 de Abril de 1996.
- MINISTÉRIO DA CULTURA - Decreto - Lei nº 117/97, de 14 de Maio de 1997.
- MINISTÉRIO DA CULTURA - Decreto nº 32/97, de 2 de Julho de 1997.
- MINISTÉRIO DA CULTURA - Decreto - Lei nº 50/99, de 16 de Fevereiro de 1999.

MINISTÉRIO DA CULTURA - Decreto - Lei nº 95/2001, de 23 de Março de 2001.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA - Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro de 2001.

MINISTÉRIO DA CULTURA Decreto - Lei nº 131/2002, de 11 de Maio de 2002.

IV. Internet

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE - <http://www.bnf.fr/>

CONSELHO da EUROPA - http://europa.eu/european-council/index_pt.htm

DGEMN - http://extranet.monumentos.pt/Monumentos/forms/000_B.aspx?Idioma=pt-PT

ICCROM - <http://www.iccrom.org/>

ICOMOS - <http://www.icomos.org/>

IGESPAR - <http://www.igespar.pt/>

IPPAR - http://www.ippar.pt/pls/dippar/ippar_home

IPA - <http://www.ipa.min-cultura.pt/>

LIBRARY OF CONGRESS: <http://www.loc.gov/index.html>

MINISTÉRIO DA CULTURA - <http://www.portaldacultura.gov.pt/Pages/inicio.aspx>

MUSEU ARQUEOLOGICO DE MAÇÃO - <http://81.193.119.47/~museu/>

PORTAL DO GOVERNO -

http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MC/

RADIX - <http://radix.culturalg.pt/>

RESTAURO - <http://www.prorestauro.com/>

UNESCO - http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=29008&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

V. Cartas, convenções e recomendações internacionais:

ICOMOS - *La Charte d'Athènes pour la Restauration des Monuments Historiques Conclusions de la Conférence d'Athènes* - Athènes, 21-30 Octobre 1931. Online: http://www.icomos.org/docs/athens_f.html.

UNESCO - *Recommendation concerning the Safeguarding of Beauty and Character of Landscapes and Sites* - Athens, 11 December, 1962. Online:
<http://www.icomos.org/unesco/areas76.html>.

II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos - *Carta de Veneza. Carta Internacional sobre Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios* - Veneza, 1964. Online: http://www.icomos.org/venice_charter.html. [Versão traduzida: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/ppereira/CartaVeneza.pdf>]

ICOMOS - *The Norms of Quito* - Quito, 29/11-2/12 1967. Online:
<http://www.icomos.org/docs/quito67.html>.

ICOMOS - *Resolutions of the Symposium on the Introduction of Contemporary Architecture into Ancient Groups of Buildings* - Budapeste, 1972. Online:
http://www.icomos.org/docs/contemporary_architecture.html.

UNESCO - *Recomendação respeitante à protecção, no plano nacional, do Património Cultural e Natural* - Paris, 16 Novembro 1972. Online:
http://www.gri.pt/documentos/15_Recomendacao_proteccao_patrimonio78815859.doc.
[Versão traduzida].

CONSEIL DE L'EUROPE - *Charte Européenne du Patrimoine Architectural* - Atenas, Outubro 1975. Online: http://www.icomos.org/docs/euroch_f.html.

CONGRESS ON THE EUROPEAN ARCHITECTURAL HERITAGE - *The Declaration of Amsterdam* - Athens, 21 - 25 October, 1975. Online:
<http://www.icomos.org/docs/amsterdam.html>.

ICOMOS - *Carta de Burra. Carta para sítios com significado cultural* - Austrália, 1979. Online:
[http://www.icomos.org/australia/images/pdf/Carta_de_Burra_\(Burra_Charter_in_Spanish\).pdf](http://www.icomos.org/australia/images/pdf/Carta_de_Burra_(Burra_Charter_in_Spanish).pdf) [Versão espanhol]; <http://www.icomos.org/australia/burra.html> [versão inglês].

ICOMOS - *The Appleton Charter. Appleton Charter for the Protection and Enhancement of the Built Environment* - Atenas, Agosto 1983. Online:
<http://www.international.icomos.org/charters/appleton.pdf>.

ICAHM (International Committee for the Management of Archaeological Heritage) - *Charter for the Protection and Management of the Archaeological Heritage* – Lausanne, 1990. Online: http://www.icomos.org/archaeological_charter.html.

ICOMOS - *Charter for the Conservation of Places of Cultural Heritage Value* - Nova Zelândia, 1992. Online: http://www.icomos.org/docs/nz_92charter.html.

UNESCO, ICCROM, ICOMOS - *The Nara Document on Authenticity* - Nara, 1994. Online:
http://www.international.icomos.org/naradoc_eng.htm.

COMMITTEE OF MINISTERS - *Recommendation No. R (95) 9, Of The Committee Of Ministers To Member States On The Integrated Conservation Of Cultural Landscape Areas As Part Of Landscape Policies* - Atenas, 11 de Setembro, 1995. Online:
<https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?id=537517>.

ICOMOS - *Declaration of ICOMOS marking the 50th anniversary of the Universal Declaration of Human Rights* - Estocolmo, 11 de Setembro, 1998. Online: http://www.international.icomos.org/e_stocdec.htm.

ICOMOS - *Carta de Cracóvia 2000, princípios para a conservação e o restauro do património construído* - Cracóvia, 2000. Online: http://home.fa.utl.pt/~camarinhas/3_leituras19.htm [Versão inglês].

ICOMOS/BRASIL - *Declaração de Xi'an, Sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural* - China, 21 de Outubro de 2005. Online: <http://www.international.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf> [versão Portuguesa, Março 2006].

ICOMOS-IFLA - *The Buenos Aires Memorandum on Cultural Landscapes and Historic Gardens* - Buenos Aires, 19 de Outubro, 2001. Online: <http://www.international.icomos.org/18thapril/2007/buenos-aires-memorandum.pdf>.

IFLA/UNESCO - *Charter for Landscape Architectural Education* - Atenas, 11 de Setembro, 2005. Online: http://www.iflaonline.org/education/ifla_uesco_ed.pdf.

ICOMOS - *Charter for the Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites* - Atenas, 10 Abril, 2007. Online: http://www.icomos.org/icahtm/ICOMOS_Interpretation_Charter_EN_10-04-07.pdf.

ICOMOS [Documentation Centre] - *World Heritage Cultural Landscapes* - Atenas, 10 Junho, 2007. online: http://www.international.icomos.org/centre_documentation.

UNESCO, WHL - *Guidelines on the Inscription of Specific Types of Properties on The World Heritage List. Annex 3* - Online: <http://iflaclc.org/docs/opguide05-annex3-en.pdf>.

SPPC - *Declaração de Princípios da Sociedade para a Preservação do Património Construído* – SPPC. Tomar, 1 de Outubro de 1994. Online: http://www.gecorpa.pt/gecorpa_textfund.html.

VI. Artigos:

II Encontro Nacional de História da Arquitectura, Departamento de Arquitectura da FCTUC - *Ideologias do património e intervenção arquitectónica* – cúria 29 Abril a 1 de Maio 1994.

AA. VV. - *Concurso público de ideias para a dinamização da área arqueológica do vale do Ocreza* - Edição da Câmara municipal de mação, Dezembro 2004.

Candidatura a património mundial – *Côa Valley, nº 866* – UNESCO World heritage list, 25 de Junho de 1997. Online: http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/866.pdf

PRETO-PAU, Fernando - *Os Planos de Ordenamento dos Parques Arqueológicos: uma nova figura de planeamento* – Planeamento, revista de Urbanismo e Ordenamento do território, nº1, p. 73-79. 2002.

JORGE, Virgolino Ferreira - *Património e identidade nacional* – online:
http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num9/Pag_5-12.pdf

XAVIER, Sandra - “*O monumento é o vale*”: *a retórica da paisagem no parque arqueológico do côa* – *etnográfica*, Vol. IV (1), 2000, p. 109-127. online:
http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N1/Vol_iv_N1_109-128.pdf

FONTES DE IMAGENS

1-Fontes de imagens do **Capítulo 01**:

[Fig. 01] – online: <http://rubens.anu.edu.au/htdocs/bytype/arch.sources/vitruvius/>

[Fig. 02] – online: <http://rubens.anu.edu.au/htdocs/bytype/arch.sources/vitruvius/>

[Fig. 03] - online: <http://rubens.anu.edu.au/htdocs/bytype/arch.sources/vitruvius/>

[Fig. 04] – online: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/5/53/PalladioRotondaPlan.jpg>

[Fig. 05] – online:
http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/67/Ponte_de_Sacav%C3%A9m_%28Francisco_de_Holanda%29.jpg

[Fig. 06] – <http://www.brynmawr.edu/Library/exhibits/antiquity/education1a.htm>

[Fig. 07] – http://en.wikipedia.org/wiki/Giovanni_Battista_Piranesi

[Fig. 08] – http://en.wikipedia.org/wiki/Giovanni_Battista_Piranesi

[Fig. 09] – http://en.wikipedia.org/wiki/Giovanni_Battista_Piranesi

2-Fontes de imagens das fichas **dos Casos de Estudos**:

2.1. Fontes de imagens das ruínas de **Miróbriga**:

[Fig. 01] – online:
http://mirobriga.drealentejo.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=31&Itemid=1

[Fig. 02] – in: ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 46.

[Fig. 03] - online: <http://www.panoramio.com/map/?user=639757#lt=38.008860&ln=-8.689509&z=3&k=1&a=1&tab=1>

[Fig. 04] - in: ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 42; <http://www.litoral-alentejano.com/mirobriga/mirobriga.htm>

[Fig. 05] – online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69756

[Fig. 06] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 50.

[Fig. 07] – online: in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 49 e 50

[Fig. 08] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 50.

2.2. Fontes de imagens das ruínas de **São Cucufate**:

[Fig. 01] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 70.

[Fig. 02] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 69.

[Fig. 03] - online: <http://algarvivo.com/arqueo/romano/cucufate.html>

[Fig. 04] - online: <http://www.rotas.xl.pt/0203/a09-00-00.shtml>

[Fig. 05] – online: <http://www.rotas.xl.pt/0203/a09-00-00.shtml>

[Fig. 06] – online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_cucufate.html

[Fig. 07] – online: <http://algarvivo.com/arqueo/romano/cucufate.html>

[Fig. 08] – online: http://www.ippar.pt/monumentos/sitio_cucufate.html

2.3. Fontes de imagens da gruta do **Escoural**:

[Fig. 01] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 66.

[Fig. 02] – online: http://bp0.blogger.com/_nVrklm-qvLY/Rn_RGziM5AI/AAAAAAAAAS4/dFAPp653t20/s1600-h/Grutas+Escoural+5.jpg

[Fig. 03] - in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 59.

[Fig. 04] - online: <http://www.flickr.com/photos/vitor107/237587014/in/set-1419554/>

[Fig. 05] – online: <http://pedra-da-manteiga.blogspot.com/2007/02/grutas-do-escoural.html>

[Fig. 06] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 60.

[Fig. 07] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 61.

[Fig. 08] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 62.

2.4. Fontes de imagens das ruínas da **Cola**:

[Fig. 01] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 56.

[Fig. 02] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 53.

[Fig. 03] - online: <http://www.panoramio.com/photo/2857578>

[Fig. 04] - online: <http://www.panoramio.com/photo/2857688>

[Fig. 05] – online: in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 57.

[Fig. 06] – online: in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 55.

[Fig. 07] – online: <http://www2.ippar.pt/monumentos/sitioCola.html>

[Fig. 08] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 58.

2.5. Fontes de imagens das ruínas de **Santa Vitória**:

[Fig. 01] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 78;

[Fig. 02] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 73.

[Fig. 03] - online: <http://www2.ippar.pt/monumentos/sitioStavitoria.html>

[Fig. 04] - online: <http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alentAlgarve/itinStavitoria.html>

[Fig. 05] – online: <http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alentAlgarve/itinStavitoria.html>

[Fig. 06] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 78.

[Fig. 07] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 77.

[Fig. 08] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 78.

2.6. Fontes de imagens das ruínas do **Torre de Palma**:

[Fig. 01] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 83.

[Fig. 02] – online: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=186272&page=5>;
<http://www.celtiberia.net/articulo.asp?id=2921>

[Fig. 03] - in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 79.

[Fig. 04] - online: <http://www.celtiberia.net/articulo.asp?id=2921>

[Fig. 05] – online: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=186272&page=5>

[Fig. 06] – online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70272

[Fig. 07] – online: <http://www.celtiberia.net/articulo.asp?id=2921>

[Fig. 08] – online: <http://travel.webshots.com/photo/2914314800042348324KAmUeT>

2.7. Fontes de imagens das ruínas do **Milreu**:

[Fig. 01] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 87.

[Fig. 02] – online: <http://www.culturalg.pt/milreu/index.html?subpagina=milreu3.html>

[Fig. 03] - online:
<http://picasaweb.google.com/deestoi/JornadasEuropeiasDoPatrimNioEstoiMilreu#5113523388009969314>; <http://picasaweb.google.com/rogerio.domingos/Milreu#5163006218847401794>

[Fig. 04] - online:
<http://picasaweb.google.com/hdavis71/Portugal2007EstoiMilreu#5113899584217889826>

[Fig. 05] – online: http://www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?guid=100a7bb2-4e2d-4bea-b1f7-492955f851f6

[Fig. 06] – online: <http://picasaweb.google.com/hdavis71/Portugal2007EstoiMilreu#>

[Fig. 07] – online: <http://www.culturalg.pt/milreu/index.html?subpagina=milreu3.html>

[Fig. 08] –in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 87.

2.8. Fontes de imagens das ruínas do **Cerro da Vila**:

[Fig. 01] – online: <http://algarvivo.com/arqueo/romano/cerro-da-vila.html>

[Fig. 02] – online: http://www.algarve-portal.com/objects/algarve/CerroVila19_486.jpg; in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 91.

[Fig. 03] - online: <http://www.celtiberia.net/verimg.asp?id=6735>

[Fig. 04] - online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=69840

[Fig. 05] – online: http://www.algarve-portal.com/objects/algarve/CerroVila07_486.jpg

[Fig. 06] – online: http://www.algarve-portal.com/objects/algarve/CerroVila_486.jpg

[Fig. 07] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 90.

[Fig. 08] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 92.

2.9. Fontes de imagens de **Pisões**:

[Fig. 01] – online: <http://www.360portugal.com/>

[Fig. 02] – online: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=318497>;
http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_pisoos.html

[Fig. 03] - online:
<http://picasaweb.google.com/laurie.reynolds/AlentejoMarch08#5193021370083811938>

[Fig. 04] - online:
<http://picasaweb.google.com/laurie.reynolds/AlentejoMarch08#5193021340019040850>

[Fig. 05] – online: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=318497>

[Fig. 06] – online: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=318497>

[Fig. 07] – online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_pisoos.html

[Fig. 08] – online: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=318497>

2.10. Fontes de imagens das ruínas do **Mértola**:

[Fig. 01] – online: <http://www.mercatorproject.eu/on-line-atlas/mertola/trail-1/muralha-da-vila-velha>

[Fig. 02] – online: <http://www.mercatorproject.eu/on-line-atlas/mertola/trail-1/muralha-da-vila-velha>

[Fig. 03] - online: <http://www.mercatorproject.eu/on-line-atlas/mertola/trail-1/acropole>

[Fig. 04] - online: <http://www.mercatorproject.eu/on-line-atlas/mertola/trail-1/castelo>

[Fig. 05] – online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70233;
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70163

[Fig. 06] – online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70163

[Fig. 07] – online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70233

[Fig. 08] – online: <http://www.joraga.net/mertola/pags/72mertola1927.htm>

2.11. Fontes de imagens da Paisagem Cultural de **Alcalar**:

[Fig. 01] – in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 95.

[Fig. 02] – online: http://www2.ippar.pt/monumentos/sitio_alcal.ar.html.

[Fig. 03] - online: http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70254

[Fig. 04] - online: http://www.ippar.pt/sites_externos/sagres/Siteport/Alcplanta.html

[Fig. 05] – online: <http://flickr.com/photos/vitor107/2428668304/>

[Fig. 06] – online: in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 99.

[Fig. 07] – online: http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/alent_algarve/itin_algarve.html

[Fig. 08] – online: in ESTUDOS/PATRIMÓNIO 1, p. 100.

